

1. Introdução – Da natureza das áreas.

1.1. A delimitação das disciplinas: loteando o território.

A nega é minha, ninguém tasca, eu vi primeiro. Mário Pereira e João Quadrado

As constantes indagações e redefinições a respeito de uma área do conhecimento, como a lingüística, reaparecem sempre que uma nova faceta da linguagem se ilumina ou quando se inaugura uma nova disciplina. Foi assim no final dos anos 60 e início dos 70, especialmente com a recém-batizada sociolingüística, com a pragmática, com a então chamada teoria da enunciação, e, também, com a análise do discurso.

As novas disciplinas aparecem justamente para tentar explicitar fatos, ou mesmo facetas, do fenômeno da linguagem até então inexplicados, negligenciados ou inexplicáveis nos modelos e correntes até então vigentes.

A discussão epistemológica que tematiza a linguagem como objeto de investigação teórica gira, ao que parece, em torno de dois eixos: o primeiro que instaura uma discussão no interior da própria lingüística sobre as escolhas que aí foram feitas, especialmente definidas por correntes dominantes e hegemônicas, e os conseqüentes embates a partir dessas perspectivas sobre a concepção/definição de seu objeto teórico e mesmo observacional; e o segundo, sobre outra discussão, a da própria natureza do objeto observacional – a linguagem – e de sua possível apreensibilidade através de uma perspectiva teórico-científica.

A compreensão do lugar em que se dá essa discussão tem conseqüências epistemológicas muito significativas para o tratamento que se quer dar à linguagem,

bem como a sua circunscrição filosófica (em todas as interpretações que essa ambigüidade anafórica favorece).

DASCAL e BORGES NETO (1991), num artigo em que discutem fundamentalmente o que é próprio da lingüística, especialmente quanto ao objeto teórico, fazem uma reflexão a respeito das correntes lingüísticas, a partir das categorias da filosofia medieval propostas para tratar da questão ontológica dos universais das teorias de um modo geral, a saber, nominalismo, conceptualismo e realismo. Os autores irão concluir que tais categorias não serão suficientes para permitir uma classificação adequada das correntes lingüísticas modernas porque estas apresentam um caráter muitas vezes híbrido.

Para tanto, eles apresentarão uma classificação das teorias conforme a primazia que estas dão ao tratamento da linguagem segundo uma perspectiva sistêmica, psicológica ou sociológica, e irão propor uma caracterização mais aberta, não exclusiva, das correntes teóricas mais recentes. A classificação aí proposta leva em conta uma tripla combinação: a) de uma das categorias apresentadas para o problema ontológico; b) do enquadramento em uma das perspectivas sistêmica, sociológica ou psicológica; e, ainda, c) quanto à assunção da autonomia da lingüística em relação às disciplinas com as quais estabelece interlocução. Assim, segundo essa proposta de enquadramento, Chomsky será realista, segundo o primeiro critério; pertencente à tradição psicológica, pelo segundo; e, pelo terceiro, está inserido em uma perspectiva que mantém a autonomia da lingüística em relação às, assim chamadas, disciplinas auxiliares.

Para fazer essa avaliação dos tratamentos a respeito da linguagem, os autores apresentam uma discussão sobre as relações que se podem estabelecer entre *objetivo e*

objeto e entre *objeto teórico* e *objeto observacional* de uma área do conhecimento, e é principalmente a discussão dessas relações que norteia a caracterização das disciplinas.

A relação entre objeto teórico e objeto observacional dá-se no interior de uma teoria ou corrente focalizada e permite verificar a discussão seja da natureza do objeto, seja da questão da heterogeneidade do objeto observacional frente à homogeneização do objeto teórico. Quanto à natureza do objeto, podemos invocar Saussure e lembrar que a descrição teórica é sempre um recorte: “*Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto;...*” (Saussure, CGL, p.15); já quanto à questão da heterogeneidade do objeto observacional frente à homogeneização do objeto teórico, podemos retomar as reflexões de Rajagopalan (pesq. CNPq) que aponta os riscos que tal homogeneização traz:

i) o primeiro, o risco da impossibilidade de apreensão do objeto observacional em função do modelo adotado ou em razão de questões de poder e hegemonia das correntes envolvidas. Pondera ainda a respeito da dificuldade de, num quadro teórico dessa natureza, distinguir entre homogeneização e higienização. Ele adverte também para o risco de, ao homogeneizar/higienizar o objeto teórico, provocar-se uma higienização dos dados e de só considerar relevantes os que corroborarem a teoria que os seleciona. Se por um lado há de fato um círculo vicioso nesse processo, como bem aponta o autor, por outro pode-se inclusive duvidar da eficácia de uma abordagem assim construída – uma teoria assim construída é, no mínimo, inócua, uma vez que impedida internamente de ser falseada (critério de cientificidade proposto por Popper).

Rajagopalan afirma que a questão da homogeneização acaba se confundindo com a prática de higienização e que é antes de tudo uma questão ideológica, de domínio hegemônico de uma corrente, ou um ponto de vista sobre os demais. O autor ressalta

que a ciência da linguagem sempre procura caracterizar seu objeto como completo e puro, quer quanto ao falante, quer quanto à comunidade de fala, sem levar em conta o estatuto de construto teórico que esse objeto apresenta, e como tal sujeito às escolhas histórico-ideológicas que sobre ele incidem.

Segundo ele, a homogeneização é, para algumas orientações teóricas, uma abstração necessária para a construção de explicações ‘científicas’ do fenômeno e tal abstração não permite a reflexão sobre a sua diversidade e, mais do que isso, mascara a própria natureza do fenômeno focalizado.

ii) o segundo dos riscos apontados por Rajagopalan consiste na inclusão/exclusão do que é próprio do objeto no interior da teoria que pretende explicá-lo, quer pela complexidade do objeto observacional, quer pela inadequação da teoria ou do recorte teórico escolhida(o) para descrevê-lo.

No entanto, apesar de a relação objeto observacional/objeto teórico render muita discussão, é principalmente a relação entre objetivo e objeto que define a relação entre as áreas que têm a linguagem como centro das atenções.

DASCAL e BORGES NETO, no texto citado, também apresentam uma classificação das teorias lingüísticas, segundo os *objetivos* que essa disciplina apresentou e que foram constituídos ao longo da história. Assim, na Antigüidade os tratamentos que foram dispensados à linguagem podem ser enquadrados em duas grandes correntes, conforme seus objetivos: *fazer filosofia* – numa perspectiva nocional, lógico-filosófica da qual são representantes os estóicos, que articularam o sistema aristotélico anterior em duas direções, a saber, ampliaram o número de classes de palavras e introduziram definições mais precisas (como a distinção semântica entre nome próprio e comum, relevante do ponto de vista lógico, mas não necessariamente do

morfológico); ou, *fazer crítica literária* – inserida numa perspectiva filológica, normativo-prescritiva – praticada pelos alexandrinos, que incorporaram as classes dos estóicos, mas estavam interessados na linguagem como parte dos estudos literários e cujo expoente mais famoso é Dionísio da Trácia que escreve a primeira descrição explícita que se conhece do grego, a *Téchne grammatike*, onde afirma: “A gramática é o conhecimento prático do uso lingüístico comum aos poetas e prosadores”. (R. H. Robins, 1983, pp. 22-24.)

Cada um desses objetivos conduziu os estudos a respeito da linguagem de uma maneira diferente (ainda que ocasional ou eventualmente cruzassem suas preocupações) e ambas as perspectivas subordinaram os estudos sobre a linguagem a outras disciplinas: à crítica literária, à retórica ou à preservação de formas “clássicas” de linguagem, no caso das teorias de opção filológica, da qual são exemplos todas as gramáticas normativas, inclusive as atuais; ou à lógica, à filosofia ou ainda à epistemologia, no caso das teorias nocionais, como as gramáticas filosóficas modistas e a de Jerônimo Soares Barbosa para o português, por exemplo.

Essas tendências permaneceram nos tratamentos dados à linguagem por muitos séculos, ao longo de toda idade média e sua influência pode ser detectada ainda em nossos dias.

Contudo, por volta do século XX, a teoria lingüística recebe outra caracterização. A lingüística ‘moderna’ pode ser assim chamada porque propõe uma reorientação desses objetivos históricos com os quais as teorias a respeito da linguagem conviveram ao longo dos séculos. O novo objetivo, definido a partir do século XIX aproximadamente, passa a ser *fazer ciência* – o que quer que isso significasse no momento de emergência ou mesmo ainda hoje. No entanto, certamente conseguimos

perceber o contexto histórico de ocorrência dessa modificação de foco, levando-se em conta o sucesso das, então emergentes ou recém-estabelecidas, ciências naturais.

É no bojo dessa nova orientação do objetivo que a questão da homogeneização do objeto observacional se coloca. Até então, a diversidade do fenômeno – o objeto observacional, podia ou não ser captada nas categorias lógicas da linguagem ou do pensamento, segundo a orientação nocional; e, recomendada ou não para o uso, na orientação filológica, sem que isso fosse uma questão em si, pois não havia um compromisso para além dos objetivos abraçados.

A partir de uma perspectiva científica que procura se estabelecer no final do século XIX e início do XX (com os neogramáticos e Saussure, principalmente), a necessidade de definir uma primazia para o tratamento da linguagem torna-se imperativa: o modelo a ser seguido é o das ciências estabelecidas e a complexidade do objeto deve ser equacionada. O desenrolar dessa história todos conhecemos bem: estabelece-se a partir de Saussure um primado para os estudos lingüísticos; estabelece-se um centro e uma periferia com relação ao objeto teórico, legitimado pelo recorte *científico*, que estabelece também o que *não é* científico – porque define os limites de inclusão ou exclusão dos estudos. Isso tem como corolário o estabelecimento de disciplinas centrais e periféricas no tratamento da linguagem, segundo essa concepção, e o estabelecimento da hegemonia de determinadas correntes em detrimento de outras.

É nessa arena que se debatem as novas disciplinas que aparecem no final dos anos sessenta e início dos setenta do século XX, que disputam áreas periféricas do objeto até então definido segundo este último objetivo, e reivindicam para si e para seus objetos um lugar legítimo. Fazer ciência é esmiuçar, descrever e explicar o objeto observacional em toda a sua amplitude e, dado o desenvolvimento das áreas da

lingüística moderna nesse momento, parece ser possível cumprir esse objetivo em sua totalidade. Parece ter sido assim que funcionou a expansão das áreas concernentes aos estudos da linguagem que surgiram nesse período¹. As perspectivas teóricas propõem primazia aos tratamentos formais, especialmente, à sintaxe; prevêem, contudo, a semântica como disciplina colateral: auxiliar, na perspectiva do estruturalismo europeu; interpretativa, no gerativismo americano.

Portanto, as relações existentes entre algumas disciplinas já consolidadas, que tratavam de níveis formais do objeto teórico, como a fonologia, morfologia e sintaxe, foram mantidas. Outras relações, entretanto, foram estabelecidas a partir da progressiva construção teórica nesses campos e da necessidade de ampliação e de explicação em outros, especialmente no que dizia respeito à significação – a grande pedra no sapato teórico do estruturalismo.

A semântica, já prevista na planta baixa desses modelos teóricos, tinha tarefa e objeto disciplinar definido (de difícil realização teórica dentro desses modelos, convenhamos, mas de qualquer maneira aí dentro englobada). A semântica tinha estatuto garantido e definido, não só pela previsão programática desses modelos, mas também por haver uma tradição filosófica consistente de tratamento dispensado à significação desde o seu estabelecimento a partir dos tratamentos lógicos, fosse de uma perspectiva aristotélica, fosse posteriormente com a contribuição de trabalhos como os de Frege.

Contudo, o que as abordagens lingüísticas sobre a significação do início da segunda metade do século XX vão verificar é que a significação nas línguas naturais

¹ Exceção seja feita à Estilística, como oportunamente apontado por R. Ilari na qualificação, que é lançada por C. Bally, o primeiro editor do *Cours* de Saussure, e trata da *parole* que havia sido taxativamente excluída por Saussure. Não é de estranhar, portanto, que muitos analistas do discurso lhe atribuam o papel de uma espécie de ancestral metodológico para a Análise do Discurso francesa.

excede o significado semântico lógico. Muitos dos problemas de significação serão postos de lado, pela sua complexidade inerente, ou por absoluta inadequação dos modelos teóricos para tratá-los, indo parar no que ficou então conhecido como a *lata de lixo da lingüística* (expressão cunhada por Bar-Hillel, 1971) – a pragmática.

Assim, o senso comum atribuía (e talvez atribua até hoje) à pragmática tudo o que dizia respeito à significação do usuário, mas de difícil formalização ou tratamento teórico.

Quanto às novas disciplinas emergentes, a maioria questiona a centralidade do núcleo estabelecido pelo estruturalismo, mas não o objetivo por ele proposto, ou mesmo, pressuposto. Dessa forma, tais disciplinas buscaram a *ampliação do objeto teórico*, loteando a periferia, a partir de uma percepção do objeto observacional estabelecido por um objetivo muito bem definido e intocado: *fazer ciência*.²

Nessa perspectiva, mantém-se a primazia de um núcleo duro – a sintaxe ou a descrição formal – em contraposição a teorias auxiliares de explicação do residual periférico, a saber, o sentido ou o uso, conforme os casos.

Na verdade, uma leve vista de olhos pelos trabalhos que se enquadram como tratamentos semânticos ou pragmáticos demonstra que a caracterização, ou mesmo a explicitação de seus pressupostos metodológicos, não está nem um pouco clara para os estudiosos.

² Isso não é o que ocorre com a análise do discurso. A análise do discurso, qualquer que seja sua orientação teórico-ideológica, recusa-se a se incluir no interior da lingüística, afirma que o que faz não é lingüística e, certamente isso é correto, uma vez que o objetivo a que se propõe certamente não é o de *fazer ciência*. (Sobre essa discussão ver Negri, L., a sair). Estou considerando aqui o final da década de 60 e início da de 70, como o momento em que essas outras perspectivas sobre a linguagem se estabeleceram e foram difundidas, especialmente no ocidente. Nesse sentido, apesar de as reflexões de Voloshinov e Bakhtin sobre o texto serem precursoras, cronologicamente falando, elas são incorporadas às preocupações sobre o discurso e difundidas no Ocidente nesse período posterior.

Rodolfo Ilari (2000), em um dos ensaios que compõe seu memorial de concurso para professor titular, discute precisamente essa questão. Nesse ensaio, ele irá apresentar inicialmente a distinção que Morris (1933) faz entre as três disciplinas que comporiam, segundo este, três pontos de vista diferentes sobre o estudo de qualquer linguagem: o sintático, o semântico e o pragmático, respectivamente as relações que os sinais mantêm entre si, com os objetos e as situações do mundo, e, as relações dos interlocutores entre si. Essa caracterização prevê, além disso, uma hierarquia entre as disciplinas conforme seu grau de abrangência, da mais ampla - a pragmática -, à mais restrita - a sintaxe -, considerando-se que a análise lingüística se dá numa gradação explicativa, hierárquica, de baixo para cima, do mais simples ao mais complexo, do mais formal ao mais interacional, da sintaxe à pragmática.

A teoria lingüística está longe de ter absorvido consensualmente essa caracterização, especialmente no que tange à hierarquia proposta, como se pode facilmente constatar na literatura a respeito. Entretanto, no interior das disciplinas, internamente definidas segundo as relações lingüísticas que tematizam (relações entre sinais, relações dos sinais com os objetos e as situações do mundo, relações dos interlocutores com o que dizem e entre si), esses procedimentos gerais têm sido respeitados.

Por outro lado, embora os semanticistas, em geral, tenham clareza das dificuldades encontradas para o tratamento do sentido, ainda que do literal, a perspectiva semântica tem recebido acusações de reducionismo com bastante frequência. Isso se dá principalmente em virtude das opções que a corrente da semântica formal, em particular, tem feito, pelo menos nas suas duas principais vertentes de inspiração lógica – a extensionalista, cujo expoente é Davidson, e a intensionalista, cujo

representante é Montague. A primeira concepção se insere na tradição de uma teoria semântica de composicionalidade da significação e da significação como uma tradução para uma teoria da verdade como a de Tarski – justificada “na constatação de que, com base no conhecimento do sentido de um enunciado, qualquer locutor é capaz de decidir em que situações (reais ou possíveis) esse enunciado é verdadeiro: dizer o sentido de um enunciado, então, nada mais seria que explicitar suas condições de verdade.” (Ilari, 2000)

Essa posição extensionalista opta por reconstruir em termos de verdade – uma noção extensional – a noção intensional do sentido, a que recorrem mais habitualmente as teorias semânticas da sentença. Dirá ainda Ilari:

O extensionalismo de Davidson parece ter origem nas idéias de Quine, para quem as intensões são entidades suspeitas, pois não dispomos de critérios claros que nos permitam decidir quando estamos diante de uma mesma intensão.³ (Ilari, op. cit., p.127)

A segunda vertente, a intensionalista, em que - ainda que o cálculo formal deva explicitar as condições de verdade das proposições - “assume-se a intensionalidade como característica geral da linguagem natural, que o cálculo semântico precisa reproduzir formalmente”. (Ilari, 2000, p.128)

Para distinguir as noções de extensão e intensão, Ilari recorre à discussão apresentada por Frege 1892, que distinguiu *Bedeutung* (\approx extensão, referência) e *Sinn* (\approx intensão, sentido) e mostrou que essas duas dimensões semânticas se aplicam a expressões lingüísticas de diferentes categorias sintáticas. Segundo Ilari,

“Pode ser útil lembrar que, na tradição fregeana de análise da língua, os nomes, os predicados e as orações têm como referência ou extensão, respectivamente objetos, conjuntos de objetos e valores de

³ Quine sobre as intensões, ver Quine 1963, cap. 4. *Obs.: Esta nota encontra-se no texto original, p. 157.*

verdade; e que os sentidos ou intensões dos nomes, predicados e orações são respectivamente modos de apresentação dos referentes, propriedades e proposições.” (Ilari, id. nota8)

Em ambas as perspectivas, assume-se um paralelismo entre sintaxe e semântica, no qual para cada regra de construção sintática corresponde um processo de composição semântica, diferentemente da concepção morrissiana hierárquica para essas disciplinas. Ao invés de uma primazia para a sintaxe, ou mesmo para a semântica, trabalha-se com a perspectiva de uma isonomia teórica.

Assim, o reducionismo comumente atribuído aos tratamentos semânticos muitas vezes diz respeito, em primeiro lugar à exclusão das instâncias da enunciação (interlocutores, condições de enunciação, modalidade assertiva, entre outros) e, num segundo, à impossibilidade e/ou dificuldade de descrição do fenômeno em causa em um modelo como o da semântica formal.

De outra parte, num contraponto a essas dificuldades ou mesmo especificidades dos tratamentos semânticos, à pragmática têm sido legadas questões ligadas à intencionalidade do falante (aqui ‘intencionalidade’ com c), à significação relacionada às instâncias enunciativas e relações contexto-culturais. Muitas vezes, questões de significação, cuja natureza ou condições de emprego são de difícil apreensão teórica e/ou formal, são confinadas à pragmática por absoluta falta de um tratamento sintático e/ou semântico adequado. Embora a segunda metade do século XX tenha presenciado grandes contribuições e avanços na lingüística – na configuração de diferentes disciplinas: sociolingüística, psicolingüística, aquisição da linguagem, análise do discurso, lingüística da enunciação, análise da conversação, entre outras; e – na consolidação de vários modelos teóricos: semântica formal, gramática gerativa, gramática categorial, gramática funcionalista, entre os mais destacados; a oscilação da

fronteira entre a semântica e a pragmática ainda persiste e, mais, a pragmática continua a ser o depositário dos casos insolúveis – ainda a receptiva lata de lixo de Bar-Hillel.

A questão que se coloca, ou que eu – como outros tantos (não sei se quantos) – me coloco, é se de fato há na linguagem fenômenos que são tipicamente semânticos ou tipicamente pragmáticos, se há uma fronteira que separe essas disciplinas. A definição se dá a partir da natureza do fenômeno, observacional, ou a partir de uma construção teórica desse fenômeno? E, portanto, como se constitui, se constrói, se configura a distinção entre tais disciplinas?

A questão posta é, portanto, se tais fenômenos se constituem *per se* como semânticos ou como pragmáticos segundo sua natureza e terão seu enquadramento em uma ou outra dessas disciplinas sendo, conseqüentemente, explicados em cada uma delas conforme seu instrumental teórico; ou, ao contrário, são invocados como fiéis da balança para definir o alcance teórico de cada uma dessas disciplinas, e, nesse caso, passam de *explicandi* a *explicans*.

Para os fins da reflexão que pretendo desenvolver na tese, utilizarei as considerações que Ilari faz, na seção referida de seu memorial, a propósito da oscilação entre tratamentos semânticos ou pragmáticos que certos fenômenos lingüísticos têm recebido em diferentes momentos, tais como os dispensados aos dêiticos, às pressuposições ou mesmo aos performativos e procurarei estendê-las para a análise dos tratamentos dispensados ao fenômeno da polaridade negativa.

Também Kadmon (2001) nas Preliminares de seu *Formal Pragmatics* aborda a questão da fronteira entre semântica e pragmática e afirma, textualmente, “*eu assumo uma distinção entre semântica e pragmática, apesar de que não está claro como essa distinção deve ser definida exatamente.*” (Kadmon, op. cit., p.3) Ela afirma, também,

que boa parte da caracterização de um fenômeno lingüístico como semântico ou pragmático é uma questão terminológica. Para ela, a distinção entre essas duas disciplinas corresponde, grosso modo, ao fato de que a semântica se ocupa de questões ligadas à interpretação veri-condicional, isto é, questões ligadas ao sentido literal; e, a pragmática estaria ligada à linguagem em uso “*indo além do sentido literal*”. (id.,p.3)

Essas considerações justificam, no meu entendimento, o interesse do tema proposto, pois, ainda que essas áreas tenham sido delineadas já em 1933, a natureza dos fenômenos estudados nem sempre é clara e muitas vezes sua caracterização no interior desta ou daquela disciplina é flutuante.

A lente que pretendo utilizar para revelar os limites e imbricações dessa fronteira é o tratamento que se tem dado especialmente às expressões de polaridade negativa, mas também à pressuposição e à negação.

2. Da natureza do fenômeno – Um fenômeno que não é flor que se cheire.

Over the years, negative polarity expressions have provided something of a Trojan horse for the importation of semantic and pragmatic constraints into the sentence grammar, given the apparent ungrammaticality of sentences containing unlicensed NPIs .M. Linebarger

No presente capítulo examinarei um fenômeno das línguas naturais que tem seu enquadramento teórico ora nesta ora naquela disciplina, ou pelo menos, que tem sido objeto de diferentes tentativas de enquadramento teórico: seja pela dificuldade provocada pela sua própria natureza, seja pela variação na concepção do que seja cada uma das disciplinas envolvidas. Tal fenômeno, conseqüentemente, permite problematizar a caracterização das próprias disciplinas envolvidas.

O fenômeno a ser focalizado aqui será o das **expressões de polaridade negativa** das línguas naturais (doravante **EPNs**), mas dadas as imbricações teóricas que suas diferentes abordagens têm apresentado, reportarei também os tratamentos dispensados à negação, à pressuposição e à escalaridade, que focalizarei no capítulo 3.

O que se pode observar é que há, na maioria das línguas, certas expressões que parecem requerer a presença de uma negação para que possam ocorrer. Em alguns casos algumas dessas expressões terão interpretação diferenciada conforme ocorram em um contexto negativo ou em um positivo.

Na literatura lingüística a esse respeito, apresentou-se, em torno dessas expressões, um desafio: o de saber como tratá-las semântica ou formalmente. Para Fauconnier (1975), elas terão o estatuto de quantificadores e não o de expressões definidas por apresentarem o mesmo comportamento distribucional de quantificadores

universais, como muitos superlativos. Contudo, para esse autor não há uma solução sintática possível dado que os superlativos poderão ser divididos em diversas classes que apresentam as mesmas propriedades de ‘*any*’ (a EPN típica do inglês), mas em contextos diferentes, conforme suas propriedades lógicas ou inferências de natureza pragmática.

Também o tratamento dispensado a ‘*any*’ está longe de constituir uma unanimidade entre os estudiosos. Há os que não pretendem discutir a diferença entre um *uso existencial* de ‘*any*’ e seu *uso universal*, como é o caso mencionado de Fauconnier (1975) que procura um tratamento uniforme para esse vocábulo e busca estender tais propriedades a outros similares; outros, como Carlson (1981), não estão preocupados com a questão da polaridade negativa associada a um desses usos, mas em tentar apreender a natureza dessa partícula através de um critério unificador para seus usos e contextos de ocorrência.

Há tratamentos como o de Ilari (1984), que focaliza as locuções de polaridade negativa em português, e o de Giannakidou (1997), que procura traçar um panorama dos tratamentos dispensados a elas redirecionando-os a partir dos dados do grego; e também tratamentos que procuram, através da análise dessas expressões, atestar as inter-relações entre os diversos níveis de representação formal – como os de Ladusaw (1979, 1980, 1983) e de Linebarger (1987) – que buscam estabelecer suas hipóteses explicativas a partir das noções de escopo, ligação, restrições de localidade, níveis de representação formal, entre outros; aqueles, como o de Kadmon & Landman (1993), que buscam encontrar um traço que estabeleça a natureza uniforme aos dois usos de ‘*any*’, tanto para o que é suscetível à polaridade negativa quanto para o que apresenta valor universal, numa preocupação maior com a sua caracterização semântica do que com a sua

representação formal; e, ainda, como o de Chierchia (2002/2005) que, remetendo às abordagens correntes, busca dar um tratamento formalizável no interior do modelo gerativista que considere a natureza semântica uniforme das expressões envolvidas.

Nas seções seguintes apresentarei uma resenha simples de cada uma das principais abordagens e reservarei uma seção separada, a saber 2.3., para a avaliação e verificação de uma possível adequação para os fatos do português. Vejamos, então, os tratamentos mais detalhadamente.

2.1. Pra não dizer que não falei das flores: EPNs em português

Rodolfo Ilari, num artigo de 1984, intitulado *Locuções negativas polares: reflexões sobre um tema de todo mundo*, apresenta a questão das expressões de polaridade negativa, no que é provavelmente o primeiro texto a focalizar essa questão para os dados do português.

Nesse artigo, o autor procura caracterizar as locuções de polaridade negativa em oposição a expressões negativas e indaga a respeito tanto de sua caracterização nas línguas naturais como fenômeno sistemático ou marginal, bem como sobre a existência ou não de um mesmo mecanismo ‘licenciador’ presente em todos os casos detectados de expressões dessa natureza.

Com relação à primeira questão, Ilari aponta para o fato de que embora a maior parte das gramáticas tradicionais reconheça o estatuto de expressões negativas a palavras como *nada*, *nenhum*, etc., nenhuma delas apontaria esse traço para palavras como *patavina*, *bulhufas* ou mesmo à chula *picas*. No entanto, é facilmente verificável

que tanto as do primeiro grupo como as do segundo têm valor negativo, como se pode observar:

(1) a *Não* disse *nada* desabonador⁴.

b *Nada* disse de desabonador.

(2) a *Não* encontrou *ninguém*.

b *Ninguém* foi encontrado.

(3) a Ele *não* tem *a menor cerimônia*.

b *A menor cerimônia* ele tem.

(4) a *Não* entendeu *bulhufas*.

b *Bulhufas* ele entendeu.

Contudo, como se pode observar pelo contraste entre os exemplos (1) e (2) de um lado e (3) e (4) de outro, a diferença entre os dois tipos de expressão é sutil, mas existe e pode ser verificada em virtude de seu comportamento distribucional e sintático, provocado por sua especificidade semântica. As expressões negativas co-ocorrem com a negação explícita ‘*não*’ quando seguem o verbo e dispensam essa negação quando o precedem, isto é, as expressões negativas *são capazes de dar origem a orações negativas por si* (ob. cit., p.88), enquanto que expressões polares requerem a negação explícita em orações simples. Essa por si só já é uma razão para considerarmos que, embora ambos os conjuntos apresentem um valor negativo, as expressões de cada um deles são distintas, pois têm diferentes características e comportamentos.

⁴ As expressões sob foco serão apresentadas em itálico ao longo do trabalho.

O outro ponto que o autor questiona em relação ao que ele chama de locuções negativas polares (LNP, doravante) diz respeito ao caráter dessas expressões no interior de um sistema lingüístico, a saber, se elas apresentam um comportamento sistemático ou são casos idiossincráticos. Isso se deve especialmente ao fato de que tais expressões apresentam uma forte interpretação como expressões idiomáticas, isto é, interpretações de sentido considerado em bloco e não composicional. Comparem-se os exemplos:

(5) a Joana não é *flor que se cheire*. (≡ é pouco confiável)

b *Joana é *flor que se cheire*.

(6) a A criança não *sofreu um arranhão*. (≡ saiu ileso)

b A criança *sofreu um arranhão*.

em que os exemplos em *b* não constituem a contraparte afirmativa de *a*, porque as LPNs contidas em *a* apresentam uma interpretação que não é gradual ou completamente oposta a de *b* mas sim uma interpretação peculiar, e mais, no caso afirmativo de (5)*b* a frase resulta inaceitável, enquanto que em (6), *b* leva a uma leitura composicional do SN. Além dessa particularidade, tais locuções compartilham outras regularidades, a saber, outros contextos sintático-distribucionais de ocorrência.

As constatações de Ilari são as de que tais expressões são sensíveis à negação, especialmente em orações simples, mas que *esse não é o único traço que as caracteriza e, talvez, nem o melhor*.

Com base nessas observações, o autor irá optar por considerar a polaridade negativa como um fenômeno sistemático em português (e por extensão nas línguas naturais) por apresentar esse traço consistente de interpretação fechada, não-

composicional, para todas as expressões passíveis de uma interpretação dessa natureza, bem como pelo comportamento sintático-distribucional suscetível a contextos que favorecem uma interpretação de negação. Para corroborar essa constatação, o autor faz um exaustivo levantamento de diferentes possibilidades de ocorrência em diversos contextos sintáticos, outros que os negativos, para expressões desse tipo.

Ilari irá contrapor, no levantamento feito, pares de estruturas sintáticas similares que não chegam propriamente a constituir “pares mínimos”, segundo ele. Apresentamos a tabela 1, a seguir, com uma amostra desse levantamento (Ilari, 84, pp. 89-90), em que as construções apresentadas na coluna da esquerda favorecem a interpretação negativa polar e as da direita a impedem:

(7) a. Períodos hipotéticos “reais”

Se a criança *sofreu um arranhão*, mando toda a diretoria da escola para a cadeia.

b. Períodos hipotéticos “irreais”/ condicionais contra-factuais

Se ele tivesse *aberto a boca*, todos o acusariam de vestir a carapuça.

c. Períodos hipotéticos que remetem ao futuro

Se a reputação da menina *sofrer um arranhão*, mato o sem-vergonha.

d. Orações causais com: só porque, bastou P para Q:

Bastou que um dos internos *sofresse um arranhão* para que toda a diretoria do colégio fosse processada

e. Integrantes dependendo de verbos de dúvida: não ponho a mão no fogo, duvido que, é pouco provável que, não acredito que, não é certo que, ...

Duvido que essa moça seja *flor que se cheire*.

f. Interrogativas indiretas

Pergunto-me se ele daria *um tostão furado* para tirar o pai da força

g. Subordinadas temporais remetendo ao futuro

No dia em que *tiver um tostão furado* no bolso vai tornar-se completamente insuportável.

h. Condicionais hiperbólicos

Se ela for *flor que se cheira* eu sou uma camélia.

(8) a. Períodos hipotéticos usados para realçar causalidade

Se a criança *sofreu um arranhão* foi porque os inspetores de alunos não cuidaram direito.

b. Subordinadas concessivas “irreais”

Mesmo que ele tivesse *aberto a boca* naquela ocasião, não conseguiria convencer ninguém.

c. Subordinadas temporais remetendo ao passado

No dia em que a reputação da menina *sofreu um arranhão*, matou toda a família.

d. Orações causais com como, porque; coordenadas explicativas com já que:

Toda a diretoria do colégio foi processada, pois um dos internos *sofreu um arranhão*.

e. Integrantes dependendo de verbos factivos ou de dizer:

O exame dos fatos comprovou que a moça era *flor que se cheirava*.

O secretário do colégio chamado a depor disse que a moça era *flor que se cheirava*.

f. Interrogativas diretas, retóricas ou não:

Você daria/ não daria *um tostão furado* para tirar seu pai da força?

g. Subordinadas temporais centradas no presente

Desde que ele tem *um tostão furado*, todos o respeitam.

h. Orações comparativas

Da mesma forma que ela é *flor que se cheira*, eu sou uma camélia.

Tabela 1

Como se pode comparar no quadro acima, a idiomaticidade está presente nos casos apontados em (7), que permitem a interpretação de negação polar, não-composicional, ao passo que para os listados em (8), não: ou soam estranhos, ou então a

interpretação é linear, composicional. O autor aponta ainda que há uma relação entre o primeiro tipo de contextos em (7) e as orações negativas, enquanto que os contextos dos tipos apresentados em (8) se comportam como as orações afirmativas. Ele irá afirmar que “*investigar a natureza das locuções de polaridade negativa é em grande parte investigar a natureza dos contextos que facultam (ou impedem) sua ocorrência.*” (Ilari, 1984, p. 91)

O que parece ocorrer nos casos em (7) são contextos que, assim como a negação, favorecem uma interpretação de ‘não-realidade’ para as construções que comportam as LPNs, exceção feita ao enunciado (7)d ‘Bastou que um dos internos *sofresse um arranhão* para que toda a diretoria do colégio fosse processada’ que no meu julgamento não permite leitura polar, não-composicional, pois nesse caso não posso interpretar ‘*sofrer um arranhão*’ como ‘*sair ileso*’. Ainda há uma outra discordância de julgamento, quanto a (8)f. Parece-me que em uma pergunta retórica do tipo:

(8)f Ele daria/não daria *um tostão furado* para tirar o pai da força?

a LPN pode ser interpretada idiomáticamente, o que enquadraria esse tipo de pergunta no primeiro grupo e não no segundo. Essas duas discordâncias em certa medida ‘arrumam’ a classificação proposta por Ilari (ainda que não tenha sido isso o que as tenha motivado), uma vez que ajustam todos os contextos para ‘não-reais’⁵ no primeiro caso e para ‘reais’ no segundo.

⁵ Estou usando esses termos intuitivamente, ainda sem nenhuma precisão ou refinamento teórico que procurarei dar na seção 2.3, quando da avaliação dos tratamentos focalizados.

Contudo, o enquadramento dos contextos feito pelo autor, permite dizer que Ilari aproxima-se do traço apontado por Giannakidou (1997) como deflagrador para tais expressões, a saber, o da veridicidade, do qual tratarei na seção 2.2.4. adiante.

Assim, a primeira tentativa de generalização que ele irá propor é a de que a ocorrência das LPNs será justificada por contextos que não apresentem necessariamente o advérbio **não** no nível superficial das orações, “*mas pela presença na representação semântica das sentenças de uma negação, afetando conteúdos com qualquer natureza ilocucional: assertados, pressupostos, simplesmente implicados.*”(Ilari, id., p.92)

O autor se baseia em exemplos como:

(9) Se ele tivesse dado *um tostão furado* para ajudar os flagelados, teria feito tanto escarcéu a respeito que todos saberiam.

em que a sentença (9) acima não apresenta uma negação explícita, no entanto licencia a LPN, trata-se de um condicional contra-factual, a saber, um condicional que pressupõe a falsidade de seu antecedente (contrariando as condições de verdade do emprego do condicional padrão – averídico, nos termos de Giannakidou). Portanto, a pressuposição (PP) do antecedente é:

(9) PP - Ele não deu *um tostão furado* para ajudar os flagelados.

Ele ainda recorre a enunciados como (10) para corroborar essa explicação:

(10) Esforçamo-nos para que ele tirasse *um tostão furado* do bolso.

que estaria, segundo o autor, no limite entre a aceitabilidade de (10)a e a inaceitabilidade de (10)b:

(10) a Esforçamo-nos *inutilmente* para que ele tirasse *um tostão furado* do bolso.

(10) b Esforçamo-nos *com sucesso* para que ele tirasse *um tostão furado* do bolso.

Novamente, (10)b é possível com uma interpretação composicional, mas não é essa interpretação que está em pauta aqui.

O autor, a propósito desses enunciados, observa que *esforçar-se* é um verbo conativo, isto é, que indica uma tentativa de obter a realização da ação expressa na subordinada e, ainda, que o acréscimo a esse tipo de verbos de expressões como ‘*com sucesso*’ ou ‘*inutilmente*’ permite validar as inferências contrárias de que a ação da subordinada se realizou ou não. Em outros termos, tais expressões transformam *esforçar-se* em um verbo factivo ou neg-factivo, segundo a classificação de Karttunen (*apud* Ilari). Tais constatações levam à questão da representação formal desses enunciados e Ilari irá então supor

Poder-se-ia, em suma, sugerir que as locuções de polaridade negativa só aparecem em contextos sintáticos tais que uma representação (profunda) adequada as localiza no âmbito de uma fórmula negativa, pouco importando o carácter ilocucional dessa fórmula (assertada, pressuposta, implicada), o grau de encaixamento, etc. (Ilari, 1984, p. 92)

Contudo, o próprio autor se declara cético com relação a uma representação semântica em que as subordinadas deveriam aparecer negadas, para os enunciados como os de (7) do quadro anteriormente apresentado, e prefere apontar as dificuldades que tal representação coloca.

O autor invoca o enunciado abaixo que apresenta problemas quanto à sua representação, isto é, sobre qual das paráfrases melhor reproduziria o seu sentido e, por conseguinte, quanto à localização da negação numa representação formal.

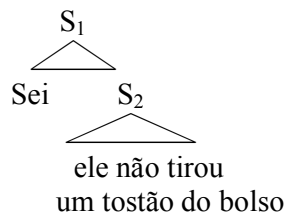
(11) Ignoro que ele tenha tirado um tostão do bolso.

(11) a Sei que ele não tirou um tostão do bolso.

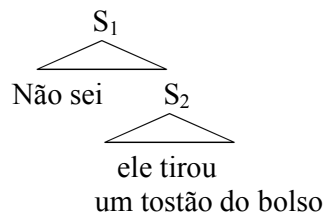
(11) b Não sei se ele tirou um tostão do bolso.

A primeira versão manteria a expressão polar sob a influência da negação, mas apresentaria uma interpretação “insólita” - nas palavras do próprio autor - para o verbo da principal ‘*ignorar*’ que seria interpretado como ‘*saber que não*’; enquanto que a segunda paráfrase deslocaria a negação para a principal, apresentando uma versão mais plausível para o verbo aí presente, mas a afastaria do elemento sob sua influência:

(11) a



(11) b



Há ainda outros casos problemáticos, apontados por Ilari, em relação à representação da negação, não em relação a questões de localização e conseqüentemente de escopo, mas em proporcionar uma representação semântica plausível para certos tipos de expressões, como por exemplo:

(12) Eu me pergunto se alguma vez na vida ele tirou do bolso um *tostão furado*.

(13) A polícia fecha esta biboca no dia em que

alguém *abrir a boca*.

acontecer o *menor acidente*.

deixarmos de pagar um *tostão furado* de imposto.

Em razão da dificuldade de encontrar uma paráfrase que exiba uma negação explícita para casos como (12) e (13) acima, Ilari procurou estabelecer critérios que permitissem agrupar as expressões de polaridade negativa sob a mesma classe. Para tanto, ele buscou uma relação com a noção de escalas pragmáticas, proposta por Fauconnier (1975a,b) para os superlativos.

Assim, se tomarmos o exemplo de superlativo pragmático:

(14) Pedro *não tinha a mais leve suspeita* de que a mulher o traía.

Ilari, apoiado em Fauconnier, considera que as expressões desse tipo são interpretadas no interior de uma escala argumentativa em que os superlativos, co-ocorrendo com uma negação, assumem o papel de um quantificador. Assim, *não ter a menor suspeita*, *a mais leve suspeita* é igual a *não ter nenhuma suspeita*, isto é, os interlocutores atribuem a tais expressões uma posição numa escala, nesse caso a posição mais baixa, e negar o ponto mais baixo significa negar toda a escala. Dirá Ilari: “*negar o ponto mais baixo da escala é uma maneira não-standard mas eficaz de generalizar a negação a todos os termos da escala*”. (id., p. 95)

Essa noção permite associar as expressões de polaridade negativa aos *superlativos gramaticais ou pragmáticos* na medida em que ambas as expressões funcionariam como elementos que marcam um ponto extremo de uma escala pragmática, assumindo nesses casos um papel de quantificação. Se a propriedade R se aplica para o ponto mais baixo de uma escala então se aplica para todos os elementos dessa escala.

A solução de Ilari, portanto, é a de considerar, a partir da análise de Fauconnier, que as locuções de polaridade negativa estão associadas a escalas em que os termos se hierarquizam segundo uma relação próxima à da implicação ou de acarretamento, como também postula Ladusaw (1983).

Essa hipótese explicaria melhor a ocorrência de expressões de polaridade negativa em orações afirmativas quando encaixadas em certas construções como períodos hipotéticos reais, irrealis (condicionais /contrafactuais), que remetem ao futuro, de dúvida e com interrogação indireta.

Podemos, então, resumir as conclusões a que Ilari chega:

- as EPNs são um fenômeno sistemático das línguas naturais, para tanto apresentam um comportamento semântico consistente, a saber, a interpretação idiomática – não-composicional, bem como uma distribuição sintática restrita em contextos que favorecem uma interpretação não-realista;
- o traço que permitiria agrupar as expressões e caracterizar os contextos que as licenciam poderia ser a negação, clara, explícita; ou uma negação num nível semântico das representações do significado. Dado que nem sempre é possível identificar com clareza um nível representacional das expressões envolvidas,

ou mesmo, dar a representação das orações em que tais expressões ocorrem, o autor propõe outro critério para caracterizar as EPNs;

- as EPNs funcionariam como quantificadores não-standard, nos moldes do proposto por Fauconnier para os superlativos, atuando segundo escalas argumentativas que estabeleceriam a orientação para as relações de acarretamento e/ou implicação dos elementos envolvidos.

2. 2. Dos tratamentos em jogo: um pra lá, um pra cá.

A literatura lingüística que trata dos fenômenos de polaridade negativa é já considerável e reporta-se especialmente a dois tratamentos referenciais: o de Ladusaw (1979, 1980, 1983) conhecido como *Teoria de Downward Entailment* e o de Linebarger (1980 a, b, 1987), *Teoria da Implicatura Negativa*⁶, que subsumem outros tratamentos clássicos sobre o fenômeno, como os de Klima (1964) e Baker (1970 a, b). Dada a importância dessas primeiras abordagens e ao fato de os tratamentos posteriores remeterem-se especialmente aos dois primeiros autores, ora para reforçar um deles ora, outro, discutirei cada um para, na seqüência, examinar os demais.

2.2.1. Teoria da Implicatura Negativa.

Ainda que o tratamento de M. Linebarger (1987) seja cronologicamente posterior ao de W. Ladusaw, começarei a discussão pela sua abordagem porque, no

⁶ No original Teoria do *implicatum* negativo, termo utilizado para designar as implicaturas convencionais, isto é, os pressupostos.

artigo em tela, a autora retoma e discute a proposta de Ladusaw o que facilita nossa discussão aqui.

Linebarger (1987) discute a questão da representação formal dos itens de polaridade negativa como *any, ever, yet, anymore, much, too, until* e de expressões idiomáticas como *a red cent, budge an inch, lift a finger*, entre outros e os toma como evidência para discutir o estatuto teórico de certas instâncias do modelo formal ao qual adere, a saber, para discutir a consistência e a legitimidade teórica da forma lógica (LF, da expressão em inglês) no modelo gerativista (naquela altura da REST – Revised Extended Standard Theory). Para tanto, a autora apresenta uma revisão das propostas anteriores de Klima (1964), Baker (1970 a, b) e de Ladusaw (1979, 1980, 1983) e propõe uma nova versão que difere das demais fundamentalmente em dois pontos:

- quanto ao nível formal da atuação do elemento deflagrador da EPN (expressão de polaridade negativa), a LF para ela, em que diverge da proposta de Baker que postula a estrutura-S; e,
- quanto à natureza da relação deflagradora da EPN, não um acarretamento como propõe Ladusaw, mas sim um *implicatum*, um pressuposto (se é que se pode dá-los como sinônimos).

Para ela, a questão da representação formal das sentenças que contêm EPNs tem a ver com a relação que se pretende estabelecer entre os processos gramaticais e o sentido. Portanto, se se assume que o conhecimento que o falante tem da sua língua representa um sistema autônomo distinto de outros sistemas cognitivos, mas com eles interage (Chomsky, modularidade da mente), então, deve-se, segundo ela, fazer uma

distinção entre aspectos do sentido que são especificados pela gramática e aqueles que são produtos da interação entre conhecimento lingüístico e não-lingüístico. Num modelo desse tipo a contribuição da gramática para o sentido deverá ser expressa em forma lógica (LF), um componente gramatical que serviria de *input* para processos interpretativos posteriores. Nesse sentido, atestar a necessidade e a consistência desse nível de representação no modelo é da ordem do metodológico e não do empírico na medida em que reafirma a adequação do modelo escolhido, contudo se se obtém fortes evidências empíricas que justifiquem tal postulação a teoria ganha em poder explicativo.

Linebarger discute a hipótese explicativa de Klima (1964) em que as EPNs seriam derivadas por regras de suplementação de contrapartes positivas, a saber, as EPNs apresentariam formas positivas subjacentes: ‘*any*’ seria derivado de ‘*some*’; ‘*yet*’ de ‘*already*’, ‘*anymore*’ de ‘*still*’. Além disso, todas as expressões licenciadoras de EPNs teriam o traço [+affective]⁷. A autora irá rejeitar essa abordagem invocando a ‘indesejabilidade intrínseca’ de uma regra tão poderosa como a de ‘*some-any*’, mas também porque tal proposta apresenta ao menos dois grandes problemas: o primeiro que nem toda EPN tem uma contraparte positiva (da qual seria derivada); e o segundo que alguns contextos admitem tanto EPNs como suas contrapartes positivas. Linebarger observa que a análise de Baker (1970 a, b) aponta para essas dificuldades e já apresenta outra hipótese para a ocorrência de EPNs, a saber, um licenciamento em dois tempos:

- (a) EPNs são adequadas em estruturas sob o escopo da negação, enquanto que itens de polaridade afirmativa não têm restrição (sendo que o escopo da negação é

⁷ Manterei o termo ‘*affective*’ em inglês dados o seu sentido peculiar, a sua importância para a teoria e a dificuldade de encontrar **um** termo equivalente em português.

definido na estrutura de superfície, como em tratamentos anteriores de Klima e Jackendoff);

(b) Dadas as representações semânticas P_1 e P_2 que satisfazem as seguintes condições:

$$(A) P_1 = X_1 Y Z_1 \text{ e } P_2 = X_2 Y Z_2$$

onde Y é uma representação semântica bem-formada;

$$(B) P_1 \text{ acarreta } P_2$$

Então a representação lexical adequada para Y em P_2 [por (a)] é também adequada para Y em P_1 .

A parte (a) da proposta de Baker é o caso paradigmático, licenciado por uma negação explícita, enquanto que o contido na parte (b) apresenta um licenciamento derivativo (*indireto*) por acarretamento. A autora chama a atenção para o fato de que o licenciamento indireto “não supõe *decomposição lexical* para licenciar a negação”, ele envolve, outrossim, “a relação entre um par (de sentenças, de proposições), não uma fatoração da negação implícita na sentença que contém a EPN.”(Linebarger, 1987, p. 331)

O que é relevante da proposta de Baker, mais do que a possibilidade de acerto da hipótese apresentada, é a observação que a autora traz feita por Lakoff (1972)

Para a Lingüística, suas [*da formulação de Baker*] conseqüências são consideráveis, uma vez que ela afirma que a *distribuição de morfemas* é determinada não apenas pelos demais elementos e estruturas presentes na mesma sentença, ou mesmo numa derivação transformacional da sentença [*estamos em 72!*⁸], mas levando-se em conta equivalências lógicas... A hipótese de Baker, se correta, poderá mostrar que há uma relação entre gramaticalidade e

⁸ Comentário acrescido.

equivalência lógica (Lakoff, 1972, p. 598: apud Linebarger, 1987, p. 331)

A análise proposta por Linebarger mantém basicamente a mesma arquitetura da proposta de Baker, isto é, de um licenciamento em duas fases, mas irá apresentar duas reformulações: uma, quanto ao nível de atuação do escopo da negação, quando deflagrador de EPNs, da estrutura-S – tal como proposto por Baker, para a LF – na proposta da autora, outra, quanto ao tipo de relação deflagradora – de um acarretamento para uma implicatura⁹, uma pressuposição na medida em que é esta que garante virtualmente a verdade do enunciado em tela.

Para justificar a primeira alteração, do nível formal de atuação do escopo, ela irá recorrer a dados em que há co-ocorrência entre EPNs e quantificadores e entre EPNs e ‘*because-clauses*’. Os exemplos são do seguinte tipo:

(14) He didn’t move *because* he was pushed.¹⁰

“Ele não se mexeu porque foi empurrado.”

(14)a NOT CAUSE (he was pushed, he moved)

‘His moving wasn’t caused by his being pushed.’

“Seu movimento não foi causado por ele ter sido empurrado.”

(Ele se mexeu por outra razão.)

(14)b CAUSE (he was pushed, NOT [he moved])

‘His not moving was caused by his being pushed.’

⁹ Linebarger utiliza o termo *implicature* em seu artigo, mas está na maioria das vezes e, especialmente nos casos de licenciamento de EPNs, referindo-se a *implicaturas convencionais* (no sentido griceano), o que corresponde ao termo *pressuposto*, de uso mais corrente no glossário da disciplina em português.

¹⁰ Os exemplos de Linebarger serão mantidos em inglês dadas as especificidades e restrições das EPNs.

“Seu não-movimento foi causado por ele ter sido empurrado.”

(Foi porque ele foi empurrado que ele não se mexeu.)

(15) He didn't *budge an inch* because he was pushed.

“Ele não *moveu um milímetro* porque ele foi empurrado.”

não-ambígua = a (14) b

‘It was because he was pushed that he didn't *budge an inch*.’

“Foi porque ele foi empurrado que ele não *moveu um milímetro*.”

Dos exemplos acima, (14) apresenta uma leitura ambígua entre (14a) com escopo amplo da negação sobre o operador de causa ‘CAUSE’ e (14b) com escopo restrito sobre a encaixada. Contudo, (15) que é similar a (14), exceto pelo fato de apresentar uma EPN – *budge an inch* (‘mover um milímetro’) – permite apenas uma interpretação, a do escopo restrito. Como se pode observar pelas traduções correspondentes, essa variação de escopo e comportamento diferente para o caso de EPNs também ocorre em português. Esse comportamento é consistente para as construções que apresentam EPNs, que vetam a interpretação com escopo amplo do operador de negação, e levaram a autora a propor para o licenciamento de EPNs a definição do escopo da negação – e sua conseqüente necessária contigüidade à EPN – em LF e não na estrutura-S. A essa condição de acessibilidade entre a EPN e a negação pertinente à sua ocorrência (que não admite a intervenção de nenhum operador entre eles) ela irá denominar *Condição do Escopo Imediato* – ISC (sigla da expressão em inglês – *Immediate Scope Constraint*).

Quanto à segunda alteração, a saber, o tipo de licenciamento, Linebarger irá afirmar que a relação entre a sentença ‘hospedeira’ e seu pressuposto (*implicatum*) negativo não precisa ser restrita ao acarretamento lógico.

A autora objeta que a segunda formulação de Baker é, ao mesmo tempo, muito fraca e muito forte:

- **fraca** porque nem todo acarretamento negativo licencia EPN. Nesse perfil estariam os casos de acarretamentos triviais como ‘P acarreta não[nãoP]’ que deveriam licenciar EPNs em sentenças positivas como (16)a abaixo, com base no acarretamento de (16)b e, no entanto, ela resulta inaceitável:

(16)a *John has (*ever) been there.* →

b *It's not the case that John hasn't (ever) been there.*

- **forte** porque muitas vezes a exigência licenciadora não é um acarretamento e sim uma implicatura (um PP e não uma implicação lógica). Ela irá precisar em que sentido está empregando o termo:

“ ‘Implicature’ is used here in the sense of Karttunen and Peters (1979): If the uttering of a sentence Φ in a given context licenses the inference P even though the proposition P is something over and above what the speaker actually says, then P ... is an IMPLICATURE of the utterance of Φ . Grice discusses two kinds of implicatures: CONVERSACIONAL and CONVENTIONAL. The former sort is ultimately connected with the notion of cooperative conversation ... CONVENTIONAL implicatures [e.g. the implicatures associated with *even* and *only*] arise not from the interplay of what is said with conversational maxims but from the conventional meanings of words and grammatical constructions that occur in the sentence... [A difference between conversacional and conventional] is that conventional implicatures are NOT CANCELABLE: it is contradictory for the speaker to deny something that is conventionally implicated by the sentence he has

uttered. Conversational implicatures can always be prevented from arising by being explicitly disavowed.” (Linebarger, ob. cit., p. 343).

Para comprovar suas afirmações, a autora irá se basear em enunciados como:

(17) I didn't help him because I have *any* sympathy for urban guerrillas.

‘Eu não o ajudei porque eu tenho qualquer simpatia por guerrilhas urbanas.’

(18) NOT CAUSE ($\neg \exists x$ (I have x), I helped him)

(onde x = sympathy for urban guerrillas)

Essa ocorrência de EPN deve ser obtida indiretamente uma vez que ela não pode ser licenciada pela parte (a) da formulação Baker/Linebarger, dado que entre a EPN e a negação deflagradora intervém o operador CAUSE. Para examinar o tipo de relação que poderá licenciar sentenças como (17), a autora irá analisar (19) e suas possíveis interpretações:

(19) I didn't help him *because* I sympathize with urban guerrillas.

“Eu não o ajudei *porque* eu tenho simpatia por guerrilhas urbanas.”

(20) CAUSE (I sympathize with urban guerrillas, NOT [I helped him])

‘It was because I sympathize with urban guerrillas that I didn't help him.’

“Foi porque eu tenho simpatia por guerrilhas urbanas que eu não o ajudei.”

(Contexto possível: ‘him’ é um agente do FBI)

(21) NOT CAUSE (I sympathize with urban guerrillas, I helped him)

‘It wasn’t because I sympathize with urban guerrillas that I helped him.’

“Não foi porque eu tenho simpatia por guerrilhas urbanas que eu o ajudei.”

(Contexto possível: ‘him’ é o guerrilheiro urbano)

Por esses exemplos, pode-se notar que, quando (19) tem uma interpretação da negação com escopo amplo sobre o elo de causalidade, a crença do falante sobre a verdade do argumento proposicional de CAUSE (*‘I sympathize with urban guerrillas’*) fica em aberto, como se pode verificar em (22) abaixo. Assim, (19)/(21), com escopo amplo da negação, é compatível com as seguintes paráfrases:

(i) em que há a afirmação explícita da verdade da sua proposição:

(22)a *Although I do sympathize with urban guerrillas, that wasn’t the reason I helped him. I helped him because he’s my brother.*

“Embora eu realmente tenha simpatia por guerrilhas urbanas, não foi por essa razão que eu o ajudei. Eu o ajudei porque ele é meu irmão.”

(ii) em que há uma recusa do falante em se comprometer com sua verdade ou falsidade:

(22)b *I don’t know whether or not I sympathize with urban guerrillas, but the issue is irrelevant: the reason I helped him is that he is my brother.*

“Eu não sei se eu tenho ou não simpatia por guerrilhas urbanas, mas isso é irrelevante: a razão pela qual eu o ajudei é que ele é meu irmão.”

(iii) em que há uma negação explícita da sua verdade:

(22)c *Whatever the reason was for my helping him, it wasn't that I sympathize with urban guerrillas; I don't sympathize with them.*

“Qualquer que tenha sido a razão pela qual eu o ajudei, não foi porque eu tenho simpatia por guerrilhas urbanas; eu não tenho simpatia por elas.”

Assim, se se considera a relação deflagradora como uma relação de acarretamento, cada vez que tivermos P devemos inferir Q, se P acarreta Q; e, portanto, se P é falso também é falsa a relação ‘Q porque P’. Contudo, se a relação considerada não for a de acarretamento mas a de pressuposição, a falsidade de uma das proposições pode ocorrer sem prejudicar a relação entre as proposições e poderá ser cancelável para as demais possibilidades de interpretação.

Dessa forma, o enunciado (17) com uma EPN (aqui repetido por comodidade)

(17) I didn't help him because I have *any* sympathy for urban guerrillas.

deve ser interpretado no sentido de (22)c *Whatever the reason was for my helping him, it wasn't that I sympathize with urban guerrillas; I don't sympathize with them.*, em que há uma pressuposição negativa (*negative implicatum*), que pode ser cancelada em sentenças sem EPNs como (19) I didn't help him *because* I sympathize with urban guerrillas., a qual pode admitir a continuidade de (22) *a* ou *b* que cancelam o PP negativo. A pressuposição, ao contrário do acarretamento, é opcional e só se torna obrigatória na presença de uma EPN. É essa proposta e o fato de postular o deflagrador

como uma implicatura no sentido explicitado que a levam a considerar sua abordagem como sintático-pragmática. Ela afirma que a gramática fornece os traços contextuais, a saber, o ISC (restrição de escopo imediato, sigla em inglês), e as EPNs trazem a implicatura (pressuposição) em cuja forma lógica o ISC é satisfeito.

Ela explicita “*Thus parts (a) and (b) [do licenciamento proposto] represent, respectively, the syntactic and pragmatic components of this account.*” (Linebarger, ob. cit., p. 357) – parte (a) licenciamento sob negação explícita e parte (b) licenciamento indireto por implicatura negativa.

Pode-se verificar, então, claramente a partir dessa afirmação, que a concepção de pragmática da autora é muito mais abrangente do que usualmente se considera pragmático hoje, porque mantém no âmbito da pragmática a pressuposição. Ainda que essa autora produza uma análise no interior do modelo gerativo pré-minimalista, sua caracterização da pragmática não é implodida pelas concepções da nova versão. Seu enquadramento é consistente com o modelo teórico adotado, a gramática gerativa, e com caracterização explicitada por Chomsky (2000), que é certamente um texto posterior ao de Linebarger, mas cujas formulações já estavam circulando há mais tempo. No segundo capítulo de seu livro, *New Horizons in the Study of Language and Mind*, intitulado ‘Explaining language use’, Chomsky retoma a afirmação de Putnam segundo a qual

“ ‘certas habilidades humanas – a linguagem é o exemplo paradigmático – podem não ser teoricamente explicáveis isoladamente’, desvinculadas de um modelo completo da ‘organização funcional humana’, que ‘pode muito bem ser *ininteligível* aos humanos quando enfocada em detalhe’. O problema é que ‘nós não estamos, realisticamente, em vias de conseguir um modelo explicativo detalhado para o tipo natural *-*natural kind -* “ser humano”, não por causa da “*mera complexidade*” mas porque somos parcialmente opacos a nós mesmos, no sentido de não termos a habilidade de nos compreendermos uns aos outros como entendemos os átomos de hidrogênio.” (Chomsky, 2000, p.19)

Essa convicção leva Chomsky a distinguir aquilo que podemos apreender formalmente sobre a linguagem e aquilo que dela é opaco para nós, a distinguir um conhecimento científico – naturalista – realizado a partir de operações racionais sobre os objetos a serem explicados e outro que é realizado por outras formas de explicar como as da religião, da intuição, etc.

Para ele, a explicação naturalista - entenda-se, aqui, científica - que se pode fazer da linguagem, é a da teoria sintática, formalmente apresentada. E é por isso que relações/noções semânticas aparecem como sintáticas em seu modelo, pois são calculáveis, formalizáveis, ao passo que qualquer outra abordagem ou possibilidade explicativa é pragmática, da ordem das suposições, do conhecimento partilhado que é opaco às explicações.

Vista dessa maneira, a explicação de Linebarger para as EPNs – uma vez que não é completamente formalizável em nenhum dos níveis previstos pelo modelo, ‘*frustratingly unalgorithmic*’ (em suas próprias palavras), porque recorre a pressuposições – deve ser vista, a partir do próprio modelo, como pragmática.

2.2.2. Teoria do Acarretamento para Baixo.

O tratamento proposto por Ladusaw (1979, 1980 e 1983) denominado *Downward Entailment Theory*, é assumidamente um tratamento semântico que não considera a negação como um elemento fundamental para a ocorrência de uma EPN. Ao contrário, construindo sua proposta a partir das noções de escalas pragmáticas de Fauconnier (1975), o autor busca um critério unificador para as construções que permitem EPNs e

propõe os critérios (A) e (B) abaixo como condições necessárias para a aceitabilidade de sentenças contendo tais expressões:

(A) Uma expressão d é um reversor de polaridade sse sua função de denotação d' é tal que $\forall X \forall Y [X \leq Y \rightarrow d'(Y) \leq d'(X)]$.

(B) Um item de polaridade negativa será aceitável apenas se estiver sob o escopo de uma expressão reversora de polaridade.

(Ladusaw, 1983, p. 383).

Ladusaw esclarece que a condição (A) acima é uma generalização trans-categorial da definição de quantificador *monotone decreasing* de Barwise and Cooper (1981).

O autor afirma, também, que no caso de constantes lógicas como determinantes, conectivos, advérbios quantificacionais e partículas de negação, cujas funções denotacionais são fixas, é possível mostrar que as expressões que servem como licenciadores para EPNs têm as propriedades acima. A aproximação entre a relação definida por \leq (relação entre subconjuntos para categorias cujas denotações são conjuntos) e a operação semântica de *acarretamento* permitem, segundo ele, alinhar provas formais de que as várias funções denotacionais de licenciamento têm as propriedades enunciadas.

Para determinantes, cujos argumentos são os constituintes *the N^l* que eles comandam, espera-se o seguinte padrão

$$(23) \text{ onde } X \leq Y, [s_{[NP} DY]Z] \Rightarrow [s_{[NP} DX]Z]$$

e para NPs sujeitos que são reversores de polaridade, espera-se o seguinte padrão de acarretamento

$$(24) \text{ onde } X \leq Y, [s[_{NP} DZ]Y] \Rightarrow [s[_{NP} DZ]X]$$

Os exemplos de (25) abaixo permitem verificar os padrões de acarretamento dos determinantes(sic) *no* e *every* como reversores de polaridade e de *some* como conservador, este último, portanto, não-licenciador. A estrutura composicional associada a essas sentenças define o escopo do determinante como o N^1 que ele comanda.

(25)a *No* man walks. : : *No* father walks.

- acarretamento de conjunto para subconjunto, portanto **reverte**

b *Every* man walks. : : *Every* father walks.

- acarretamento de conjunto para subconjunto, portanto **reverte**

c *Some* father walks. : : *Some* man walks.

- acarretamento de subconjunto para conjunto, portanto **conserva**

Onde, $d(\text{father}) = X \leq d(\text{man}) = Y$, apenas (25)a e b se enquadram na situação (23).

Os exemplos de (26) abaixo, por sua vez, permitem observar os acarretamentos de todo o NP, cujo escopo será o VP que ele c-comanda, onde *no man* permanece como reversor ao passo que *every man* torna-se conservativo.

(26)a *No man walks.* :: *No man walks slowly.*

(reverte)

b *Every man walks slowly.* :: *Every man walks.*

(conserva)

c *Some man walks slowly.* :: *Some man walks.*

(conserva)

(25) e (26) acima demonstram que não são os itens lexicais isolados ou mesmo os ‘determinantes’ isolados que possuem as propriedades descritas em (23) e (24), mas sim composicionalmente todo o sintagma e mesmo toda a sentença em que tais ‘determinantes’ ocorrem.

As noções de *reversão* ou *conservação* de propriedades correspondem, aproximadamente, às de acarretamento para baixo (*downward entailment/ monotone decreasing*) e para cima (*upward entailment/monotone increasing*), respectivamente.

(27) Mário não gosta de criança.

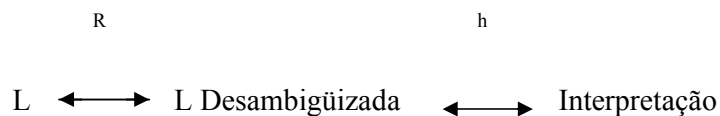
(acarretamento para baixo)

(28) Mário não gosta de criança levada/ quieta/ suja, etc.



Ladusaw discute o seu tratamento e a proposta de Linebarger (em sua versão anterior, de 1980) e questiona, especialmente, o nível de definição da atuação do escopo dos licenciadores – o da LF, na concepção gerativista; ou o da DR (desambiguated representations), na sua versão, a partir da concepção da gramática de Montague. A questão que ele aponta diz respeito à compreensão do que é *estar sob o escopo de*, que na sua caracterização não se resume a uma relação de c-comando, mas sim, define-se em termos de relações de função/argumento definidas numa estrutura composicional CS (sigla em inglês).

Para tanto, o autor apresenta a sua proposta de tratamento de expressões das línguas naturais, a partir da teoria de Montague, que fornece uma forma de interpretar expressões ambíguas através de um processo de desambigüização, assim esquematizado:



A relação de desambigüização R relaciona expressões da linguagem a serem interpretadas a um conjunto de expressões na língua desambigüizada e a atribuição de sentido h é um isomorfismo da álgebra sintática da língua desambigüizada a uma álgebra dos sentidos. O autor afirma que se poderiam aproximar as duas representações, a de LF e a de DR; contudo, enquanto LF/DR são construídas como objetos sintáticos, a interpretação de uma DR será a composição de constructos teóricos do modelo. A DR é vista nesse modelo como uma estrutura hierárquica contendo itens lexicais com vários traços e relações configuracionais definidas entre si através de procedimentos teórico-arbóreos familiares.

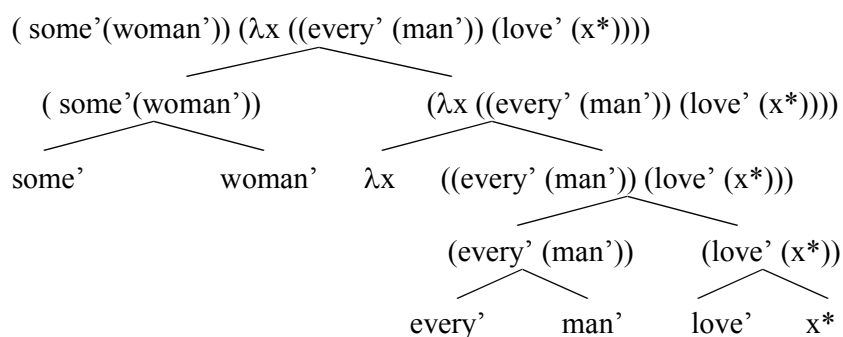
Construída como uma representação da maneira como a interpretação de uma sentença é derivada a partir da interpretação de suas partes, a DR é, de fato, um objeto diferente. É uma representação de como funções de vários tipos são aplicadas a outras funções para permitirem a interpretação de sentenças.

Ladusaw diz que essa segunda maneira de encarar a DR, que ele chama de estrutura composicional (CS), pode ser comparada à LF para estabelecer as suas diferenças. Abaixo (29) é a LF e (30) a CS:

(29) $[_{NP} \text{some}[_{N'} \text{woman}]]_a [_{S}[_{NP} \text{every}[_{N'} \text{man}]][_{VP} \text{love} [_{NP} a]]]$ – LF

(30) $(\text{some}'(\text{woman}')) (\lambda x (((\text{every}'(\text{man}')) (\text{love}'(x^*))))$ – CS

(30)'



Assim, o autor irá afirmar que *some'* em (30) não é um item lexical, mas a função de conjuntos a conjuntos de conjuntos, cujo valor num conjunto p será $\{q : p \cap q \neq \emptyset\}$.

O modelo da gramática montagueana utilizado por ele fornece, na verdade, dois tipos de objetos correspondentes à LF: a DR que é equivalente à LF por ser também um

objeto sintático, e a CS (estrutura composicional) que não tem similar no modelo gerativo. A diferença entre os dois níveis de representação consiste no tipo de relações que elas explicitam: as condições estabelecidas pela LF/DR dizem respeito apenas a relações configuracionais ou de ordenação entre itens na LF e propriedades de itens que podem ser representadas como traços sintáticos ou semânticos associados lexicalmente ou projetados a partir de itens lexicais; a CS ao contrário não remete a relações configuracionais entre os elementos de uma sentença a não ser na medida em que a assunção da composicionalidade determine que algumas dessas relações devam ser preservadas nas relações de funções/argumentos de CS.

Para o autor, portanto, há evidências no domínio das condições de gramaticalidade que justificam as duas noções LF/DR e CS: a sustentação para a noção sintática de LF/DR vem das condições que devem ser enunciadas em termos de relações de ordem e de configuração que não podem ser reduzidas a relações na estrutura-S ou a relações na CS; o suporte para a noção semântica de CS vem de condições que podem ser enunciadas em termos de relações de função/argumento e propriedades de interpretação de funções que não podem ser tratadas pela DR/LF.

A argumentação de Ladusaw é de que os elementos que licenciam EPNs não são apenas expressões ou itens lexicais, mas sim as condições resultantes na estrutura composicional. Ele diz que, ainda que a definição não-configuracional de escopo em termos de relações de funções/argumentos pudesse ser definida configuracionalmente em termos de relações de c-comando, isto é, segundo a explicitação dada em LF/DR, a definição de reversor de polaridade não pode. O autor busca, portanto, não só uma propriedade comum, geral, a todas as construções que permitam EPNs, mas também dar conta da natureza composicional de tais licenciadores.

Linebarger descarta o tratamento proposto por Ladusaw alegando principalmente dois pontos: que o acarretamento é uma exigência muito forte – muitas vezes o requisito é de implicatura e não de acarretamento que envolve condições de verdade, e que o autor propõe para o licenciamento de EPNs uma condição necessária mas não suficiente (o que, segundo a autora prevê que o gatilho determine a possibilidade de ocorrência de uma EPN, mas não a sua aceitabilidade). Ela dirá, inclusive, que há casos em que ocorrem EPNs que não estão sob o escopo de um operador DE (*downward entailment* ou reversor de polaridade, como vimos tratando), que são os casos de ocorrências em orações adversativas¹¹, como os de (31) e (32), abaixo:

(31) She was amazed that there was *any* food left.

(32) I was surprised that he *budged an inch*.

A autora propõe que sentenças como (31) acima sejam licenciadas por um pressuposto negativo como (33), que está disponível, mas é cancelável em sentenças sem EPNs (como os casos de (19)/(22) – *das guerrilhas urbanas*, discutido por ela e já tratado anteriormente).

(33) She had expected that there wouldn't be *any* food left.

¹¹ Embora, nem Linebarger nem Ladusaw tenham explicitado o sentido em que empregam o termo 'adversativo', o que se pode depreender das condições de emprego é que os autores o tomam para designar expressões, verbos especialmente, que indicam quebra de expectativa do falante ou do ouvinte como: 'surprise', 'amaze', 'sorry', 'regret', entre outros.

Ela objeta, contudo, que no tratamento de Ladusaw as adversativas teriam que ser consideradas DE e, no entanto, é difícil atestar essa propriedade para tais construções.

Ladusaw, chama a atenção para o fato de que, se se considera apenas a primeira parte do licenciamento proposto por Linebarger, sentenças com EPNs licenciadas por expressões que não a negação morfológicamente explícita, como *few*, *rarely*, *at most n*, *every*, etc. serão dadas como agramaticais. Isso força a autora a propor um licenciamento indireto, o do pressuposto negativo. Ladusaw afirma:

“Is the licensing of negative polarity items by such polarity reversing expressions as *rarely*, *few*, *if*, and *at most three* more like cases of licensing by *not*, as expected on my analysis, or more like (30a) (sic), as Linebarger claims?” (Ladusaw, 1983, p. 389)

O exemplo (30a) a que Ladusaw se refere é, na verdade, o exemplo (31) do seu texto que reproduzo como (34), a seguir

(34)a Cows fly more often than he *lifts a finger* to help.

“É mais fácil uma vaca voar do que ele *mexer um dedo* para ajudar.”¹²

b *The sun rises more often than he *lifts a finger* to help.

“*É mais fácil o sol nascer do que ele *mexer um dedo* para ajudar.”

aos quais Linebarger atribui, respectivamente, os seguintes pressupostos possíveis

(35)a If aeronautical events involving cows are rare, then he almost never lifts a finger to help.

“Se os eventos aeronáuticos envolvendo vacas são raros, então ele quase

¹² Tradução aproximada, não-literal. Talvez a expressão mais adequada em português seja ‘mover uma palha’.

nunca mexeu um dedo para ajudar.”

b If events of the sun’s rising are rare, then he almost never lifts a finger to help.

“Se os eventos do nascer do sol são raros, então ele quase nunca mexeu um dedo para ajudar.”

em que o pressuposto em (35a) contém uma negação explícita, que licencia a EPN aí contida, enquanto aquele em (35b) não licencia a EPN, provavelmente por causa da evidente falsidade do seu antecedente.

Como pudemos observar, o embate entre essas duas abordagens se dá não propriamente quanto ao fenômeno ou quanto a evidências empíricas relevantes para o seu tratamento teórico, mas especialmente quanto a adequações formais dos modelos teóricos selecionados previamente para a descrição do fenômeno focalizado.

Assim, com relação ao tratamento lingüístico dado às EPNs há pelo menos duas questões envolvidas, uma que diz respeito à natureza do fenômeno, a saber, qual processamento de sentido está envolvido quando se utiliza uma expressão desse tipo; e, outra a da representação formal ou teórica das intuições aferidas.

Passarei, a seguir, ao tratamento que Kadmon e Landman apresentam para ‘any’, por ser esse o item que melhor encerra as características da polaridade negativa em inglês.

2. 2. 3. Qualquer linguista lhe dirá que essa não é uma escolha qualquer.

The meaning of any is a many-splendored thing. No example, in itself, could suffice to exhibit its wide variety of aspects.

Z. Vendler

Um abordagem que procura explicar a natureza de ‘*any*’, a expressão prototípica da polaridade em inglês, e dar um tratamento uniforme e consistente a esse termo, a partir de uma análise dos tratamentos anteriores, é a de Kadmon e Landman (1993).¹³

Os autores procuram encontrar uma propriedade que unifique a natureza de ‘*any*’ e explique tanto sua sensibilidade à polaridade (PS) quanto ao seu uso conhecido como *free choice* - FC. Para tanto, eles retomam os tratamentos apresentados e vão refutando suas principais premissas ou incorporando-as de modo a chegarem à sua hipótese explicativa.

Eles irão rejeitar a hipótese de Linebarger por apresentar problemas de superlicenciamento, como os casos de dupla negação (como os de (16) aqui repetido por comodidade) que configurariam pressuposto negativo mas que não licenciam EPNs, casos que a autora tem que descartar por estipulação.

(16)a John has (**ever*) been there. →

b It’s not the case that John hasn’t (*ever*) been there.

¹³ O termo que mais se aproxima de ‘*any*’, em português, é ‘qualquer’, não só pela tradução, mas também em virtude de natureza e comportamento muitas vezes similares. Há já alguns tratamentos sobre ‘qualquer’, especialmente os de Telmo Mória ‘Aspectos da Semântica do Operador Qualquer’ (cópia distribuída pelo autor, 2002) e de Roberta Pires de Oliveira (cópia manuscrita, distribuída pela autora, 2006). Esta observa a diversidade de ‘qualquer’ em relação a ‘any’ e propõe tratar esse termo, em português, como um indefinido de livre escolha ao invés de sensível à polaridade. Não é, no entanto, meu intuito neste trabalho explicitar o comportamento desse termo em português.

Para esses casos o raciocínio é, grosso modo, o seguinte: todo enunciado acarreta a sua dupla negação, a negação permite EPNs e garante virtualmente a verdade da asserção original, portanto prediz que EPNs podem ser aí licenciadas. Contudo, a própria autora reconhece que esse era já um problema para o tratamento em Baker e permanece na sua proposta, razão pela qual ela o elimina por estipulação. No entanto, Kadmon e Landman afirmam que os problemas de superlicenciamento não se restringem apenas a esses casos, pois há problemas também quanto à incorreta predição de licenciamento tanto em antecedentes quanto em conseqüentes de condicionais e ainda em associação com expressões como ‘*at most three*’.

Linebarger irá descartar um enunciado como (36) que embora tenha como implícito (37), este não garante virtualmente a aceitabilidade/verdade de (36):

(36) *Even Sue said *anything*.

(37) Sue was the most likely not to say anything.

Contudo, para os autores, Linebarger precisaria ter mostrado que não só (37) não é o pressuposto negativo adequado para licenciar (36), mas também que não há outro pressuposto negativo que cumpra essa finalidade. Para eles, há, e é (38):

(38) Sue said something although she was the most likely not to say anything.

(36) pressupõe (38), (38) garante a verdade de (36) e não há nada na versão de Linebarger que desqualifique (38) como licenciador de (36), portanto, este é

incorretamente predito como bom. Essas são razões mais do que suficientes segundo os autores para descartarem o tratamento proposto por Linebarger, ainda que reconheçam na sua(dela) abordagem a noção de localidade como pertinente para a explicação do fenômeno.

A proposta de Kadmon e Landman é uma tentativa: de encontrar propriedades uniformes aos dois usos de *any* – FC (*free choice*) e PS (*polarity sensitive*); de explicitar por que expressões com ‘*any*’ apresentam baixa tolerância a exceções; de explicitar a distribuição de expressões com ‘*any*’ a partir de seu sentido e função; e, ainda de resolver algumas questões empíricas relacionadas ao licenciamento de EPNs, insolúveis em outras abordagens. Esses objetivos eles acreditam sintetizar nas quatro seguintes características interligadas para o licenciamento de ‘*any*’:

A) Descrição: **any NC** \equiv **a NC**, isto é, um nome comum precedido de ‘*any*’ tem o valor de um nome comum precedido pelo indefinido acrescido de características semântico/pragmáticas que ‘*any*’ comporta. A única diferença entre os usos é que FC será um **INDEFINIDO** interpretado como **GENÉRICO**. (Em outras abordagens é considerado universal em oposição à interpretação existencial de PS, cf. Carlson 1981)

(39) *Any owl hunts mice.*

(40) *An owl hunts mice.*

(onde 39 \equiv 40)

B) Operação semântica associada a ‘*any*’: **WIDENING**, isto é, ‘*any*’ induz à **AMPLIAÇÃO** da interpretação do nome comum num certo domínio, ou melhor, em

uma dimensão contextual de um certo domínio (K & L, 1993, p. 361). Para explicitar esse ponto os autores apresentam as seguintes situações de interlocução:

(41) A: A sick owl doesn't hunt mice.

B: Right. Of course. Still, it's true that an owl hunts mice.

(42) A: A sick owl doesn't hunt mice.

B: Wrong. ANY owl hunts mice. (It's just if an owl is very sick it doesn't do very well on the hunt.)

Assim, em (41), corujas doentes são exceções legítimas, o conjunto que conta para a afirmação genérica são corujas saudáveis. Por outro lado, o emprego de 'any' em (42) *amplia* o conjunto de corujas que contam e inclui também as doentes. Os autores afirmam que a ampliação não precisa ser total, em (42) ela se dá na dimensão 'saudável/doente' e fica restrita a essa dimensão apenas. Uma coruja esquisita que não cace ratos pode ser uma exceção legítima nesse caso, mas as exceções são reduzidas.

A terceira característica para ambos os usos de 'any' é uma restrição semântica em relação à propriedade anterior.

C) Restrição Semântica: **STRENGTHENING/REFORÇO**, 'any' deve fortalecer o enunciado em que ocorre, isto é sua operação semântica é torná-lo mais forte. "Any será licenciado apenas se a ampliação a que ele induz cria um enunciado mais forte, i.é, apenas se o enunciado com interpretação ampla acarreta aquela com interpretação restrita."(op. cit. p. 374)

Os autores afirmam que “o reforço pode ser encarado como uma lexicalização de uma função pragmática – ‘*any*’ pode ser visto como um tipo particular de partícula enfática, cujo papel é criar um enunciado mais forte”. (id., p.369)

Essa propriedade está associada a interpretações e relações de enunciados com diferentes escopos e os aproxima do tratamento de Ladusaw, aproximação reconhecida pelos próprios autores. Contudo, eles insistem na diferença na medida em que propõem um tratamento **uniforme** para ambos os usos de ‘*any*’, uma **explicação** para o uso particular de ‘*any*’ – é porque o sentido de ‘*any*’ amplia o sentido do enunciado em que ele se encontra, ou seja, que o requisito do reforço só pode ser satisfeito em um contexto do tipo DE – e, ainda, apresentam uma explicação para a reduzida tolerância a exceções.

Exemplificando o reforço temos:

(43) Every man who has *any* matches is happy.

O uso de ‘*any*’ amplia a interpretação de ‘*matches*’ de maneira a conter inclusive os molhados, o que amplia a interpretação de ‘*man who has matches*’. Dessa forma, ‘*every*’ quantifica igualmente sobre ‘*men who have dry and wet matches*’. Esse exemplo satisfaz a condição de reforço, pois se ‘todo homem que possui fósforos’ na interpretação ampla ‘é feliz’, segue-se que ‘todo homem que possui fósforos’ numa interpretação mais restrita também ‘é feliz’.

A quarta e última propriedade de ‘*any*’ segundo Kadmon e Landman diz respeito à restrição de localidade, a partir da demonstração da necessidade dessa vinculação em Linebarger (1987).

D) Restrição de LOCALIDADE: Reforço deve ser satisfeito pela proposição ‘local’ em que ‘*any*’ ocorre.

Segundo os autores, a compreensão do que é local não é pacífica, eles a definirão como: “grosso modo, a proposição local de ‘*any*’ é aquela cujo operador de escopo mais amplo é o operador mais restrito sob cujo escopo ‘*any*’ está”. (op. cit., p. 373)

Exemplificando:

(44) *It’s not the case that every boy has any potatoes.

Em que o operador mais restrito sob cujo escopo ‘*any*’ está é ‘*every boy*’, assim a proposição local que deve satisfazer o reforço é ‘**every boy has any potatoes*’ que não satisfaz tal requisito e, portanto, não licencia ‘*any*’.

A proposta de Kadmon e Landman restringe-se a ‘*any*’, mas reporta-se aos tratamentos sobre itens de polaridade negativa como os de Ladusaw e Linebarger e também a outras tentativas de explicar a natureza de ‘*any*’, como as abordagens de Carlson e Fauconnier. Eles rejeitam a proposta de Linebarger em virtude do superlicenciamento e alinham-se ao tratamento de Ladusaw ao considerar que a ampliação funciona como um acarretamento. No entanto, insistem em ressaltar a diferença entre a abordagem deste e a deles especialmente no que diz respeito à consideração da diferença de valor dos usos de ‘*any*’.

Os autores afirmam que a tentativa de analisar ‘*any*’ como um quantificador único com efeito de variável é ao mesmo tempo impossível e desnecessária.

Primeiramente, porque ‘*any*’ não pode ser tomado uniformemente como quantificador universal, dada a ocorrência do PS ‘*any*’, claramente existencial, sensível aos contextos que selecionam apenas a interpretação universal, como no escopo de *absolutely, almost*.

(45) Almost *any* lawyer could answer that question.

(46) *I don’t have almost *any* potatoes.

(leitura com escopo de *almost* sobre *any* NC, descartando-se o escopo como advérbio sentencial)

Segundo, porque considerar ‘*any*’ como basicamente existencial com a interpretação universal do *free choice* deduzida da sua ocorrência em contextos DE não se sustenta para a interpretação não-genérica de ‘*any*’. O exemplo que os autores invocam para corroborar sua percepção é exatamente:

(47) *Any* owl hunts mice.

cuja interpretação não-genérica não permite a ampliação de sentido nem a extensão de domínio para o universal.

Eles concluem sua análise dizendo:

“We have reduced the difference in quantificational force between PS and FC *any* to the difference between a non-generic indefinite and a generic definite. This not only eliminates an apparent extra problem (how to account for the PS/FC flip-flop) by reducing it to another, but also accounts nicely for the nature of NPs with *any* (NPs with PS *any* behave like regular indefinites, as argued in the literature, and NPs with FC *any* behave like generic indefinites, as we have argued above).” (Kadmon e Landman, 1993, p 420)

Os autores afirmam ainda que a diferença de FC e PS *any* quanto à força quantificacional não precisa ser atribuída à semântica de ‘*any*’ e é possível, aliás

preferível, atribuí-la ao fato de que um NP indefinido com ‘*any*’ pode ser interpretado tanto como genérico quanto como não-genérico, exatamente como um NP indefinido com ‘*a*’.

2.2.4. Isso pra mim é grego!

E por falar em cavalo de Tróia...

Timeo danaos et dona ferentes.
Virgílio, Eneida: 2º.canto.

Anastasia Giannakidou (1997), em sua tese de doutoramento, busca traçar um panorama para as expressões negativas em grego e também caracterizá-las segundo um critério que ela julga mais adequado, compreensivo e eficiente do que os até então vigentes. A autora percorre a literatura relativa ao assunto e traça um panorama bastante exaustivo do fenômeno. A sua abordagem irá se desenvolver basicamente no interior da teoria GB (*Government and Binding Theory* – Chomsky 1981, 1986) para o detalhamento sintático da proposta, acrescida das noções de definição de ‘contexto’ e ‘fundo comum’ da DRT (*Discourse Representation Theory* – Kamp 1981, Kamp & Reyle 1993) para auxiliar no processamento semântico.

Sua proposta é considerar a polaridade como um tipo de *dependência* e/ou *sensibilidade* semântica que alguns itens das línguas naturais apresentam, mas questiona o licenciador da polaridade tal como a literatura o vinha considerando. Ela recusa tanto as propostas sintaticamente orientadas, que assumem a caracterização semântica do termo ‘affective’ como a negação, Klima (1964), Baker (1970) e outros, entre os quais se enquadra Linebarger (1980, 1987) que propõe uma modificação na relação entre

licenciador e termo afetado; quanto as propostas semanticamente orientadas a partir das pesquisas sobre predicação escalar, Horn (1972) e Fauconnier (1975), em que ‘affective’ é tomado como *downward entailment* ou *monotone decreasing*, isto é, como a propriedade semântica que dá origem à reversão de escalas, como também propõe Ladusaw (1979, 1983).

Giannakidou considera que os tratamentos anteriores não são adequados porque procuram tratar o fenômeno ou sintática ou semanticamente, mas cada uma dessas tentativas não capta a natureza variada das EPNs que não se constituem num fenômeno homogêneo, segundo ela.

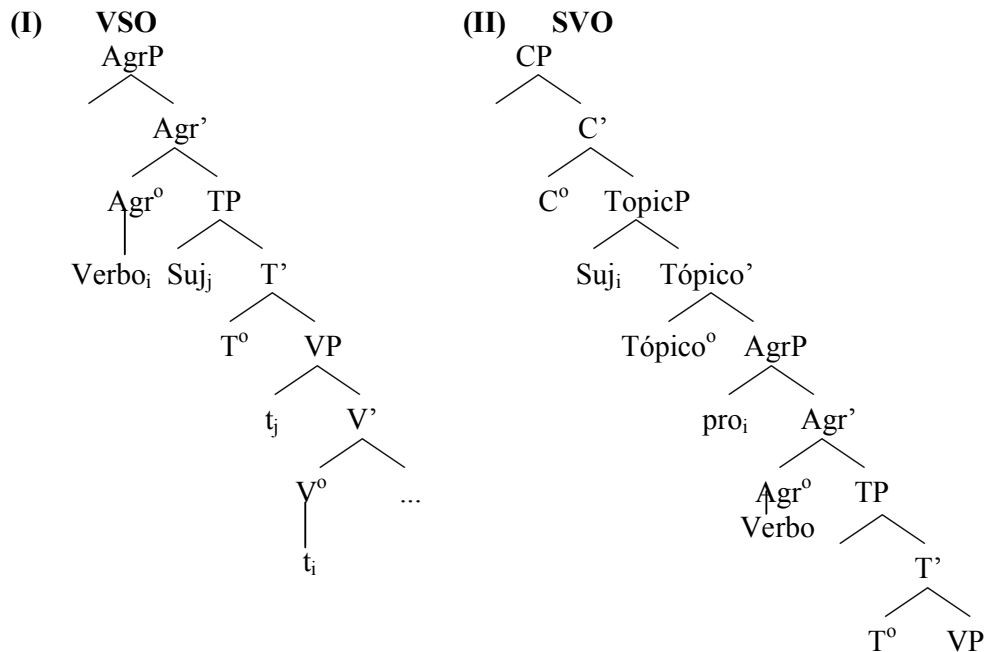
Para a sua caracterização dos itens de polaridade, Giannakidou precisa antes de mais nada apresentar as assunções metodológicas necessárias para a representação formal do grego e a respectiva caracterização sintática, segundo o modelo escolhido. Assim, ela assume:

- i) INFL é composto por AGR(agreement) e T(tense) e ambos têm suas projeções na sintaxe (Pollock (1989), *Split Infl Hypothesis*);
- ii) a combinação da raiz verbal com a morfologia flexional é derivada via V-movement. O movimento verbal é visto como um tipo de incorporação no sentido de Baker (1988) e as diferentes categorias morfológicas do verbo são consideradas como tendo suas próprias projeções.¹⁴
- iii) a literatura corrente na área assume que o grego é ‘flat’, isto é, uma língua não-configuracional em que o sujeito não se distingue do predicado e em que todos os argumentos do verbo são gerados no interior

¹⁴ “Na concepção minimalista o verbo é projetado completamente flexionado a partir do léxico e via movimento de núcleo para núcleo, ele checa (ou elimina) seus traços que estão presentes nos núcleos funcionais relevantes.” Giannakidou, 1997, p.28.

do VP. Dessas considerações a autora assume, a partir de Philippaki-Warbuton 1985 e Tsimpli 1990, que o grego é uma língua VSO e somente nessa ordem o sujeito explícito ocupa sua posição canônica. Na ordem SVO, o sujeito ocupa a posição não-argumental (A'), de tópico.

Os diagramas abaixo dão conta dessa descrição:

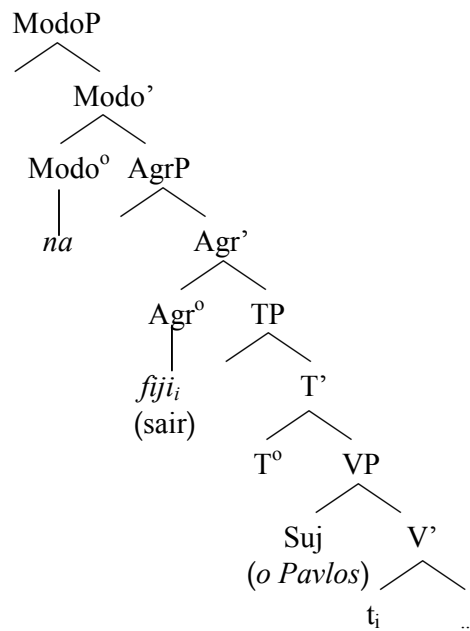


- iv) o grego distingue três modos: subjuntivo, indicativo e imperativo. O subjuntivo é formado pelo acréscimo de partículas como *as* (usada apenas na sentença matriz) e *na* (que ocorre tanto na oração matriz, quanto na encaixada), que precedem o verbo flexionado e os pronomes clíticos; o imperativo apresenta uma terminação especial e promove a ênclise; enquanto o indicativo não tem marca nenhuma e apresenta a

próclise. A representação sintática será ModP e essa será a projeção mais alta de Infl., no entanto a posição de tópico é superior a ModP.

A seguir o diagrama com a projeção de modo:

(III) – ModoP



Com relação à negação, a autora afirma que em grego ela ocorre através de quatro partículas:

oxi ‘não’: negação de constituinte;

mi ‘não’ : negação lexical;

dhe(n) ‘não’: negação sentencial;

mi(n) ‘não’: negação sentencial.

A negação não-sentencial pode ser exemplificada em¹⁵:

(48)a *I Roxani metakomise oxi poli kero prin.*

the Roxanne moved 3sg. not much time ago.

‘Roxanne moved not long ago.’

b *i mi-alithiakotita*

the non-veridicality

‘non-veridicality’

Em (48)a, ‘*oxi*’ nega apenas o constituinte que ele introduz e do qual faz parte, enquanto a sentença toda não é negativa. A negação lexical ‘*mi*’ só atua sobre o vocábulo e não aceita a alomorfia nasal que o ‘*mi*’ sentencial aceita.

Por outro lado, a negação sentencial pode ser encarada como tendo escopo máximo, a saber, escopo sobre o verbo e tudo que está abaixo dele. Em grego a negação sentencial apresenta duas formas ‘*dhe(n)*’ e ‘*mi(n)*’, que estão em distribuição complementar segundo o modo da oração: ‘*dhe(n)*’ nega orações indicativas (cf. (49) abaixo, (18) no original) e ‘*mi(n)*’, as subjuntivas (cf. (50)/(19)):

(49) *Dhen/*min irthe i Roxani.*

Not came 3sg. the Roxanne

‘Roxanne didn’t come.’

¹⁵ O exemplo (48) corresponde ao exemplo (17), pág.34, no texto original.

(50) *Na min/*dhen erthi i Roxani.*

subj. not come 3sg the Roxanne.

‘Don’t let Roxanne come.’

A autora observa que há dois tratamentos na literatura gerativista corrente sobre a negação sentencial e ambos apóiam-se no estatuto sintático da negação como uma projeção plena, ainda que haja muita discussão a respeito.

Segundo a primeira dessas perspectivas, as diferentes propriedades dos marcadores negativos, em diferentes línguas, são interpretadas seja como resultado de caracterizá-los como núcleos, quanto como constituintes sintagmáticos (*phrasal constituents*) em que ocupam a posição de especificador de NegP – (Kayne 1989, Pollock 1989, Zanuttini 1991, Acquaviva 1993, Haegeman 1995).

A segunda perspectiva sustenta que a negação é apenas uma instância de uma projeção semântica mais geral em que poderiam ocorrer outras manifestações como, por exemplo, afirmação enfática, polaridade ou modalidade – O *SigmaP* de Laka 1990, *PolaridadeP* de Culicover 1991 ou a *FP* de Uriagereka 1994¹⁶. Nesta perspectiva, espera-se que marcadores de negação e de modalidade sejam mutuamente exclusivos.

A autora ressalta que, como em grego essa restrição de co-ocorrência não se verifica, ela irá alinhar-se com a primeira das abordagens e assumir uma projeção NegP, diferente da projeção de modalidade.

A hierarquia das categorias sintáticas será definida segundo as quatro seguintes características que as partículas ‘*dhe(n)*’ e ‘*mi(n)*’ apresentam:

¹⁶ Para detalhes, cf. Giannakidou, op.cit., p.35.

a) elas têm posição fixa – são pré-verbais e adjacentes ao verbo:

(51)a *Dhen irthe to gramma.*

not came 3sg. the letter

‘The letter didn’t arrive.’

b) **Irthe dhen to gramma.*

came 3sg. not the letter

c) **Dhen to gramma irthe.*

not the letter came 3sg.

b) ‘*dhe(n)*’ e ‘*mi(n)*’ bloqueiam movimento de clíticos, como o demonstra o exemplo abaixo, em que o objeto indireto clítico não pode aparecer precedendo *dhen*:

(52) **Tu dhen to ipa.*

Him not it said 1sg.

‘I didn’t said it to him.’

Giannakidou, citando as análises de Kayne (1984) para o *ne* francês e de Zanutini (1991) para o *non* italiano, afirma que

“O efeito bloqueador dos marcadores negativos em relação aos clíticos sugere que aqueles interferem no movimento dos núcleos o que por sua vez implica que marcadores negativos são núcleos.”(Giannakidou, 1997, p.37)

c) ‘*mi(n)*’ não pode negar imperativos verdadeiros, como se verifica em (53) abaixo. Por outro lado, quando uma forma supletiva emprestada do paradigma do indicativo ou do subjuntivo é usada, ‘*mi(n)*’ é aceitável:

(53)a **Min ela.*

not come imp.2sg.

‘Don’t come!’

b *Na min erthis/erxese.*

subj.not come pres.perf.2sg./come pres.imperf.2sg.

‘Don’t come!’ / ‘Don’t keep coming!’

(Que não venha!)

A hipótese de Giannakidou para explicar esse comportamento é a de que os morfemas negativos sentenciais do grego se comportam como o ‘*non*’ italiano que, segundo a análise de Zanutini, seleciona um TP (*tense phrase*) como seu complemento, o que não está disponível no caso do imperativo.

d) Morfemas de modo precedem a negação, a ordem inversa é agramatical:

(54)a *Na/As min tu to dosis.*

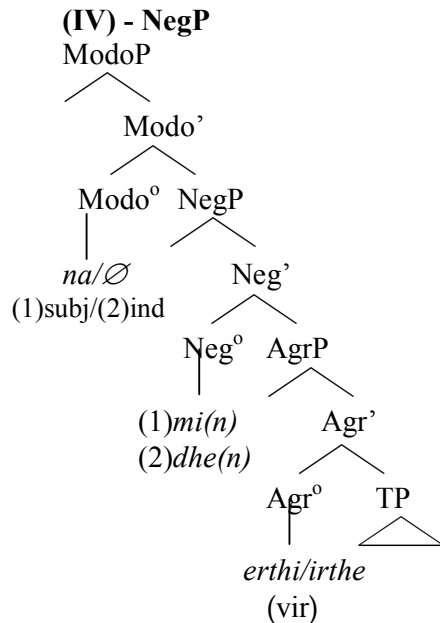
subj not him it give 2sg.

‘Don’t give it to him.’

b **Min na/as tu to dosis.*

not subj him it give 2sg.

Dessas considerações, ela deduz que ‘*dhe(n)*’ e ‘*mi(n)*’ devem ser estruturalmente inferiores a ‘modo’ razão pela qual propõe o diagrama **(IV) NegP** abaixo:



Para a análise da polaridade negativa, a autora irá considerar, inicialmente, as noções associadas ao termo ‘afetado’(*affective*), em que geralmente as ocorrências de EPNs são explicadas em relação à sensibilidade à negação ou ao *downward entailment*. Como já mencionei no início desta seção, a autora irá questionar ambos os critérios e propor outro tipo de sensibilidade, a saber, o da **veridicidade**, entendido como a condição de verdade estabelecida por um enunciado (verbo ou expressão).

Ela tratará itens de polaridade como expressões ‘sensíveis’, i.é, expressões a serem interpretadas como itens ‘deficientes’ que não podem ser interpretados adequadamente em qualquer contexto, mas apenas naqueles que preenchem as suas exigências de interpretação. A sensibilidade é vista como vários tipos de licenciamento e anti-licenciamento que nem sempre estão ligados à polaridade, alguns estão ligados a propriedades semânticas não-polarizadas, como episodicidade e intensionalidade.

Em razão dessa concepção, Giannakidou identificou quatro classes de itens polares para o grego, sujeitas a diferentes licenciamentos e anti-licenciamentos (alguns dos quais podem se sobrepor):

Classe	Sensitividade	Exemplos
NPIs (negative polarity items)	Averidicidade	Enfáticos, minimizadores ¹⁷ KAN-, <i>epi xronia</i>
NVIs (nonveridical items)	Não-veridicidade	Não-enfáticos, <i>xriazete</i>
FCIs (free choice items) ¹⁸	Episodicidade	Indefinidos- <i>opjosdhipote</i>
IPIs (intensional polarity items)	Intensionalidade	Orações relativas encaixadas
PPIs (positive polarity items)	Negação	<i>Kapjos</i> ‘some’

Tabela 2

Ela procurou atestar que os contextos licenciadores (*affective dependencies* – que licenciam EPNs) devem ser analisados como contextos não-verídicos, uma propriedade contexto-dependente de operadores proposicionais e de determinantes.

A veridicidade de determinantes é tomada como dependente da referencialidade dos DPs (*determinant phrase*) envolvidos e é derivada como uma consequência lógica das sentenças que os contêm, i. é, como um acarretamento.

A não-veridicidade, por outro lado, aparece como uma implicatura (conversacional) cancelável provocada pela ausência de uma inferência verídica. Para ambos, determinantes e operadores proposicionais, a dependência contextual é entendida no sentido considerado pela Semântica Dinâmica e pela Teoria da

¹⁷ Os enfáticos são EPNs marcadas com acento de ênfase; minimizadores são expressões do tipo: ‘não dizer uma palavra’, ‘não dar a mínima’, ‘não ter viva alma’, etc; *Kan-* equivale a ‘nem mesmo’; ‘*epi xronia*’ aproximadamente significa ‘por anos, em anos’; *xriazete* corresponde ao modal ‘precisar’ e *opjosdhipote* a ‘quem quer que’.

¹⁸ Giannakidou afirma que, em grego, FCIs são ‘alérgicos’ à episodicidade, são genéricos.

Representação do Discurso - DRT, i. é, como uma interação entre sentido do enunciado/sentença e contexto que resulta na atualização do contexto.

A partir da reformulação que Zwarts (1986/1995) faz da proposta de caracterização semântica feita por Montague (1969) para os verbos de percepção, como ‘ver’, que acarretam a existência dos indivíduos que constituem seus complementos – *Eu vi um estudante correndo* que acarreta ‘Eu vi um estudante.’ – e, portanto, caracteriza ‘ver’ como verídico, Giannakidou assim define um operador proposicional:

- **verídico** sse Op acarreta p , isto é, sempre que Op é V, então p é V também;
- **não-verídico** sse Op não acarreta p , i.é, sempre que Op é V, p pode ou não ser V;
- um operador não-verídico Op é **averídico** se $Op \rightarrow \neg p$ é logicamente válido.

Assim, portanto, acarretar a falsidade de p é propriedade dos operadores *averídicos*.

Comparem-se os seguintes exemplos:

(55) Theodora managed to sleep.

acarreta: ‘Theodora slept.’

Portanto, verbos ‘acarretadores’ como ‘*manage*’ e verbos intensionais fracos¹⁹ como ‘believe’ são verídicos. Por outro lado, advérbios sentenciais como ‘*perhaps*’ (e também seu equivalente grego ‘*isos*’) são não-verídicos:

(56) *Isos i Roxani na efje.*

perhaps the Roxane subj left3sg

‘Perhaps Roxane left.’

não-acarreta Roxane left.

Também em português, essa constatação é válida:

(57) João conseguiu/deu um jeito de dormir.

acarreta: ‘João dormiu.’ (verídico)

(58) Talvez Isadora tenha saído.

não-acarreta: ‘Isadora saiu.’ (não-verídico)

Além desses, os conectivos diádicos ‘*e*’ e ‘*ou*’ também podem ser comparados com relação à veridicidade, veja-se:

(59) João cantou *e* Ruth chorou.

Se a conjunção é V,

então: $p = \text{‘João cantou’}$ é V e $q = \text{‘Ruth chorou’}$ é V.

¹⁹ Verbos **intensionais fracos** são os que introduzem um **único** mundo possível, como ‘acreditar’ e são verídicos porque criam um conjunto de mundos compatível com a crença de um sujeito. Já os **intensionais fortes**, como ‘querer’, que introduzem um conjunto de mundos possíveis são não-verídicos. Para mais detalhes veja-se Giannakidou, 1997, p. 110 e sgtes.

Se o operador ‘e’ estabelece uma função que recebe o valor V, então p é V e q também é V. Portanto, ‘e’ é verídico para ambos os argumentos.

A disjunção, como é de se esperar, apresenta comportamento diverso. A verdade do operador, ou melhor da disjunção, não acarreta a verdade individual de seus argumentos. Veja-se:

(60) Jacó pulou *ou* Ruth desmaiou.

Se a disjunção é V,

Então, $p =$ ‘Jacó pulou’ pode ser V ou F e $q =$ ‘Ruth desmaiou’ pode ser V ou F.

O operador diádico da disjunção é, portanto, não-verídico para ambos os argumentos.

A negação sentencial, por sua vez, é o operador averídico prototípico, cuja função é inverter o valor de verdade de qualquer proposição dada.

Giannakidou procederá, então, a sua investigação a partir da noção de ‘dependências afetadas’, isto é, relacionadas à negação, como ponto de partida, como o pré-requisito para o licenciamento de NPIs. Ela afirma que elementos ligados à negação aparecem, em grego, em duas modalidades: a) uma que inclui apenas a negação (e operadores negativos); e, b) uma outra que inclui a negação entre outros operadores que não são negativos, mas sim não-verídicos. Para tanto, ela recorre a uma série de expressões em grego que são os indefinidos negativos, a saber, DPs e advérbios que

integram estruturas de concordância negativa (*negative concord*)²⁰, ou seja, estruturas em que várias ocorrências de expressões aparentemente negativas concorrem para uma única negação semântica²¹. Como se pode verificar, os NIs (*negative indefinites*) podem ocorrer como determinantes ou como DPs independentes:

- (61) kanenas ‘anyone, anybody’
 kanenas N ‘any N-singular’
 tipota N ‘any N-plural’
 tipota ‘anything’
 pote ‘ever’
 puthena ‘anywhere’
 katholu ‘at all’

O conjunto de enunciados (62) abaixo, além de exemplificar o padrão da concordância negativa, demonstra que as expressões de (61) acima não são bem-formadas em sentenças afirmativas:

(62)a *I Ilektra *(dhen)²² enekrine kanena sxedhio.*

the Electra not approved 3sg any plan

‘Electra didn’t approve any plan.’

b *I Roxani *(dhen) pi je pote stin Athina.*

the Roxanne not went 3sg. ever in the Athens

‘Roxanne has never been to Athens.’

²⁰ Para uma discussão detalhada dos processos de concordância negativa e da dupla negação nas línguas naturais veja-se também J. Peres, *Extending the Notion of Negative Concord*, in *Negation and Polarity*, org. D. Forget et alii.. Amsterdam/Philadelphia: J Benjamins Publ. Co, 1997.

²¹ O português é uma língua que se enquadra nesse padrão: Eu **não** vi **ninguém**.

²² Salvo equívoco de interpretação, a notação ‘*(x)’, utilizada pela autora, significa que o enunciado todo resulta agramatical na ausência do termo entre parênteses.

- c *I Ilektra *(dhen) vrike puthena to kapelo tis.*
 the Electra not found 3sg. anywhere the hat hers
 ‘Electra didn’t find her hat anywhere.’
- d *I Ilektra *(dhen) mu dhini katholu simasia.*
 the Electra not me give 3sg. any meaning
 ‘Electra doesn’t pay attention to me.’

Além desses indefinidos negativos, o grego apresenta outros dois paradigmas de indefinidos livres, a série-*ka* e a série-*enas*, que podem ser usados em contextos positivos ou negativos:

- | | | | | | |
|------|--------|-------------|------|--------|--|
| (63) | kapjos | ‘someone’ | (64) | enas N | ‘a N _[masc] / one N _[masc] |
| | kati | ‘something’ | | mia N | ‘a N _[fem] / one N _[fem] |
| | kapote | ‘sometime’ | | ena N | ‘a N _[neut] / one N _[neut] |
| | kapu | ‘somewhere’ | | | |
| | kapos | ‘somehow’ | | | |

Os itens das séries acima têm distribuição livre como se pode verificar em (65) abaixo, contudo, sob negação os da série-*ka* são interpretados como indefinidos *específicos*, ou seja, apresentam escopo amplo (cf. (65)b), o que pode sugerir, segundo Giannakidou, que tais indefinidos são itens de polaridade positiva.

- (65)a *(Dhen) idha kapjon fititi.*
 not saw 1sg some student
 ‘I didn’t see some student.’
- b $\exists x (\text{student}'(x) \wedge \neg \text{saw}'(I, x))$

Sobre os indefinidos negativos em grego, a autora afirma que podem receber acento enfático e que este só pode ocorrer sob escopo da negação e de certos conectivos como os do inglês, *without* e *before*, nos demais contextos a ênfase é agramatical. Quando o acento se aplica, os itens são interpretados como negativos e, na ausência de ênfase, como indefinidos existenciais. A autora ressalta essa diferença porque o comportamento dos indefinidos será suscetível a diferentes condições de ocorrência conforme sejam enfáticos – os acentuados, ou não-enfáticos – os não-acentuados. Ela propõe, então, dois paradigmas diferentes:

- enfáticos: dependem de licenciamento negativo e são caracterizados como averídicos;
- não-enfáticos: são sujeitos a dependências não-verídicas e têm interpretação como indefinidos, isto é, como existenciais não-negativos.

Segundo a autora só os enfáticos são verdadeiros indefinidos negativos (NIs).

Além disso, ela irá dizer que a ênfase codifica informações lexicais, portanto, informações sintáticas e semânticas e que em grego a ênfase parece gramaticalizar diferenças que em outras línguas são lexicais, por exemplo: LIJI/liji ≡ ‘few/ a few’; POLI/poli ≡ ‘too/very’.²³

Por outro lado, não-enfáticos recebem interpretação existencial como os indefinidos, mas diferentemente dos indefinidos não podem ser interpretados com

²³ Giannakidou utiliza as maiúsculas para representar a ênfase e as minúsculas para a ocorrência não-marcada pelo acento enfático.

escopo amplo. Abaixo a tabela que apresenta os contextos de ocorrência de itens de polaridade enfáticos e não-enfáticos, seguida dos exemplos arrolados pela autora.

Contextos	Enfáticos	Não-enfáticos
Negação	OK	OK
'Before-clauses'	OK	OK
'Without-clauses'	OK	OK
Perguntas polares e QU-	*	OK
Condicionais	*	OK
Restrição do universal \forall	*	OK
'Too-clauses'	*	OK
Sentenças comparativas	*	OK
Superlativos	*	OK
Construção de futuro	*	OK
Orações subjuntivas	*	OK
Imperativos	*	OK
Orações habituais (não-genéricas)	*	OK
Disjunção	*	OK
'As if / perhaps-clauses'	*	OK
DPs 'monotone decreasing'	*	OK
Predicados negativos	*	OK

Tabela 3

Seguem-se os exemplos de construções gramaticais para não-enfáticos:

1. a) Perguntas polares sim/não: (interpretação retórica ou informacional)

A autora adota a assunção *standard* a respeito de perguntas, a saber, que o sentido de uma oração interrogativa é o conjunto de proposições que representam suas possíveis respostas. Então:

(66) Did Ruth see Jacob?

(66)' $\lambda p [p = \wedge[\text{see}'(\text{Ruth}, \text{Jacob})]] = A$

(66)'' $A = \{\text{Ruth saw Jacob}, \text{Ruth didn't see Jacob}\}$

(67) *Pijes pote/ *POTE sto Parisi?*

went 2sg. Ever in-the Paris

'Have you ever been to Paris?'

1. b) Perguntas QU- (informativas ou retóricas):

(68) *Pjos piye pote/*POTE sto Parisi?*

who went 3sg. Ever in-the Paris

'Who has ever been to Paris?'

Nesses casos, a resposta pode ser uma possibilidade de um número infinito de proposições do tipo: {João foi a Paris, Maria foi a Paris, Electra..., Ulisses....}. Assim, o operador QU- de pergunta é não-verídico e corrobora a intuição de que quando alguém pergunta alguma coisa, procura a informação que ainda não tem. Ela pondera que se sabemos que p é V , é absurdo se perguntar se ele é V .

2. Antecedentes de condicionais:

(69) *An dhis tin Ilektra puthena/*PUTHENA, na tis pis na me perimeni.*

if see 2sg. the Electra anywhere, subj. her say 2sg subj. me wait 3sg

'If you see Electra anywhere, tell her to wait for me.'

3. Restrição de quantificadores universais:

(70) *Oli osi gnorizun tipota/*TIPOTA sxetika me tin Ilektra, as milisun.*

all who know 3pl. anything about with the Elektra, PRT talk 3pl.

‘Everyone who knows anything about Electra let them speak.’

4. Too-clauses :

(71) *I Ilektra ine poli kurasmeni ja na milisi se kanenan/*KANENAN.*

the Elektra be 3sg. Very tired for subj. talk 3sg. to anyone

‘Electra is too tired to talk to anybody.’

5. Orações comparativas:

(72) *I Ilektra apodhixtike pjo eksipni apoti perimene kanenas/*KANENAS.*

the Elektra proved 3sg. more intelligent than expected 3sg anybody

‘Electra turned out to be more intelligent than anyone had expected.’

No caso de comparativos, Giannakidou aponta para o fato de não-enfáticos serem licenciados em orações comparativas não-equativas mas não em NPs comparativos. Confira-se:

**I Ilektra ine omorfoteri apo kanenan.*

‘Electra is more beautiful than anyone.’

6. Superlativos:

(73) *Ine to pjo endiaferon vivlio pu exo dhiavasi pote/*POTE os fititria.*

be 3sg the most interesting book that have 1sg read ever as student

‘This is the most interesting book I’ve ever read as a student.’

7. Construções no futuro:

(74) *Tha vro kanena/*KANENA filo na me voithisi.*

fut.find 1sg.any friend subj. me help 3sg.

‘I will find a friend to help me.’

8. Orações subjuntivas:

(75) *Elpizo na emine kanena/*KANENA komati.*

hope subj. left 3sg. any piece

‘I hope there is a piece left.’

9. Modais (epistêmicos, deônticos):

(76) *Prepi na episkeftis kanenan/*KANENAN jatro.*

must 3sg. subj. visit any doctor

‘You should visit any doctor.’

10. Imperativos:

(77) *Pijene se kanenan/*KANENAN jatro.*

go imp. 2sg. To any doctor

‘Go to a doctor.’

11. Orações habituais (não-genéricas):

(78) *Otan pijena já ipno, ksefiliza sinthos kanena/*KANENA periodhiko.*

when went 1sg for sleep browsed imperf. 1sg usually any magazine

‘Whenever I went to bed, I usually browsed through a magazine.’

12. Disjunção:

(79) *I bike kanenas/*KANENAS mesa i afisame to fos anameno.*

or entered 3sg. anyone in or left 1pl the light lit

‘Either somebody broke into the house or we let the light on.’

13. a) Orações ‘as-if’ :

(80) *Kanis as na ise kanena/*KANENA moro.*

do 2sg. as subj. be 2sg. any baby

‘You behave as if you were a baby.’

13. b) Orações ‘perhaps’:

(81) *Isos na irthe kanenas/*kANENAS.*

perhaps subj. came 3sg. anybody

‘Perhaps somebody came.’

14. Quantificadores *monotone decreasing*:

(82) *Elaxisti fitites idhan tipota/*TIPOTA.*

very-few students saw 3pl. anything

‘Very few students saw anything.’

15. Predicados negativos:

(83) *Arnithike oti idhe tipota/*TIPOTA.*

denied 3sg that saw 3sg anything

‘He denied that he saw anything.’

Além desses exemplos, ainda há os contextos que licenciam igualmente não-enfáticos e enfáticos, que são os descritos nas três primeiras linhas da tabela 3. Estes apresentam um requisito mais restrito para o licenciamento, a averidicidade; mas, do momento em que os contextos averídicos são uma sub-classe dos não-verídicos, permitem também o licenciamento de não-enfáticos. O licenciamento por averidicidade confere com os casos clássicos de licenciamento de NPIs: a negação, *before-clauses* e *without-clauses*.

A autora demonstra que sentenças contendo enfáticos ou não-enfáticos e predicados *stage-level* podem ser usadas episódica ou genericamente. Um predicado *stage-level* (no sentido de Carlson 1977 e Kratzer 1988/1995) é interpretado como *stage* se combinado com sujeitos não-enfáticos, mas recebe interpretação de *individual-level* se combinado com sujeito enfático. Veja-se:

(84)a *KAMIA AJELADHIA dhen troi kreas.* (genérico)

no cow not eat 3sg meat

‘No cow eats meat.’

b *Dhen troi kamia ajeladha kreas.* (episódico)

‘No cow is eating meat (right now).’

(84a) e (84b) têm respectivamente as seguintes interpretações:

(84)a' $\text{GEN}_{x,s}(\text{cow}'(x) \text{ in } s) [\neg \text{eat-meat}'(x, \text{ in } s)]$

b' $\neg \exists x (\text{cow}'(x) \wedge \text{eat-meat}'(x))$

Ela assume, baseada em Kuroda 1992, que os DPs genéricos são fortes, a saber, quantificacionais e que o contraste em (84) pode ser explicado em termos da diferença de interpretação forte e fraca para enfáticos e não-enfáticos, respectivamente.

Enfáticos e não-enfáticos comportam-se diferentemente quanto a '*binding*' e apresentam as seguintes diferenças:

SEMÂNTICAS – Enfáticos: a) Ocupam a posição de restritor do quantificador universal; b) produzem respostas negativas isoladas; c) não aceitam *donkey* anáfora.

– Não-enfáticos: a) Aceitam o tipo $\langle e,t \rangle$; b) a interpretação *default* é a de quantificador existencial; c) aceitam *donkey* anáforas.

SINTÁTICAS : a) Exigência de c-comando do licenciador na estrutura-S para não-enfáticos ao passo que os enfáticos não apresentam tal exigência (podem inclusive preceder a negação). Nesse caso, enfáticos se comportam como NPs nus em minimizadores como *vazo bukia* 'eat a bite'; b) enfáticos são sensíveis a ilhas como: adjuntos sentenciais, orações relativas e NPs complexos. Não-enfáticos não apresentam essa sensibilidade e são licenciados através de negação não-local; c)

com relação ao licenciamento a longa distância, não-enfáticos podem ser licenciados *in situ*. Não-enfáticos são tipicamente licenciados por negação super-ordenada em orações encaixadas, mas enfáticos não:

(85) *I Ilektra dhen ipe oti idhe tipota*/**TIPOTA*.

the Electra not said 3sg that saw 3sg anything

‘Electra didn’t say that she saw anything.’

Levando-se em conta a detalhada discussão que Giannakidou apresenta, procurarei resumir as principais questões concernentes aos NIs em grego descritas por ela:

- os NIs (indefinidos negativos) dividem-se em duas classes : NPIs (itens de polaridade negativa) e NVis (itens não-verídicos);
- NIs podem ser fortes ou fracos. Fracos podem ser licenciados direta ou indiretamente, fortes só diretamente;
- NIs podem ocorrer com acento de ênfase ou não-marcados. Enfáticos são NPIs e são NPs fortes, não-enfáticos são NVis e NPs fracos;
- NPIs são indefinidos negativos verdadeiros, têm valor universal e são licenciados por averidicidade. Averidicidade pode ser dada por acarretamento ou por implicatura;
- NVis são indefinidos existenciais e são licenciados por não-veridicidade;

- O licenciamento direto (NPs fortes e fracos) é uma condição forte e os termos afetados apresentam uma distribuição mais restrita;
- O licenciamento indireto (NPs fracos) é uma condição fraca e os termos afetados apresentam distribuição ampla;
- A não-veridicidade é uma propriedade mais ampla que inclui a averidicidade (e nesse caso a negação) e o *downward entailment*.

A seguir o estabelecimento das condições de licenciamento para NPIs e NVIs:

NPIs:

- A) Um item de polaridade negativa a é **diretamente** licenciado em uma sentença S sse: a) S apresenta alguma expressão z que é *averídica* e, b) a está sob o escopo de z .
- B) z em S é o gatilho de a .
- C) Um item de polaridade negativa a é **indiretamente** licenciado em uma sentença S , sse: a) S dá origem a uma implicatura negativa S' , e b) a está sob o escopo da negação em S' .
- D) A negação em S' é o gatilho de a .

NVIs:

- A) itens não-verídicos podem ser licenciados direta ou indiretamente;
- B) um item não-verídico a é **diretamente** licenciado numa sentença S , sse S fornece alguma expressão z que é *não-verídica*, e b) a está sob o escopo de z ;
- C) um item não-verídico a é **indiretamente** licenciado numa sentença S , sse

a) S dá origem a uma implicatura negativa S' , e b) a está sob o escopo da negação em S' ;

D) z em S ou a negação em S' são os gatilhos de a .

Com relação à negação, a autora propõe que, em língua natural, a negação seja interpretada quer como o operador booleano unitário, quer como um operador binário que se comporta nos moldes do quantificador com estrutura tripartite, com restrição e escopo. Essa distinção serve para a autora distinguir a construção tética e categórica²⁴ e para propor uma interface sintaxe-semântica para a interpretação de indefinidos negativos, segundo a qual o licenciamento sintático por negação tética é feito *in situ* (licenciamento fraco) e por negação categórica via movimento para posição-A' em LF para checagem de traços (licenciamento forte).

Além disso, a autora propõe que a (não-)veridicidade seja considerada contexto-dependente nos moldes do proposto pela DRT ou pela Semântica Dinâmica. Dessa forma, um contexto c pode ser construído como uma tupla do tipo:

CONTEXTO [$c = \langle cg(c), w(c), s, h, w_0, f \dots \rangle$]

onde os parâmetros informacionais são combinados com os parâmetros kaplanianos, assim definidos: s =speaker, h =hearer, w_0 = mundo em que os enunciados ocorrem e f =função que atribui valores a variáveis. A esses, podem-se ainda acrescentar os parâmetros de tempo (t) e lugar (l) de um enunciado dado. Os parâmetros

²⁴ Grosseiramente, a distinção de julgamento tético/categórico corresponde a construções remáticas, no primeiro caso e tamático-remáticas, no segundo. Apenas o julgamento categórico corresponde à forma superficial sujeito-predicado e consiste em dois atos distintos: um que consiste em reconhecer o que é o sujeito e outro o da afirmação ou negação do que é expresso no predicado sobre o sujeito. O julgamento tético envolve apenas o reconhecimento ou a recusa da matéria sob julgamento. Para detalhes, veja-se Ladusaw 1994.

informativos de c são os de fundo comum ($cg = common\ ground$) e o conjunto contexto $w(c)$. O fundo comum (cg) é concebido como o conjunto de proposições, correspondendo às assunções de *background*, que os participantes na conversação mutuamente assumem como verdadeiras.

No conjunto contexto de um contexto c dado, podem-se definir *modelos* do formato $M(x)$. Tais modelos serão construídos como conjuntos de mundos em $W(c)$ e *modelo* é assim definido:

MODELO: Um modelo $M(x)$ num contexto c é um conjunto de mundos $W' \subseteq W(c)$ associado a um indivíduo x . Diz-se que x é a âncora individual.

Os modelos de interpretação das proposições e de atribuição de verdade podem ser: epistêmicos (pode ser visto como uma extensão doxástica do mundo real) M_E ; oníricos (dos sonhos ou da imaginação, '*dreams*') M_D ; e do discurso relatado (*reported conversation*), M_{RC} .

Na ausência de encaixamentos e com predicados factivos o modelo relevante é o da visão de mundo do falante, que é o modelo *default*: $M_E(F)$ – modelo epistêmico do falante. Por outro lado, as proposições encaixadas podem ser avaliadas com relação a modelos associados ao sujeito da matriz (oração mais alta), como é o caso dos predicados intensionais. Veja-se:

(86) *Jacob believes that Lucy loves Paul.*

(é Jacob que está comprometido com a verdade de p [Lucy loves Paul] e não o falante, nesse caso.)

Dada essa concepção, a verdade ou falsidade de uma proposição em c será relativizada segundo a verdade ou falsidade em relação a algum modelo indexado $M(x)$. A autora propõe, então, a definição de (não-)veridicidade contexto-dependente:

(NÃO-)VERIDICIDADE CONTEXTO-DEPENDENTE

Em um contexto c ,

- i) Um operador proposicional Op é verídico sse a verdade de $Op p$ em c exige que p seja verdadeiro em algum modelo $M(x)$ em c .
- ii) Um operador proposicional Op é não-verídico sse a verdade de $Op p$ em c não exige que p seja verdadeiro em qualquer modelo $M(x)$ em c .
- iii) Um operador não-verídico é averídico sse a verdade de $Op p$ em c exige que p seja falso em qualquer modelo $M(x)$ em c .

Num artigo posterior, sobre contextos que licenciam itens de polaridade, Giannakidou retoma as considerações finais de sua tese e assim avalia sua abordagem

“By introducing a notion broader than downward entailment and negation into the domain of polarity, we are able to construct a theory which allows us to account for the extension from negation and downward entailment to nonveridicality in a natural way, since DE and negative contexts are proper subsets of the nonveridical. In this sense, the (non-)veridical-based approach I proposed here is not a conflict with its predecessors based on monotonicity and negation. Rather, it subsumes both, but unlike these, it affords a much greater empirical coverage, and it provides a solid basis for the unification of affective environments as a natural class across languages.” (Giannakidou, 1999, p. 417)

E isso é o que veremos.

2.2.5. Relações muito delicadas: Implicaturas escalares (SIs) e EPNs

G. Chierchia (2002), publicado posteriormente em Belletti (2005) – *Structures and Beyond*, retoma a discussão sobre a questão da polaridade e sua relação com as implicaturas escalares (scalar implicature - SIs) para discutir a interface entre sintaxe, semântica e pragmática, no modelo gerativo. O autor observa, como já o fizeram Fauconnier (1975a,b), Horn (1989), Krifka (1994) anteriormente, que implicaturas escalares corriqueiras são sistematicamente suspensas nos mesmos contextos que licenciam EPNs, o que o leva a supor que os dois fenômenos estão baseados em mecanismos governados por princípios uniformes

Comparem-se os exemplos:

(87) He can't stand *any* noise

(88) He can't stand *the faintest* noise.

em que o superlativo em (88) atua como o ponto extremo de uma escala pragmática e pode equivaler ao universal negativo.

No entanto, observe-se:

(89)a My uncle is so deaf that he wouldn't hear *any* noise.

b **the faintest*

ou, ainda (90) e (91), em que o primeiro pode apresentar a ambigüidade entre (90a) e (90b), mas o segundo não:

(90) I don't think that *any* noise would bother him.

(90)a I don't think that there is a single noise that would bother him.

(nenhum incomoda)

(90)b I don't think that every noise would bother him.

(não são todos que incomodam, só algum(s))

(91) I don't think that the faintest noise would bother him.

(só a interpretação de (90b)).

As implicaturas escalares focalizadas por Chierchia são especialmente as geradas por quantificadores como *algum*, *poucos* e por conectivos como *ou* e *e*. O autor relaciona o tratamento das implicaturas escalares especialmente com as máximas da relevância e da quantidade propostas no tratamento canônico de Grice.

Assim, para uma pergunta como:

P - Quem está naquela sala?

As respostas podem ser:

A) João ou Pedro.

B) João e Pedro.

Se a resposta for A o interlocutor entenderá que B não se verifica, ou seja, A implica que B não é possível, segundo o seguinte processo de inferências:

- a) o falante respondeu A e não B, que também seria relevante;
- b) B acarreta A [*ou* e *e* são constituintes de uma escala];
- c) se o falante sabe que B, ele teria enunciado isso [máxima da quantidade];
- d) o falante não tem evidências de B;
- e) o falante é bem informado;

Então

- f) B não se verifica.

Chierchia afirma que no tratamento gerativo *standard* as implicaturas escalares são computadas “globalmente”, i.é, depois que a gramática executou seu trabalho. Primeiramente computa-se o sentido pleno das sentenças, depois levando-se em conta as alternativas relevantes, reforça-se aquele sentido adicionando a implicatura.

O autor observa que trabalhos ligados à semântica de foco, como os de Krifka (1995) e Rooth (1985), apontam para o fato de que a parte recursiva da semântica é acionada de forma a computar, ao lado do conteúdo veri-condicional de uma sentença $||S||$, também o conjunto relevante de alternativas de $||S||^{ALT}$. Mantêm-se, então, traços das condições de verdade e de conjuntos alternativos, o que é equivalente a dizer que o que “chamamos ‘sentido’ é de fato um fenômeno multidimensional” (Chierchia, 2002, p. 5).

Ele diz que quando assertamos uma sentença, nós a adicionamos a um contexto *c*, que inclui um conjunto de informações partilhadas (do *background* conversacional). E é nesse momento que uma implicatura escalar (SI) é computada.

Para verificar como isso funciona, observemos os passos descritos pelo autor, a partir da proposta de Krifka (1994). Este afirma que uma sentença *S* é sempre considerada em contraposição a um *background* de um conjunto relevante de alternativas, ou seja, de outras asserções que poderiam ter sido feitas ao invés de *S*. Quando há termos escalares, o conjunto de alternativas relevantes envolvido é constituído por proposições construídas utilizando-se outros itens da escala. Assim, considerando-se o enunciado:

(92)a João ganha \$200 a hora.

b) ganha (j, \$200) (no sentido de ‘pelo menos’)

para o qual, o conjunto relevante de alternativas seria

(93) Alternativas relevantes:

{... ganhar (j, \$100), _____, ganhar (j, \$300), ganhar (j, \$400) ...}

acarretamento: ←

A seta em (93) indica a direção do acarretamento, isto é, todo item em (93) acarreta o item mais fraco à sua esquerda e o espaço indica a posição na escala em que a asserção é preenchida adequadamente.

Dessa forma, Chierchia dirá que escolher uma sentença num conjunto de alternativas significa manter as mais fracas e excluir as mais fortes, aproximadamente como no esquema que explicitou a interpretação dos conectivos *e* e *ou* a partir das implicaturas griceanas exposto acima.

A proposta da atuação da semântica para Krifka envolve, segundo Chierchia, duas etapas: a computação recursiva do sentido (conteúdo veri-condicional mais o conjunto de alternativas) e atualização/ampliação do contexto (em que as SIs são acrescidas).

Aqui, Chierchia toma posição contra uma abordagem caracterizada como abordagem *standard*, para a qual não haveria implicaturas encaixadas. O autor procura demonstrar, com o auxílio de conectivos sentenciais, que, de fato, há implicaturas encaixadas e que o processamento global das SIs, tal como propõe a abordagem *standard*, não se sustenta.

Toda sua argumentação baseia-se no cálculo das implicaturas escalares (SIs) encaixadas: ele demonstra que se uma SI for computada na raiz, a implicatura da sentença plena seria enfraquecida tornando-se menos informativa ou menos relevante, diferentemente do que acontece se calculada localmente.

Assim, para:

(94) João acredita que *alguns* (*some*) alunos estão esperando por ele.

se ela fosse computada na encaixada, a sentença deveria implicar:

(95) João acredita que *não todos* (*not every*) os alunos estão esperando por ele.

No entanto, se o cálculo for feito na raiz, a alternativa relevante (no confronto dos significados possíveis) seria:

(96)a João acredita que *todo* (*every*) aluno está esperando por ele.

e a implicatura seria a sua negação:

b Não é o caso que João acredita que todo estudante está esperando por ele.

(96)b é mais fraca que (95), pois apenas afirma que é *compatível* com a crença de João que *não é todo* estudante que está esperando por ele, mas não significa que ele exclui essa possibilidade da mesma forma que em (95). Assim a implicatura associada a *algum* em (94) fica enfraquecida, e é praticamente suspensa. E, se o efeito da implicatura é “reforçar o sentido” (conforme descrito no sistema griceano de inferências, acima), isso não ocorre nesse processamento.

O autor irá ainda enumerar uma série de contra-argumentos ao processamento global de implicaturas escalares (SIs) :

- a impossibilidade de se obter interpretação de exatidão para numerais não-modificados em orações encaixadas. No entanto, em (97) pode-se ter essa interpretação que, segundo o autor, só pode ser obtida se houver implicatura encaixada e localmente computada:

(97) *João acredita que seu colega ganha \$100 p/ h.*

- construções com verbos factivos – os que pressupõem a verdade de seus complementos. Para exemplificar esse caso, primeiramente ele recorre a casos de acomodação de pressuposições. Ele considera a seguinte afirmação: *Minha bicicleta está lá fora.*, e diz que se o ouvinte não sabe que o falante tem bicicleta, ele *acomoda* a informação sem problemas. Assim, da mesma forma para:

(98) João sabe que *alguns* estudantes estão esperando por ele.

Se não conhecemos os fatos relevantes, isto é, ‘que alguns estudantes estão esperando por João’, iremos simplesmente acomodá-los. Ele supõe mais, que acomodamos também a implicatura geralmente associada à oração encaixada, isto é, interpreta-se (98) como (99):

(99) Alguns mas *não todos* os estudantes estão esperando por João e ele sabe disso.

Chierchia afirma que (99) não aparece se a implicatura for processada globalmente, ao passo que é possível se for computada localmente. Assim, na abordagem local (98) é interpretado como:

(100) João sabe que alguns mas *não todos* os estudantes estão esperando por ele.

E aí está o que deve ser acomodado. Contudo, se a computação for global o que é depreendido é:

(101) Não é o caso que João sabe que todo estudante está esperando por ele.

- interações de SIs e conectivos sentenciais:

Ele propõe a seguinte situação:

(102)

A – Como os estudantes satisfizeram os requisitos do curso?

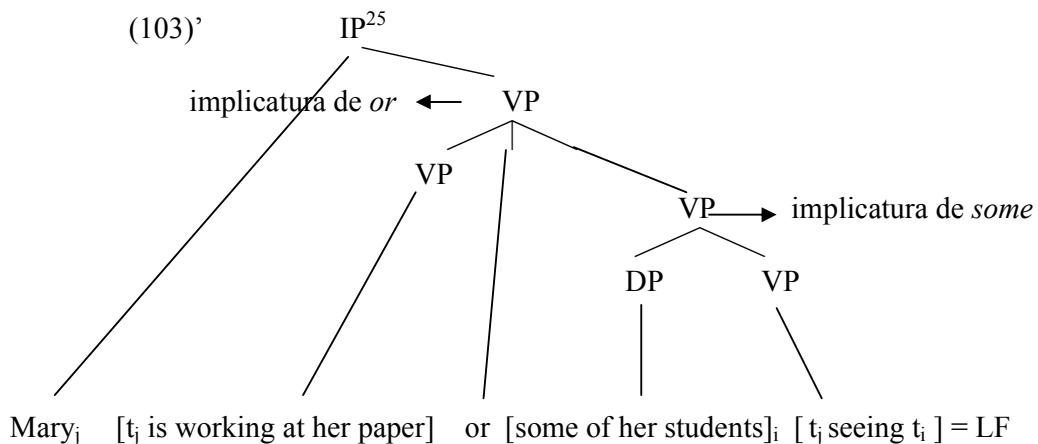
B – Alguns fizeram um seminário ou escreveram um trabalho. Alguns fizeram o exame final.

e afirma que os ‘globalistas’ predizem que B implica que nenhum estudante igualmente escreveu um trabalho e fez um seminário e que essa interpretação ocorre porque a negação, nessa perspectiva, é sempre tomada como tendo escopo amplo sobre todo o enunciado, a saber, sobre a disjunção.

Ele irá propor que a computação de SIs seja localizada, contrariando a orientação *standard*. Para uma sentença como (103)

(103) *Mary is either working at her paper or seeing some of her students.*

a proposta de processamento e representação ficaria assim :



²⁵ O autor propõe o diagrama (103)' com a implicatura dos termos escalares introduzidas nos pontos demonstrados, “imaginando uma computação semântica de baixo para cima”. (Chierchia, op. cit. p. 8)

Portanto, para ele as SIs (implicaturas escalares) são:

- a) introduzidas nas orações encaixadas, e
- b) se estiverem sob um contexto DE (downward entailment) elas serão removidas, isto é, ‘recalibradas’ segundo ele. Esses contextos podem ainda induzir a novas SIs ativando novas alternativas, conforme se pode verificar:

(104) João leu *muitos* livros de lingüística.

SI: João *não* leu *todos* os livros de lingüística.

Mas, se

(105) Eu *duvido* que João tenha lido *muitos* livros de lingüística.

a **SI** será : João leu alguns/poucos.

Nesse caso, entra em jogo uma distinção entre implicaturas diretas e indiretas – a direta, de um item em virtude de sua posição em uma escala; a indireta introduzida pela interação entre um item escalar e um elemento ‘negativo’ mais alto.

O que ele irá notar, então, é a relação que há entre as SIs e as EPNs no que diz respeito à sensibilidade aos mesmos contextos, ainda que apresentem restrições diferentes quanto ao licenciamento e sejam mutuamente excludentes: EPNs são sensíveis ao ‘*roofing*’ (*teto – restrição de barreira*) e SIs ao ‘*flip-flop*’ (acomodação/recalibragem). Chierchia incorpora o trabalho de Linebarger, de Ladusaw e de Kadmon e Landmann, especialmente na medida em que relaciona EPNs e SIs (como Fauconnier), mas considera os contextos relevantes aqueles DEs (critério proposto por Ladusaw), e, ainda, considera o principal traço da EPN a

expansão/ampliação de domínio (pouca tolerância a exceções – da abordagem de Kadmon e Landman – K & L) que só funciona em contextos negativos pois nos positivos provoca perda de informação/precisão (reforço: condição C em K & L, pp. 50-51 precedentes). Exemplificando:

(105) *Eu não tenho nenhuma bala. (expansão: nem das ardidias)*

Chierchia diz que uma EPN não assinala necessariamente uma expansão de domínio específico real, mas sim o **desejo** de ampliar esse domínio. O uso de EPNs resulta ser mais informativo do que o de formas básicas, com significados mais neutros. Aqui talvez pudéssemos retomar a noção de modelos de interpretação invocada por Giannakidou e pensarmos numa representação que levasse em conta a incorporação no modelo do falante da implicatura de ampliação do domínio da EPN.

Se por um lado essas implicaturas poderiam ser consideradas semânticas, rigorosamente falando, em virtude de seu processamento de significação (as escalas são definidas pragmaticamente, mas a operação de atribuição de sentido é semântica), quando se recorre à percepção de diferenças sutis de significado ou mesmo, e especialmente, ao **desejo** de significação, aí estamos claramente no domínio da pragmática, das intenções do falante. E ainda se a questão é a remissão ao contexto, então estamos no campo da pragmática.

Chierchia dirá que “a afirmação de que implicaturas são extragramaticais está provavelmente errada.”(Chierchia, 2002, p. 38) Implicaturas escalares para ele devem ser computadas paralelamente à computação sintática (nos estágios apropriados) e os resultados dos dois processos computacionais são mutuamente acessíveis. Ele lembra

que um dos dogmas da teoria *standard* é de que as computações, sintática e semântica, não devem ter acesso à pragmática e que na sua (dele) proposta esse acesso não só é possível como desejável. Mas a forma que ele propõe para licenciar EPNs é uma condição de boa formação sintática, e portanto, segundo ele, modular. A computação sintático-semântica e a pragmática são autônomas, mas “não é preciso mais esperar até o final da operação para fazer a ‘nossa’ pragmática”, computa-se recursivamente (incrementalmente). A cada estágio, cada sistema pode ter acesso aos resultados do outro, ele diz respeito aos resultados e não ao funcionamento interno – modularidade preservada.

Retomando-se a tripartição inicial das áreas proposta por Morris/Stalnaker, verifica-se que a hierarquia entre elas é mantida no tratamento gramatical *standard*, ainda que não seja explicitamente afirmada. Tratamentos semânticos, por outro lado, supõem um processamento *paralelo* entre sintaxe/semântica (cf. Ladusaw) e, finalmente, a abordagem de Chierchia reorienta o tratamento gerativo *standard*, pois propõe uma computação *paralela* entre a sintaxe e a pragmática com mútua acessibilidade aos resultados, ainda que, como ele mesmo irá frisar, mantida a modularidade do programa original, revelando claramente uma tentativa de formalização precisa de fenômenos que eram considerados pragmáticos e flutuantes, de difícil apreensão teórica.

A análise da consistência de cada um desses tratamentos implica o exame das concepções subjacentes de semântica e pragmática com as quais os autores operam para o enquadramento do fenômeno ora como uma coisa ora como outra.

Por outro lado, a escolha de um tratamento que envolva a negação ou a rejeite como elemento licenciador de EPNs requer que se percorram as principais abordagens sobre a negação.

2.3. Uma tarefa de Penélope ou tecendo uma escolha.

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.*
J. Cabral de Melo Neto

A tarefa de Penélope (a primeira desconstrucionista da história?!), a que eu me refiro aqui, mais do que desfazer é a de refazer as análises: cortá-las, descartá-las, colá-las e costurá-las. Por isso a analogia que me serve é a do *patchwork* e não a da mortalha, porque embora o resultado do trabalho possa assemelhar-se a um *frankenstein*, mal-cosido, espero que funcione e não que seja sepultado.

Retomando-se as análises examinadas, pode-se afirmar que todas consideram as EPNs em língua natural, expressões cuja ocorrência é determinada por traços particulares de determinados contextos. É a tentativa de definir que tipo de sensibilidade é essa, ou quais as propriedades contextuais que permitem a ocorrência de EPNs, que irá aproximar alguns tratamentos e separar outros. As propostas podem ser agrupadas segundo três hipóteses sobre qual seria o deflagrador ou o licenciador de EPNs:

A) O licenciador é a **negação** explícita (*overt*) ou implícita (indireta, implicada, pressuposta) e as propostas, sintaticamente orientadas, que se enquadram nessa perspectiva são as de Klima (1964), Baker (1970), Linebarger (1987);

B) O licenciador são contextos **downward entailment** (*monotone decreasing*), isto é, contextos que apresentam um operador que permite acarretamentos de conjuntos a subconjuntos. Essa proposta, semanticamente orientada, é originalmente a de Ladusaw (1979) e é tributária principalmente dos estudos sobre escalas pragmáticas e implicaturas escalares desenvolvidos por Fauconnier (1975, 1978). Também Kadmon e Landman (1993) podem ser incluídos nessa perspectiva, ainda que busquem uma análise unificada para ‘*any*’ e não para a polaridade em geral;

C) O licenciador são contextos **não-verídicos**, isto é, estruturas que apresentam a propriedade semântica de não acarretar a verdade de seus argumentos e deixá-la em aberto. Esta é, como vimos na seção 2.2.4. precedente, a proposta de Giannakidou (1997) formulada a partir da análise das propostas anteriores e dos dados do grego. A proposta de Giannakidou é híbrida, na medida em que se serve de uma propriedade semântica de operadores e procura apresentar uma descrição estrutural, sintática, dessa propriedade, mas considera-a dependente de mundos possíveis e sensível ao contexto, razão pela qual lança mão de um modelo teórico que descreve propriedades dinâmicas das línguas naturais.

A proposta de Chierchia 2002 combina as características de duas orientações acima: alinha-se à tese de Ladusaw e da relação com as implicaturas escalares, mas também à de Giannakidou quanto à arquitetura e funcionamento do modelo teórico para explicitar essas relações, a saber, a gramática gerativa e a semântica dinâmica para a atualização de contextos.

Deixarei de lado, por enquanto, a caracterização da proposta de Ilari 1984, à qual voltarei adiante, seja para tentar enquadrá-la em uma ou mais das três orientações acima, seja para avaliar os dados do português frente às escolhas feitas.

Considerando-se as três orientações acima e seus principais defensores pode-se ponderar que: a de Linebarger (que reforma e atualiza a de Baker e Klima), centrada principalmente na negação, não apreende adequadamente o traço licenciador dos contextos em que EPNs podem ocorrer, além de apresentar uma séria dificuldade para a consistência explicativa com relação à dupla negação; a de Ladusaw (que incorpora as reflexões de Fauconnier), baseada na propriedade semântica *monotone decreasing*, não compreende todos os contextos licenciadores, como por exemplo o antecedente dos condicionais; assim, a de Giannakidou parece ser a mais interessante para dar conta do fenômeno da polaridade translingüisticamente, especialmente por ter encontrado uma propriedade semântica mais abrangente, que não só dá conta dos fatos selecionados para a análise, mas também permite incorporar as análises anteriormente apresentadas e subsumi-las no interior da nova hipótese explicativa. Além disso, tal abordagem prevê diferentes tipos de sensibilidade e, portanto, diversas possibilidades de arranjo em diferentes sistemas lingüísticos, perfeitamente explicáveis através de uma tipologia parametrizável.

Portanto (se esse presente de grego não for a caixa de Pandora), a proposta de Giannakidou é a mais interessante porque mais abrangente e com maior poder explicativo que as demais.

Não tenho como avaliar internamente essa proposta a não ser tentando aplicá-la ao corpus e aos dados do português, apontados por Ilari, e discutindo a partir daí a sua adequação ou ineficácia.

Acredito que o tratamento de Ilari também se enquadra em uma caracterização híbrida, exatamente porque não opera apenas com um dos licenciadores propostos. O autor reconhece, nas EPNs, uma classe com propriedades sistemáticas associadas a um papel ‘disfarçado’ de quantificação; propõe um licenciador negativo, mas não a negação explícita, pois reconhece a necessidade de considerar a presença da negação em diferentes níveis ilocucionais do enunciado (assertada, pressuposta, implicada) – o que redimensiona os níveis envolvidos na descrição formal do fenômeno; associa as EPNs ao comportamento apresentado por superlativos pragmáticos, definidos segundo as escalas fauconnierianas; e, ainda, apresenta outros contextos, além dos negativos, que paragoniam os propostos por Giannakidou, antecipando-os em quase duas décadas.

Ainda que o autor não tenha proposto uma descrição formal ou um modelo teórico que pudesse melhor explicar os dados apresentados (e ele deixa claro que não é sua intenção naquele momento), seu trabalho antecipa muitas das reflexões, intuições e relações presentes nos tratamentos seguintes dispensados ao assunto, bem como adverte para a necessidade de compatibilizar diferentes perspectivas sintáticas, semânticas e pragmáticas para dar conta desse fenômeno.²⁶

Comparemos, inicialmente, os contextos ‘licenciadores’ apontados por Ilari (1984) (tabela 1) e os da proposta de Giannakidou (tabela 3) (aqui repetidas por comodidade):

²⁶ Para comprovar essa avaliação, compare-se Krifka, 1994.

I	II
<p>(7) a. Períodos hipotéticos “reais”</p> <p>Se a criança <i>sofreu um arranhão</i>, mando toda a diretoria da escola para a cadeia.</p>	<p>(8) a. Períodos hipotéticos usados para realçar causalidade</p> <p>Se a criança <i>sofreu um arranhão</i> foi porque os inspetores de alunos não cuidaram direito.</p>
<p>b. Períodos hipotéticos “irreais”/ condicionais contra-factuais</p> <p>Se ele tivesse <i>aberto a boca</i>, todos o acusariam de vestir a carapuça.</p>	<p>b. Subordinadas concessivas “irreais”</p> <p>Mesmo que ele tivesse <i>aberto a boca</i> naquela ocasião, não conseguiria convencer ninguém.</p>
<p>c. Períodos hipotéticos que remetem ao futuro</p> <p>Se a reputação da menina <i>sofrer um arranhão</i>, mato o sem-vergonha.</p>	<p>c. Subordinadas temporais remetendo ao passado</p> <p>No dia em que a reputação da menina <i>sofreu um arranhão</i>, matou toda a família.</p>
<p>d. Orações causais com: <i>só porque, bastou P para Q:</i></p> <p>Bastou que um dos internos <i>sofresse um arranhão</i> para que toda a diretoria do colégio fosse processada</p>	<p>d. Orações causais com <i>como, porque; coordenadas explicativas com já que:</i></p> <p>Toda a diretoria do colégio foi processada, pois um dos internos <i>sofreu um arranhão</i>.</p>
<p>e. Integrantes dependendo de verbos de dúvida: <i>não ponho a mão no fogo, duvido que, é pouco provável que, não acredito que, não é certo que, ...</i></p> <p>Duvido que essa moça seja <i>flor que se cheire</i>.</p>	<p>e. Integrantes dependendo de verbos factivos ou de dizer:</p> <p>O exame dos fatos comprovou que a moça era <i>flor que se cheirava</i>. O secretário do colégio chamado a depor disse que a moça era <i>flor que se cheirava</i>.</p>
<p>f. Interrogativas indiretas</p> <p>Pergunto-me se ele daria <i>um tostão furado</i> para tirar o pai da força</p>	<p>f. Interrogativas diretas, retóricas ou não:</p> <p>Você daria/ não daria <i>um tostão furado</i> para tirar seu pai da força?</p>
<p>g. Subordinadas temporais remetendo ao futuro</p> <p>No dia em que <i>tiver um tostão furado</i> no bolso vai tornar-se completamente insuportável.</p>	<p>g. Subordinadas temporais centradas no presente</p> <p>Desde que ele tem <i>um tostão furado</i>, todos o respeitam.</p>
<p>h. Condicionais hiperbólicos</p> <p>Se ela for <i>flor que se cheira</i> eu sou uma camélia.</p>	<p>h. Orações comparativas</p> <p>Da mesma forma que ela é <i>flor que se cheira</i>, eu sou uma camélia.</p>

Tabela 1

Contextos	Enfáticos	Não-enfáticos
1.Negação	OK	OK
2.‘Before-clauses’	OK	OK
3.‘Without-clauses’	OK	OK
4.Perguntas polares e QU-	*	OK
5.Condicionais	*	OK
6.Restrição do universal \forall	*	OK
7‘Too-clauses’	*	OK
8.Sentenças comparativas	*	OK
9.Superlativos	*	OK
10.Construção de futuro	*	OK
11.Orações subjuntivas	*	OK
12.Imperativos	*	OK
13.Orações habituais (não-genéricas)	*	OK
14.Disjunção	*	OK
15.‘As if / perhaps-clauses’	*	OK
16.DPs ‘monotone decreasing’	*	OK
17.Predicados negativos	*	OK

Tabela 3

Os exemplos elencados por Ilari são expressões idiomáticas e envolvem, na sua maioria, minimizadores: ‘*sofrer um arranhão*’ (sair ileso), ‘*abrir a boca*’ (não dizer nada), ter/dar ‘*um tostão furado*’ (não ter/dar dinheiro algum) e a última, que parece não se enquadrar como minimizador, ‘*flor que se cheire*’ (não ser confiável).

A questão é saber se os minimizadores em português apresentam o mesmo tipo de sensibilidade contextual que os minimizadores em grego. Caso a resposta seja afirmativa, seria de se esperar que os contextos licenciadores fossem apenas os três primeiros da tabela 3, isto é, os averídicos. No entanto, mesmo uma rápida passada de

olhos pelos exemplos demonstra que não é isso o que acontece, os exemplos apontados em (7), os que apresentam a leitura polar, podem ser relacionados aos contextos não-verídicos apontados por Giannakidou e não exclusivamente aos averídicos. Vejamos:

(7a), (7b), (7c) e (7d) podem ser compreendidos no item 5-Condicionais, da tabela 3. Contudo, Ilari apresenta (8a), um aparente contra-exemplo para essa classificação proposta ou para a transposição direta da classificação de Giannakidou para o português. Mas, o que de fato impede a leitura polar em (8a), o condicional, o tempo verbal pretérito ou a relação de causalidade?

Comparemos (7a) e (8a):

(7) a. Períodos hipotéticos “reais”

Se a criança *sofreu um arranhão*, mando toda a diretoria da escola para a cadeia.

(8) a. Períodos hipotéticos usados para realçar causalidade:

Se a criança *sofreu um arranhão* foi porque os inspetores de alunos não cuidaram direito.

A relação que conta para o licenciamento aí é, ao que tudo indica, o que apontou Ilari na nomeação do tipo de contexto, a saber, períodos hipotéticos **usados para realçar causalidade**. Geraldi (1978) aponta entre os muitos valores semânticos do ‘se’ ao menos dois que nos interessa comparar aqui:

- a) ‘se-implicativo’: há uma relação implicativa²⁷ entre o fato expresso pela proposição antecedente e o fato expresso pela conseqüente:

²⁷ Reproduzo aqui a nota do autor sobre esse termo: “Usamos a expressão ‘implicativa’ sem qualquer referência à implicação material lógica, como o faz Ducrot (1972, p.183), apesar de o termo ‘implicativo’ estar, historicamente, comprometido com uma definição em termos de tabela de verdade e não em nexos entre as proposições “p” e “q”. É a exigência deste nexo entre os conteúdos que nos interessa. ...” Geraldi, 1978, p.95.

(106) Se Pedro vier, João virá.

de forma que tal enunciado poderia ser parafraseado por :

(106' O fato de Pedro vir implicará na (*sic*) vinda de João.

- b) 'se-inversivo': há uma inversão entre causa e efeito, o antecedente contém a consequência do fato expresso na matriz.

(107) Se o manifesto é duro em algumas passagens é porque a realidade é dura.

Esse tipo de construção, observa Geraldi, apresenta algumas restrições sintáticas: não admite a inversão sintática entre as orações e o fato expresso pela matriz é sempre tomado como anterior ao do condicional. Confira-se:

(107' *É porque a realidade é dura se o manifesto é duro.

ao passo que podemos ter :

(106'' João virá, se Pedro vier.

Além disso, é de se ressaltar outra peculiaridade não observada por Geraldi mas que também parece ter seu peso na determinação do valor desse uso, que é o fato de a

estrutura ‘inversiva’ apresentar uma construção sintática peculiar reforçando o sentido da inversão da relação ‘implicativa’, a saber, da relação de causalidade²⁸.

O exemplo (8a) de Ilari também apresenta essas características:

- impossibilidade de inversão da ordem sintática:

(8)a’ *Foi porque os inspetores de alunos não cuidaram direito, se a criança
sofreu um arranhão.

- a informação da matriz é tomada temporalmente como anterior à do condicional,
- e, apresenta a estrutura de realce do reforço da causalidade.

Assertivamente, (8a) não é propriamente uma sentença hipotética, mas sim uma causal na qual o conectivo parece explicar o ocorrido no antecedente e considerar como desejável a situação em que isso não devesse ter acontecido (*é uma reprovação do fato, um contra factual do factual apresentado!*).

De qualquer maneira, temos aqui um problema, ou vários: o que consideráramos ‘condicional’? A oração introduzida pelo conectivo ‘se’, qualquer que seja seu valor semântico ou pragmático como aponta Galdi²⁹? O valor assertivo, ilocucional, do enunciado? Nesse caso, como então apreender e representar formalmente num modelo esse comportamento?

²⁸ Inicialmente eu havia suposto que essa construção é um tipo de clivagem. Foi Maria José Foltran que chamou a minha atenção para o fato de que não temos aí, de fato, clivagem. Contudo, essa é uma construção peculiar, cuja força é a de realçar parte da oração a que se aplica, nesse caso particular o elemento realçado é a relação de causalidade.

²⁹ Para maiores detalhes, veja-se Galdi, 1978.

Já diz o ditado: Se fosse fácil, tudo já estaria resolvido! e não estaríamos aqui (pelo menos o assunto desta tese seria outro).

Por outro lado, parece que o realce da causa tem maior força expressiva que a hipótese e isso também precisa ser verificado, é preciso confirmar através de comportamentos e restrições sintáticas ou semânticas ou de natureza pragmática.

Intuitiva e impressionisticamente, neste momento ao menos, parece que são essas características que colocam (8)a no grupo II (não-licenciador de polaridade) e não junto com os condicionais no grupo I (licenciador).

A análise de Giannakidou para os condicionais é a de que o antecedente é não-assertivo e, em decorrência, não-verídico. A autora baseia-se na análise de Heim (1992) que propõe que o sentido das sentenças é dado em termos do potencial de mudança do contexto (PMC – em inglês CCP: *context change potencial*), que opera da seguinte forma:

- PMCs são funções de contextos a contextos, os quais representam estados de informação contidos na tupla que define CONTEXTO (seção 2.2.4, p.79);
- A mudança efetuada pelo PMC de uma sentença S consiste em atualizar a informação através do que S afirma.

Assim, para uma sentença do tipo *se p então q*, precisamos aplicar o PMC de *p* a algum argumento que, segundo Heim, é o contexto *c*. Depois que *p* é aplicado a *c*, *q* é aplicado a [*c + p*]. O exemplo de Heim (*apud* Giannakidou) é o seguinte: suponha que Paul diga a A e a B que ele está numa cabine telefônica. Então essa informação faz parte de *c* para A e B. Ela continua, suponha que A diga “*Se Lucy está na cabine*

telefônica, então...”, os mundos que A quer que B considere são aqueles nos quais Paul e Lucy estão numa cabine telefônica juntos, em oposição àqueles em que Lucy está numa cabine diferente da de Paul. Como se confirma, se o falante A continua “(então) *a porta não fecha*”.

A argumentação de Giannakidou para mostrar que o antecedente *p* é não-assertivo é aproximadamente a seguinte:

“embora a aplicação de *q* a [*c+p*] resulte na adição de *q* a [*c+p*], a aplicação de *p* a *c* não significa adicionar *p* a *c*. Isso não é difícil de perceber porque o antecedente é o lugar onde as condições são colocadas hipoteticamente. O que é assertado no conseqüente é tomado como verdadeiro nos mundos em que o antecedente é verdadeiro, mas não o inverso. O conseqüente é que hospeda a predicação principal, portanto, ele é o componente assertivo, é o escopo nuclear na descrição tripartite, enquanto o antecedente corresponde à restrição do quantificador/operador. Dessa análise decorre que os antecedentes de ‘*if-clauses*’ são não-verídicos em relação a *c*: as condições expressas nos antecedentes podem ou não ser encontradas em *c*.” (Giannakidou, 1997, pp. 119-120)

Giannakidou, e também Heim, não estão considerando os casos em que o antecedente é ‘conseqüente’. Seja como for, (8a) coloca um problema para uma análise exclusivamente sintático-semântica.

Retomando o quadro proposto por Ilari, já apontei na seção 2.1. minha discordância em relação a (7d) porque acredito que a interpretação aí não é polar ou idiomática, mas sim composicional. Portanto, se meu julgamento está correto, esse caso não cabe nesse grupo e nesse caso não traria problemas para a utilização do enquadramento de Giannakidou.

Vejamos, agora, os casos que falta analisar do conjunto I proposto por Ilari, (7e), (7f) e (7g):

(7)e. Integrantes dependendo de verbos de dúvida: *não ponho a mão no fogo, duvido que, é pouco provável que, não acredito que, não é certo que, ...*

Duvido que essa moça seja *flor que se cheire*.

(7)f. Interrogativas indiretas

Pergunto-me se ele daria *um tostão furado* para tirar o pai da força.

(7)g. Subordinadas temporais remetendo ao futuro

No dia em que *tiver um tostão furado* no bolso vai tornar-se completamente insuportável.

(7g) poderia ser explicada tanto pelo contexto 10-construções de futuro, quanto 11-orações subjuntivas, da classificação de Giannakidou. No entanto, creio que aí incide ainda outro fator, (7g), de fato, é uma construção hipotética não na forma, mas na força ilocucional. Esse, portanto, é um ponto recorrente, um nó a ser desatado com relação ao licenciamento das EPNs. Embora (7f) também apresente o conectivo condicional, esta não é a força ilocucionária predominante desse enunciado que apresenta também uma pergunta indireta que, como demonstrado por Giannakidou, é um contexto não-verídico. Resta então (7e), que por apresentar um verbo de ‘dúvida’ dá origem a uma implicatura negativa ‘não acredito que’ prevista pelo licenciamento indireto.

Passemos, agora, à comparação do conjunto II de Ilari, o dos não-licenciadores, com o de Giannakidou.

O caso de (8a) já foi discutido acima juntamente com (7a). Os casos (8b), (8c) (8d) (8e) e (8g) coincidem com os contextos não licenciadores de Giannakidou. Restam, portanto, (8f) e (8h) para examinar:

(8)f. Interrogativas diretas, retóricas ou não:

Você daria/ não daria *um tostão furado* para tirar seu pai da força?

compare-se:

(108) Você teria *a menor cerimônia* com a Tati Quebra-barraco?

(109) ?Você teria *a menor cerimônia* com a Glória Kalil?

(110) *Você entende *bulhufas/patavina* do que ele fala?

Acho que nesses casos, os minimizadores, porque se colocam como o limite inferior de uma escala pragmática, apresentam emprego e tolerância diferente do das expressões negativas típicas como '*patavina*' ou '*bulhufas*', como em (110) por exemplo, ou mesmo com relação ao NP a ser localizado na escala (cf 108 e 109). As expressões negativas teriam distribuição restrita a contextos averídicos, como proposto por Giannakidou para NPIs e enfáticos.

Além disso, creio que a flexão verbal – tempo ou modalidade – da pergunta interfere na aceitabilidade da EPN:

- Você daria um tostão furado por essa revista antiga?
- *Você deu um tostão furado por essa revista antiga?

Se essa percepção é correta, (8f), como (7d) acima, não contraria a classificação de Giannakidou. De qualquer forma, a questão das perguntas diretas não é clara para mim, nesse momento. A sensibilidade aí envolve outros fatores como tempo verbal, gradação do NP no interior escala determinada pela EPN, modulação entoacional, entre outros.

Resta o caso de (8h) que se enquadra nos não-licenciadores de Giannakidou, uma vez que a autora exclui dos contextos licenciadores as comparativas de igualdade.

O argumento nesse caso é o de que quando empregamos uma construção comparativa não-equativa estamos atualizando um contexto *c* prévio. Observe-se:

(111) *Roxane run faster than anyone had expected.*

que supõe o seguinte processamento

- a) Roxane run *g* fast
- b) People expected Roxane to run *k* fast.
- c) ¬(people expected Roxane to run *g* fast)

onde *g* e *k* são graus e $g > k$

(111) asserta a, pressupõe ou implica b e implica (*implicates*) c.

As comparativas de igualdade não permitem o surgimento da implicatura negativa.

Da análise e do cotejo apresentado, fica evidente a tendência de se considerar a abordagem de Giannakidou como a mais adequada para a descrição do fenômeno da polaridade das línguas naturais. Dizer isso não significa dizer que essa proposta não apresenta problemas ou que está pronta e acabada.

A proposta de Giannakidou, na verdade, praticamente subsume todas as demais incorporando-as e buscando saídas para os impasses teórico-metodológicos ou empíricos: seja propondo uma propriedade mais abrangente que englobe tanto a negação explícita ou implicada, bem como as propriedades *monotone decreasing* e

algumas manifestações algébricas como funções anti-aditivas e anti-mórficas³⁰ que a monotonicidade não explica, seja quanto ao desdobramento do modelo teórico para explicar o fenômeno, ou se quisermos, quanto à introdução da dimensão pragmática no modelo explicativo.

É certo que a autora não é a única a propor essa perspectiva híbrida, quase todos os trabalhos examinados nesta tese apontam para essa necessidade. O mérito da análise de Giannakidou consiste, entretanto, em conciliar as duas vantagens apontadas no parágrafo precedente: a do licenciador mais abrangente e a da concepção do modelo.

Gostaria de aproveitar esta seção para refletir ainda sobre alguns dados do português e eles dizem respeito exatamente ao uso da ênfase. As expressões negativas, como já apontei no início deste capítulo, admitem uma distribuição com a negação explícita e outra sem ela quando em posição pré-verbal. Contudo, se se constituírem como resposta a alguma pergunta podem dispensar a negação pré-verbal, fato também já observado por Ilari:

(112) Você viu o show?

(113) Vi nada.

(113) pode apresentar tanto uma interpretação ‘não vi’ como ‘o que eu conseguir foi nada’. Parece que todas as expressões negativas podem apresentar essa distribuição:

(114) A: Você falou com alguém no Departamento?

³⁰ Sobre as funções algébricas e a relação de expressões fracas, fortes e super-fortes, veja-se Krifka 1994, Zwarts, 1993 (*apud* Krifka) e Giannakidou 1997.

B: Falei com ninguém.

a) Não havia ninguém lá. (nega a existência de pessoas)

b) Havia pessoas lá, mas eu não falei com nenhuma. (nega o VP)

No entanto, as EPNs não aceitam essa distribuição como já discutido quando da análise de Ilari:

(115) A: O que você acha daquela garota?

(116) B: Não é flor que se cheire.

(116)' B: *É flor que se cheire.

Mas, em alguns casos, pode ocorrer uma EPN sem negação prévia, nessa construção 'crua': VP (NP), quando se sobrepõe a ênfase. Para uma ordem como (117), podemos ter várias respostas negativas possíveis:

(117) A: Vá até a sala e traga o que eu te pedi.

(118) B: Vou nada.

(119) B: Vou coisa nenhuma. (ou, mais incisivo ou mais grosseiro: Vou porra nenhuma.)

Ou ainda :

(120) A: Você vai a São Paulo estudar.

(121) B: Vou nada.

(122) B: Vou coisa nenhuma. (ou: Vou porra nenhuma)

(123) B: Vou para a CHINA. (ou Vou para ITAQUAQUECETUBA.)

As respostas (118), (119), (121) e (122) não apresentam dificuldades, são autorizadas pela expressão negativa. O instigante é pensar na resposta (123) ou mesmo no uso isolado do termo ‘porra’, sem o acompanhamento de ‘nenhuma’, ou mesmo de um superlativo chulo com valor negativo – ‘o cacete’:

(124) A: Ele disse que ia trazer o livro.

(125) B: Trouxe PORRA.

(126) B: Trouxe O CACETE!

Nesses casos, parece que é a ênfase que serve para negar a predicação do VP e que funciona provavelmente como a negação polêmica de Ducrot ou metalingüística de Horn, não nega o dito mas nega a pressuposição, a enunciação, ou a crença do falante que proferiu a sentença.

(123) e (125) veiculam sentido muito diverso com acento não-marcado. Com acento enfático têm força denegativa, sem tal acento são atos de fala assertivos. (a segunda, *quase preservativo!*)

A expressão ‘o cacete’ em (126) parece ocorrer apenas com acento enfático, não permitindo a co-ocorrência com a negação.

Esse parece ser um uso sistemático em português, o que leva a crer que a ênfase tem papel importante na definição das relações de sensibilidade à negação e à polaridade.

Ainda uma última observação sobre expressões sensíveis à polaridade em português. Ilari aponta um possível item de polaridade positiva (IPP): ‘um barato’:

(127) Esta pinga é um barato.

(128) [?]Esta pinga não é um barato.

Novamente, não tenho a mesma percepção de Ilari (1984) para o caso de (128), que me parece aceitável. No entanto, apresento duas expressões (uma delas chula também) que parecem ser casos de IPP, porque quantificam grandezas ‘positivamente’(no sentido quantitativo, não no sentido qualitativo), são elas: ‘pra dedéu’ e ‘pra caralho’. Exemplifico com uma delas, mas ambas são intercambiáveis nas construções apresentadas:

(129) O rapaz bebeu pra dedéu /comeu pra dedéu.

(130) O cara toca pra dedéu.

(131) Essa casa tem espaço pra dedéu.

(132) A coisa ‘tá ruim pra dedéu.

(133) * O rapaz não bebeu pra dedéu, * não toca pra dedéu.

Observe-se que, mesmo em (132), ‘pra dedéu’ potencializa ou aumenta a quantidade, nesse caso de um atributo negativo, no sentido de indesejável. Tais expressões parecem funcionar como intensificadores, talvez como maximizadores atuando no topo da escala, mas isso já é outra história.

O que fica da análise dos tratamentos dispensados às EPNs é a explicitação do caráter multifacetado do fenômeno, da extrema variedade de manifestações e

sensibilidades a que está submetido, dos diferentes níveis lingüísticos envolvidos na sua produção e compreensão e, portanto, da necessidade de um tratamento que apreenda essas diferentes dimensões, peculiaridades e sistematicidade.

E isso, ao que tudo indica, é um trabalho que está mais para Hércules do que para Penélope.

3. Da delimitação da fronteira – a Semântica e a Pragmática.

3.1. A caracterização clássica (histórica) das disciplinas

This diversity of possible definitions and lack of clear boundaries may be disconcerting, but it is by no means unusual: since academic fields are congeries of preferred methods, implicit assumptions, and focal problems or subject matters, attempts to define them are rarely wholly satisfactory. S. Levinson

ou

A nega é minha, ninguém tasca, eu vi primeiro. Mário Pereira e João Quadrado

A delimitação das disciplinas que são focalizadas nesta tese não é fácil, clara ou explícita, mesmo que tenha havido tentativas de caracterização relativamente recentes. Por essa razão, é difícil apreender os limites entre elas, uma vez que estes dependem exatamente de como cada uma delas se define, é definida pelos que nelas atuam ou com elas operam sobre a linguagem.

A caracterização tomada como fundadora da concepção moderna sobre a pragmática é a proposta por Morris 1933³¹, definição apresentada em relação a outras disciplinas sobre o estudo da linguagem, a saber, a sintaxe e a semântica. Os autores minimamente preocupados em definir a pragmática reportam-se invariavelmente a esse texto fundador.

A preocupação original de Morris dizia respeito à constituição geral de uma ciência dos signos, a semiótica, no interior da qual ele distinguiu três ramos de

³¹ Ilari (1999) cita o texto de 1933 *Signs, language and behaviour*, menção que reproduzo aqui porque precursora no próprio Morris, já que Levinson (1983) e Stalnaker (1972) citam o texto de 1938 *Foundations of the Theory of Signs*. Como minha referência, nesse caso, é sempre indireta remeto aos autores através dos quais cito.

investigação: a **sintaxe** que seria o estudo da “relação formal dos signos entre si”, a **semântica** que se constituiria no estudo das “relações dos signos com os objetos aos quais eles se aplicam (seus *designata*)”, e a **pragmática** que seria o estudo “das relações dos signos com seus intérpretes” (Morris, 1938, p. 6 - *apud* Levinson, 1983, p. 1).

Essa caracterização delimitadora tem sido invocada sempre que se quer discutir o alcance principalmente do que é pragmático. Ela aparece em outro artigo célebre, também fundador de discursividade para os estudos posteriores, a saber, o de Stalnaker (1972) e, ainda, na apresentação de Levinson (1983) sobre os estudos da pragmática e no ensaio de Ilari (2000) sobre a relação entre a semântica e a pragmática e a explicação do significado lingüístico. Portanto, ainda que não haja consenso quanto à classificação dos fenômenos com relação ao seu enquadramento nesta ou naquela disciplina e sobre os limites entre elas, toma-se a delimitação de Morris como uma régua para discutir ou rediscutir competências e propriedades, seja das disciplinas envolvidas seja dos fenômenos a serem explicados.

Stalnaker (1972), no artigo em que define ‘pragmática’, afirma que inicia pelo segundo elemento da tríade de Morris porque embora “*os limites da semântica não sejam tão claros quanto se supõe algumas vezes, e como a pragmática faz fronteira com a semântica, estas fronteiras determinarão o ponto onde o nosso campo começa.*” (Stalnaker, 1982[1972], p.60)

As considerações de Stalnaker sobre a semântica são as de que as definições de Morris (1938) e de Carnap (1939) sobre o que seriam os *designata* são bastante vagas e pouco ajudam a resolver a questão. Para Morris (*apud* Stalnaker) o *designatum* de um sinal “*é aquilo que é levado em consideração em virtude da presença do sinal*” e,

ainda, “um designatum não é uma coisa, mas uma espécie de objeto, ou uma classe de objetos”(id).

Afirma ainda Stalnaker que a definição de Carnap é igualmente vaga: “*o designatum de uma expressão é aquilo a que quem a usa pretende referir-se através dela, por exemplo, um objeto ou uma propriedade ou um estado de coisas...*” (ibid.)

Stalnaker prossegue dizendo que mesmo que seja difícil definir a semântica, seu desenvolvimento histórico como disciplina formal está bem delineado e que a semântica formal separa o problema de fornecer condições de verdade para sentenças dos problemas relacionados com os propósitos para os quais as sentenças são enunciadas. O autor define, em seguida, pragmática, novamente por oposição, à sintaxe e à semântica: a sintaxe estuda as sentenças; a semântica, as proposições; e, a pragmática é o estudo dos atos lingüísticos e dos contextos em que eles são produzidos. Segundo essa caracterização, há então, duas principais questões a serem resolvidas no interior da pragmática: definir os tipos relevantes de atos de fala e caracterizar os traços do contexto de enunciação que ajudam a determinar qual proposição é expressa por uma sentença. Stalnaker propõe, então, a seguinte hierarquia entre as disciplinas:

“as regras sintáticas e semânticas de uma língua determinam uma sentença ou frase³² interpretada; esta, juntamente com certos traços do contexto de uso da sentença ou frase determina uma proposição; esta por sua vez, juntamente com um mundo possível, determina um valor de verdade. Uma sentença interpretada, então, corresponde a uma função de contextos a proposições e uma proposição é uma função de mundos possíveis a valores de verdade.”(Stalnaker, 1982[1972], pp.66-67)

³² Creio que o termo ‘frase’ que foi usado nessa tradução corresponde a ‘clause’ em inglês (confirmação apontada por Luiz Arthur Pagani) e, nesse caso, teria sido melhor traduzir por ‘oração’, que é o termo correspondente em português.

Na sua concepção, a pragmática e a semântica forneceriam uma interpretação que iria de contextos a proposições e as proposições se constituiriam como funções que iriam de mundos possíveis a valores de verdade. A pragmática seria responsável pela primeira etapa dessa função de interpretação: a que relaciona proposições e contextos, e a semântica à segunda: a que conduz mundos possíveis a valores de verdade.

Levinson (1983), em seu manual sobre pragmática, faz o que se espera de um manual, a saber, busca definir a disciplina e os objetos que recaem sob seu escopo. Ele remete à caracterização feita por Morris, mas menciona ainda outras três concepções possíveis, decorrentes da primeira (alinhadas com ela, ou não). Primeiramente, Levinson esclarece que a concepção de Morris envolve ao menos dois desdobramentos possíveis, uma concepção ampla e uma concepção mais restrita. A concepção ampla de uma abordagem pragmática prevê questões concernentes aos “*aspectos bióticos da semiose, isto é, todos os fenômenos psicológicos, biológicos e sociológicos que ocorrem no funcionamento dos signos.*” (Levinson, 1983, p.2) Essa concepção ampla que recobre questões sociolingüísticas e psicolingüísticas é mais difundida na Europa, por exemplo.

Por outro lado, na imbricação com a filosofia analítica, o termo *pragmática* foi sofrendo sucessiva redução, sob a influência principalmente das reflexões de Carnap. Nesse pensador o termo adquire pelo menos quatro sentidos:

- disciplina que serve para tratar de lacunas teóricas (o que não é possível explicar nas outras disciplinas, daí a cesta de lixo de Bar-Hillel);
- propriedades da metalinguagem ou da linguagem sob investigação;
- propriedades específicas de termos relacionados à enunciação – dêixis;

- significação relacionada ao usuário.

Levinson a partir desse quadro considera que são quatro as principais concepções do termo *pragmática*, ou quatro perspectivas teóricas sob as quais os trabalhos se intitulam ‘pragmáticos’, e são:

- I. O estudo de uma enorme gama de fenômenos sociais e psicológicos envolvendo sistemas de signos em geral ou na linguagem em particular (o que ele chama de sentido continental do termo – ‘continental’ aí tomado como ‘europeu’, provavelmente);
- II. O estudo de alguns conceitos abstratos que fazem referência aos agentes (sentido de Carnap);
- III. O estudo dos dêiticos ou indiciais (sentido de Montague);
- IV. E, finalmente, o uso recente no interior da filosofia ou da lingüística anglo-americanas. (no qual ele inclui seu livro e afirma ser difícil de definir, cf. citação no início deste capítulo). Uma definição que ele apresenta é “a pragmática é o estudo do uso da linguagem” e reconhece que ela é tão boa quanto ruim, da mesma forma que o são as definições de *sintaxe* ou de *semântica* como “o estudo das propriedades combinatórias das palavras e de suas partes” ou “o estudo do sentido”, respectivamente.

Levinson discute várias possibilidades e dificuldades para definir ‘pragmática’, justamente porque tal definição, diz o autor, depende da correlação e da definição de outras disciplinas, especialmente, da de semântica. O autor afirma que considerará um conceito estrito de semântica, a saber, como uma teoria veri-condicional. Essa opção,

diz ele, facilita a definição do objeto de cada uma das duas disciplinas, além disso, uma concepção restrita de semântica deixa mais espaço para a pragmática. Contudo, a justificativa para a sua escolha não se deve a isso e sim ao fato de que uma teoria semântica ampla não será constituída sobre princípios homogêneos.

O ponto mais importante a se ressaltar é o de que a definição dos contornos, dos objetos e da consistência das disciplinas não se dá *per se* ou intrinsecamente a partir da sua natureza, mas sim é definida especularmente na relação de como cada uma se define e conseqüentemente redefine o outro termo do par.

Como já referi anteriormente, Ilari (2000) também reporta-se à tripartição de Morris para discutir os limites entre a semântica e a pragmática e defende a necessidade da delimitação clara, no sentido de definição dos limites, entre elas:

“entendendo que essas duas disciplinas dizem respeito aos mesmos objetos, mas se caracterizam por modos de fazer diferentes, procuro apontar alguns exemplos de análises que ilustram sua especificidade.” (Ilari, 2000, p.110).

E prossegue:

“Defendo que uma análise semântica é sempre o primeiro passo necessário, e que freqüentemente ela basta para dar conta dos principais problemas encontrados.” (id.)

Ilari faz uma apresentação do que passou a ser o programa da semântica nos últimos 30 anos, o estudo das condições de verdade dos enunciados de língua natural, a partir da transposição para o estudo da significação das idéias do matemático e lógico polonês Alfred Tarski. Essa orientação da semântica formal seguiu posteriormente dois

caminhos diferentes: uma orientação extensionalista (representada por Davidson) e uma intensionalista (representada por Montague).³³ Para discutir o campo da pragmática, o autor passa à análise da adequação dos tratamentos e análises dispensados aos fenômenos da dêixis, da pressuposição, dos performativos e das implicaturas.

A assunção explícita desse autor é a de que fenômenos sistemáticos e calculáveis como a dêixis, os atos de fala e as pressuposições pertenceriam ao campo da semântica, ao passo que as implicaturas conversacionais se constituiriam como protótipo do fenômeno pragmático, este ‘como avesso da interpretação calculável’. (Vale lembrar aqui o ‘*frustratingly unalgorithmic*’ de Linebarger!)

Ilari, como Levinson, faz uma escolha clara de como entende cada uma das disciplinas em confronto. Ambos autores assumem a semântica formal, com projeto claramente definido e, portanto, com definição mais consistente dos fenômenos que integram seu campo de atuação, do que decorre o que fica para a pragmática: o excedente do tratamento estritamente formal e formalizável, no caso de Ilari, e a suplementação da semântica formal ou o tratamento das sentenças associadas a seus contextos de utilização, no caso de Levinson.

Podemos observar, então, que a concepção corrente sobre essas disciplinas também não é explícita, embora minha impressão seja a de que o sentido predominante de pragmática com o qual, lingüistas, operamos é o último da enumeração de Levinson, sem descartar contudo a circulação dos demais: pragmaticistas (brasileiros, mas também mundo afora, vejam-se os índices do *Journal of Pragmatics*, por ex.) filiam-se, hoje, mais ao primeiro sentido; enquanto o terceiro está quase que completamente entregue à semântica.

³³ Para maiores detalhes, veja-se Ilari, 2000.

Esse é o quadro epistemológico em que se encontram as disciplinas e, portanto, é no interior dele que transitam os estudiosos que se deparam com fenômenos multifacetados, como a polaridade negativa, por exemplo, o que apresenta uma dupla dificuldade: a da explicitação/classificação do próprio fenômeno e a da explicitação da constituição/escopo da disciplina concernente.

Na próxima seção apresentarei algumas questões que, para além das EPNs, colocaram problemas para seu enquadramento ou mesmo para a apreensão teórica de diferenças de emprego.

3.2. A negação em língua natural.

A questão da negação nas línguas naturais é sabidamente uma questão polêmica dada a variedade de tratamentos que tem recebido, especialmente se se confrontam tratamentos lógicos e lingüísticos.

Usualmente o papel atribuído à negação lingüística, se se considera o significado do enunciado afirmativo como um valor de verdade, é o de inverter esse valor:

se $P = V$, então $\sim P = F$; e vice-versa.

Contudo, essa assunção básica, na verdade, não reproduz a situação efetiva do uso da negação em língua natural, em parte porque há sempre a possibilidade pragmática do uso de um enunciado negativo com o mesmo valor de um positivo.

Compare-se:

(134) Você não quer um pouco mais de sal na sua salada?

(135) Você quer um pouco mais de sal na sua salada?

Por outro lado, o confronto entre enunciados afirmativos e negativos revela as especificidades de cada um.

Givón (1978) aponta para o fato de que atos de fala negativos são pressuposicionalmente mais marcados que seus correlatos afirmativos, para ele enunciados negativos não invertem apenas os valores de verdade de uma proposição, como ocorre nos tratamentos lógicos. Ao dizer

(136) João veio ontem.

o enunciado acrescenta uma informação (tomada pelo falante como) nova para o ouvinte.

Ao enunciar (137) abaixo, ao contrário, supõe-se mais a respeito do conhecimento prévio do ouvinte. A negação não opera apenas ao nível do conteúdo enunciado, mas também sobre o das pressuposições e sistema de crenças dos interlocutores.

(137) João não veio ontem.

- a) Era esperado que p.
- b) p: João vir ontem.
- c) p não ocorreu.

Reporto outro exemplo. Uma das professoras do Departamento chegou em duas manhãs seguidas com notícias desconcertantes: uma de uma tentativa de assalto no semáforo numa das esquinas no seu trajeto para a Universidade e no dia seguinte com outra notícia desagradável. Quem presenciou as duas elocuições foi um colega determinado.

Na terceira manhã, na chegada ao Departamento, encontrando o colega presente nos dias anteriores, a professora disse:

A: L., hoje eu *não* tenho nenhuma notícia.

Os demais presentes ficaram se perguntando o que, de fato, aquilo queria dizer, contudo o alocutário a que se endereçava o enunciado não teve o menor problema de interpretação.

Para discutir as especificidades das orações negativas, Givón verifica o comportamento sintático-semântico de algumas categorias lingüísticas. Entre suas observações, ele constata que a maioria dos verbos que tomam complementos acarretam a referencialidade, isto é, a extensionalidade das expressões ou sintagmas que lhes servem de objeto gramatical (independentemente de estes serem definidos ou indefinidos), exceto em casos em que a sentença esteja sob o escopo de um modal (ou não-factivo). Para ilustrar, observemos as frases:

(138) João encontrou uma garota. (interpretação referencial)

(139) João está procurando por uma garota. (interpretação referencial ou não)

Esse tipo de enunciado, ainda segundo o autor, também apresenta particularidades, e uma delas diz respeito a ocorrências com pronomes. A pronominalização admite tanto identidade de sentido quanto de referência, como em:

(140)a John met *a girl* yesterday, and Fred met *one* too.

‘João encontrou *uma garota* ontem e Fred encontrou *uma* também.’

b _____, and Fred met *her* too.

‘João encontrou *uma garota* ontem e Fred encontrou-*a* também.’”

Contudo, sob o escopo da negação, em inglês, só a identidade de sentido é possível:

(141)a John didn’t meet *a girl* yesterday and Fred didn’t meet *one* either.

‘João não encontrou *uma garota* ontem e Fred não encontrou *uma* também.’

b John didn’t meet *a girl* yesterday and Fred didn’t meet **her* either.

‘João não encontrou *uma garota* ontem e Fred não *a* encontrou também.’

o que sugere que o SN: ‘*a girl*’ em (141a), no inglês, só pode ser tomado não-referencialmente. Contudo, não é o caso em português. (142) abaixo pode ser interpretado tanto no sentido de (141a) ou (141b) acima:

(142) João não encontrou uma garota ontem e Fred também não.

Em que a elipse anafórica permite ambas as interpretações, referencial ou não.

Essa observação não invalida, entretanto, a constatação de Givón, apenas adverte que esse comportamento não é geral e requer exame mais acurado sobre a relação da negação intra e translingüisticamente.

Givón constata, ainda, que a forma básica de introdução de um elemento no discurso em orações simples é a de objetos-acusativos indefinidos e referenciais, no entanto nas orações negativas os objetos-acusativos são referenciais/definidos, o que sugere que as orações negativas não são usadas para introduzir novos argumentos no discurso. Dessa constatação decorre o fato de que a amplitude da definitude e também da pressuposicionalidade discursiva é maior em sentenças negativas do que em afirmativas, em outras palavras, que o falante que utiliza uma sentença negativa assume muito mais sobre o que o ouvinte sabe. Está envolvida aí, para Givón, muito mais uma retificação das crenças do ouvinte, supostas pelo falante, do que uma negação da verdade do enunciado assertado.

Segundo o autor, afirmativas seriam usadas para **transmitir** novas informações para o ‘background’ da suposta *ignorância* do ouvinte, enquanto que negativas, para **corrigir** crenças equivocadas do ‘background’ do suposto *erro* do ouvinte.

As questões que Givón aponta a respeito do uso de enunciados negativos demonstram que o uso da negação vai muito além daquele projetado pelas análises lógicas, uma vez que a negação, nas línguas naturais, apresenta implicações de ordem pragmático-discursivas não previstas, ou melhor, descartadas pela análise lógica.

Também Ducrot (1981) aponta para o fato de que enunciações negativas implicam uma atitude psicológica específica que não se encontra nas afirmativas. Negativas se contrapõem muito freqüentemente a afirmações prévias (emitidas pelo

interlocutor ou mesmo atribuídas a ele). Assim, diz ele, é difícil que se anuncie a alguém que *Pedro não é primo de Maria*, sem que ninguém antes tenha pretendido ou afirmado que ele o fosse. A partir de exemplos dessa natureza, Ducrot diz que é “*levado a considerar que a negação é um ato de fala particular, ou pelo menos segundo a expressão dos filósofos clássicos, uma modalidade de julgamento*”. (Ducrot, 1981, p.95)

Dessa forma, também em Ducrot a negação é pressuposicionalmente mais marcada que a asserção.

Ilari (1992) apresenta um tratamento para a articulação tema-remática em sentenças do português. No interior dessa discussão, esse autor discute a incidência da negação sobre diferentes segmentos lingüísticos.

Ilari pondera que há, nas línguas, determinadas expressões

“que não exercem nenhum papel definido em relação ao verbo (na terminologia de Halliday, essas expressões não desempenham nenhum papel no sistema de transitividade) como é o caso dos adjuntos até, mesmo, por fim, e outras. É impossível construir essas expressões junto com a negação de modo que a negação as afete.” (Ilari, 1992, p. 77-78)

Os exemplos de Ilari são:

(143) Ele não sabe Inglês, até.

(144) Ela não gosta de caviar mesmo.

O autor demonstra que o complemento verbal pode ser negado, mas o adjunto especial nesse caso, não:

(145) Ele sabe não Inglês, mas Suaíli.

(146) Ela gosta não de caviar, mas de ova de tainha.

(147) *Ele sabe Inglês, não até.

(148) ?Ele sabe inglês, não mesmo.

(Esta admite um emprego metalingüístico da negação, mas nesse caso o escopo é a enunciação prévia – retomada de um outro – e não o vocábulo ‘mesmo’: Ele sabe Inglês?! Não mesmo! Mas não é essa interpretação em foco para Ilari)

As conclusões do autor a respeito dessas expressões, a partir de outros testes como o de perguntas naturais, é a de que tais expressões não podem desempenhar a função de rema, isto é, não permitem a veiculação de informação nova. Ilari relaciona as duas propriedades, a saber, expressões que não podem ser usadas como rema também não admitem negação. Como esses, também expressões adverbiais modalizadoras como *francamente*, *no duro*, são relacionadas pelo autor como impedidas de receber negação, mas a aceitam quando usadas circunstancialmente como modificadoras de predicado:

(149) Ele sabia que seu irmão falava francamente. (≡ era sincero)

(150) Ele sabia que seu irmão não falava francamente. (≡ mentia)

(151) Francamente, você está fazendo uma besteira. (≡ eu sou sincero quando digo que ‘você está fazendo uma besteira.’)

(152) *Não francamente, você está fazendo uma besteira.

Será que é porque ninguém afirma a sua falta de sinceridade? O enunciador sempre tem compromisso com a verdade do que fala? A máxima da qualidade de Grice é necessariamente *default*?

Ilari considera, então, o rema o segmento em que incide preferencialmente a negação, mas ela pode funcionar de duas maneiras: uma ‘não’ e a outra ‘não é verdade que’. Considerando o enunciado (153) abaixo, Ilari mostra que diferentes segmentos podem ser tomados como rema, justificando sua análise pelo emprego de perguntas naturais e clivagem:

(153) Eliseu Becker *traçou o plano viário em Porto Alegre*³⁴.

(154) Em Porto Alegre, *Eliseu Becker traçou o plano viário*.

E suas respectivas perguntas:

(153)’ Por que Eliseu Becker é conhecido?

(154)’ O que Eliseu Becker fez em POA?

(154)’’ O que é interessante a respeito de POA?

Ilari afirma que uma oração simples pode apresentar duas ou mais alternativas de articulação tema-remática (ATR) e nesse caso haverá também a possibilidade de outras tantas negações correspondentes a cada ATR. As negações³⁵ dos exemplos acima podem ser:

(153)’’a. Eliseu Becker não traçou o plano viário em Porto Alegre (e sim em ..)

b. Eliseu Becker traçou o plano viário não em Porto Alegre (mas em ...)

³⁴ O itálico indica o rema.

³⁵ Para examinar a argumentação completa do autor, veja-se Ilari, 1992, p. 77 e seqs.

(154)''a. Em Porto Alegre, não é verdade que Eliseu Becker traçou o plano viário.

b. Em Porto Alegre, Eliseu Becker não *traçou o plano viário* (e sim ...)

c.) Em Porto Alegre, Eliseu Becker não traçou *o plano viário* (senão ...)

O autor conclui que há, em muitos casos, três maneiras de articular tema-remata, como no exemplo (154): a) o remata é a oração simples sem o locativo, b) o remata é o predicado da oração, sem o sujeito e o locativo, c) o remata é o complemento do VP; e, há, portanto, três maneiras de negá-lo. Ilari observa que quando a negação é feita apenas pelo advérbio ‘não’ ela não pode incluir o sujeito da oração e a segunda com a expressão ‘não é verdade que’ não pode ser usada quando a negação não inclui verbo.

Essas questões têm a ver com escopo da negação e da relação com a ATR, mas também com a entoação e acento enfático, como bem observa Ilari.

Esse autor, a propósito de uma explicação satisfatória para a ATR, afirma: “*Endosseï a hipótese de Chafe, e dei à ATR, em seu aspecto mais fundamental, um caráter definitivamente pragmático.*” (Ilari, 1992, p.165) Reitera essa posição pela consideração de que o locutor faz diferentes escolhas pragmáticas mediante a ATR que enuncia: tanto com relação às escolhas do que são o tema e o tópico, quanto da avaliação do que é do conhecimento do ouvinte.

Outra questão que sempre aparece no tratamento de orações negativas diz respeito à ambigüidade associada à negação. Na maioria das análises, a negação é vista não como lexicalmente ambígua, mas apresentando uma ambigüidade de escopo. Essas questões surgem principalmente relacionadas às pressuposições dos enunciados em que ela ocorre.

O problema já é clássico, mas a solução está longe de ser consensual.

Uma das principais questões que emerge nesses tratamentos diz respeito às pressuposições de orações como a célebre frase (155) abaixo e a negativa correspondente, (156):

(155) *O rei da França é calvo.*

(156) *O rei da França não é calvo.*

Deixemos de lado as questões envolvidas com o valor de verdade a ser atribuído a (155), e consideremos que para que (155) seja produzida em condições ideais de ‘felicidade’, ela obriga forçosamente seu falante a pressupor que a França tem um rei. Contudo, (156) é ambígua, segundo Frege, Russell e alguns lógicos e lingüistas, pois admite uma interpretação ‘interna’ para a negação, em que apenas o conteúdo assertado é negado: *nega a calvície do rei*; e uma segunda interpretação ‘externa’, em que pressuposição e asserção estão sujeitas à negação: *não é verdade que o rei da França é calvo uma vez que a França não é uma monarquia*, isto é, a pressuposição não é verdadeira.³⁶

As questões que envolvem essa ambigüidade são as que mais polêmica renderam na bibliografia especializada. Horn (1985) faz um resgate bastante detalhado das duas principais posições aí envolvidas: a dos monointerpretativistas (*monogists*, no original), e a dos bi-interpretativistas (*ambiguists*, no original).

As posições podem ser grosseiramente assim resumidas.

³⁶ Compare-se com a análise de Ilari (1992) sobre negação e ATR.

A corrente monointerpretativa não reconhece essa ambigüidade de escopo, pois segundo eles é muito difícil provar que os dois tipos de negação são distintos semanticamente, uma vez que a negação interna acarreta a externa: *Se o rei da França existente é não-calvo, não é certamente o caso de que o atual rei da França seja calvo.* Para isso, eles invocam o princípio de parcimônia de Occam sobre a redução dos primitivos de uma teoria, a saber, de cortar o que não é essencial e afirmam que a negação em língua natural é realizada através de um único operador de verdade.

A corrente bi-interpretativa, ao contrário, surge justamente em virtude da preocupação com a atribuição de valores de verdade a proposições do tipo acima, cujo sujeito expresso por uma descrição definida não tem referente. Essas duas soluções aparecem em duas grandes linhas – a de Russell, que é a de dizer que a forma lógica desse tipo de proposição não corresponde à forma superficial sujeito/predicado, e – a de Strawson (mas também Keenan, Katz, Lukasiewicz), que propõe para tais casos um terceiro valor de verdade ‘indeterminado’. Essa terceira solução, também conhecida como pressuposicionalista, afirma que a negação não é *lexicalmente* ambígua entre os dois sentidos, a saber, da negação executada pelo advérbio ‘*não*’ e pela negação da asserção ‘*não é verdade que*’, mas sim apresenta uma ambigüidade de escopo. Os corolários dessas abordagens já foram amplamente discutidos na literatura, entretanto vale ressaltar que esses tratamentos reconhecem uma diferença de interpretação frente a proposições negativas, especialmente no que diz respeito às pressuposições, que não pode ser desprezada facilmente. Além do mais, a tese monointerpretativa não só falha em distinguir negação de falsidade, como é incompatível com a defesa da pressuposição semântica.

Negar um enunciado não é dizer que tal enunciado é falso. Para tanto, Horn remete a objeção de Geach (1976) que recorre aos enunciados não-declarativos do tipo:

_ “Não abra a porta.”

a respeito de cuja negação o segundo autor afirma que não corresponde a “O enunciado que você abriu a porta é falso”.

Essa constatação rebate, para este, o equívoco dos monogüistas de que a negação externa acarreta necessariamente a interna ao assumir que

“a negação de um enunciado é o enunciado de que aquele enunciado é falso, e portanto, é o enunciado SOBRE o enunciado original e logicamente secundário a ele.” (*apud*, Horn, 1985, p.152)

A negação, em língua natural, não pode ser tratada em termos da ‘falsidade’ do conteúdo de uma proposição; *negar p* não significa dizer que *p é falso*, pode apenas querer dizer que *p é inadequado aos fatos*, *p* pode ser muito fraco, muito forte ou apenas equivocado.

Horn, para driblar essas dificuldades e considerando várias ocorrências e particularidades da negação, irá propor uma natureza pragmática, ao invés de semântica, para essa ambigüidade. Justificado pela unicidade morfológica verificada na quase totalidade das línguas naturais em relação à negação (aparentemente nenhuma língua natural parece empregar dois operadores negativos distintos - Gazdar 1979a), ele propõe um único operador de negação, que apresenta ambigüidade pragmática, ou seja, há uma dualidade de uso construída.

Para tanto, Horn alinha a sua análise à de Karttunen & Peters – K & P – (1979), que combinam uma linha bi-interpretativa com um tratamento não-semântico, ou pelo menos não veri-condicional, para análise do fenômeno pressuposicional. Esses autores

propõem um tratatamento que combine as implicaturas griceanas com a semântica formal veri-condicional de Montague.

A questão que eles discutem diz respeito às negações que vão além da negação do conteúdo assertado, portanto tais autores vão se preocupar com a negação externa ou *contraditória*, como eles irão chamá-la.

Consideremos os seguintes exemplos estudados por eles:

(157)a. *John managed³⁷ to solve the problem.*

‘João conseguiu/ se esforçou para resolver o problema.’

b. *John didn't manage to solve the problem.*

‘João não conseguiu resolver o problema.’

c. *It was difficult for John to solve the problem.*

‘Foi difícil para J. resolver o problema.’

(158) *John solved the problem.* (João resolveu o problema.)

No elenco compreendido em (157) ambas as orações (a) e (b) têm como informação de fundo aquela expressa em (c). (157a) e (158) diferem entre si não em relação às condições de verdade, mas em relação às implicaturas convencionais (nas palavras de Grice (1975), ou quanto ao pressuposto nos termos de Ducrot (1972)) que (157a) carrega, isto é, (157a) tem como implicatura convencional ou como pressuposto (157c), enquanto (158) não.

³⁷ O verbo ‘*manage*’ do inglês não tem uma tradução em português que reproduza suas particularidades. As traduções possíveis seriam ‘conseguir’, ‘esforçar-se para’, ‘dar conta de’, ‘ser bem sucedido em’ e cada uma dessas possibilidades pode resultar em condições de emprego diferente em português.

No entanto, (157b) pode ser enunciada não só quando (157c) não é tomada como garantida, mas também, na verdade, quando (157c) é precisamente o componente que está sendo negado:

(159) *John didn't MANAGE to solve the problem*

‘João não CONSEGUIU/FOI CAPAZ DE resolver o problema.’

Podemos entender, nesse caso, que foi muito fácil para ele resolvê-lo.

Esse tipo de negação contraditória, segundo a caracterização dos autores, foge completamente à definição da pressuposição dos lógicos - esta um componente do sentido da proposição que permaneceria inalterado quer sob negação, quer sob interrogação.

Essa distinção provocada pela ênfase entoacional pode ser associada à distinção sugerida por Ilari para definir o escopo da negação em relação à articulação tema-rema. A ênfase define o que é o foco da negação, que nesses casos pode ser metalingüística, no sentido de ‘ajuste’, ‘retificação’ do lingüístico, num certo sentido do ‘dito’ na sua materialidade.

Ducrot (1972, 1973) também descreve esse tipo de uso da negação e chama de negação *polêmica*, a negação *metalingüística* de Horn e *contraditória* de Karttunen & Peters.

Outro exemplo de negação marcada, apontado por Horn, aparece em frases como:

(160) *ALGUNS homens não são machistas. TODOS são.*

Não são ALGUNS homens que são machistas, TODOS são.

(161) _ *Então, você conxeguiu resolver o problema ?*

_ *Não, eu não conXEgui resolver o problema. Eu conSEgui resolver o problema.*

É claro que esses casos de negação marcada vêm acompanhados de um acento entoacional também marcado. Eles estão associados a correções pragmáticas, de qualquer nível lingüístico, da elocução do falante: fonético-fonológico, sintático, semântico, de foco, de registro ou mesmo de estilo.

Um dos correlatos dessa variedade de usos da negação é a impossibilidade de a negação externa (metalingüística, nos termos de Horn) ser incorporada morfológicamente por prefixos:

(162) *O rei da França não é feliz, porque não há rei da França.*

** é infeliz*

(163) *It's not possible for you to leave now - it is necessary.*

**It's impossible for you to leave now - it is necessary.*

(164)a *Não é proVÁvel, é CERto, que chove amanhã.*

b **É improvável (mas) é certo que chove amanhã.*

Nesses casos, em que o operador de negação é usado metalingüisticamente para negar a propriedade/conveniência de se usar um predicado que produziria uma asserção verdadeira, porém mais “fraca” do que o desejável, ele não pode ser incorporado lexicalmente e, na verdade, não atribui o valor de verdade *falso* ao enunciado focalizado.

Como diria Ducrot, quando a negação é descritiva (interna) ela não se aplica da mesma maneira aos dois termos de um par de contrários (adjetivos antitéticos): a negação do termo “favorável” é quase equivalente à afirmação do desfavorável, mas o contrário não é verdadeiro. Vejamos:

(165) Pedro não é amável/feliz.

é muito próximo a

(166) Pedro é grosseiro/infeliz.

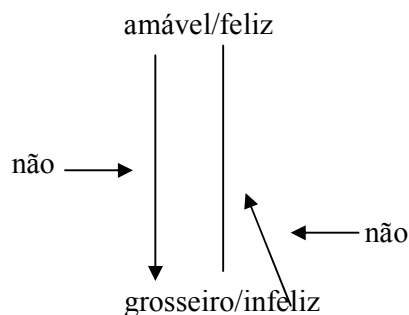
Contudo,

(167) Pedro não é grosseiro/infeliz.

não corresponde (ou está longe de corresponder) a

(168) Pedro é amável/feliz.

Ducrot afirma que a negação do termo desfavorável fica a meio caminho da gradação na escala.



O mesmo não ocorre com a negação polêmica, quando a negação do termo favorável pode conduzir simplesmente a uma zona intermediária ou mesmo de exacerbação do termo empregado.³⁸ A questão envolvida com a negação metalingüística, portanto, não é de fato uma questão de valor de verdade mas de sistema de crenças dos participantes do discurso.

Uma das características, também apontada por Horn, é a de **a negação metalingüística ser incapaz de licenciar EPNs**, porque o elemento focalizado pela negação está fora do escopo da negação ordinária e é reiterado afirmativamente retificado:

(169) ?Ela não QUÉ flor que se cheire. Ela É flor que se cheire.

Esse enunciado geraria muitos mal-entendidos, se fosse efetivamente produzido. O enunciado com negação metalingüística para um caso de retificação de termo como esse caso, provavelmente seria:

³⁸ A esse respeito conferir a distinção de Jespersen (1924) sobre a relação entre termos contrários e contraditórios: dois termos contraditórios compreendem toda a divisão do universo - qualquer termo médio é excluído - *rico X não-rico*; enquanto que os contrários admitem termos intermediários: *rico X pobre* (remediado, por ex.). Jespersen observa que para termos contraditórios a língua geralmente usa termos derivados do original e prefixos: *feliz/infeliz* ou expressões compostas com o advérbio 'não'; enquanto para os contrários usa geralmente uma raiz diferente: *frio/quente*.

(170) Não é QUÊ flor que se cheire, é É flor que se cheire.

Esse panorama permite verificar que, de fato, as questões envolvendo a negação lingüística estão longe de ter um tratamento homogêneo, ou consensual ou pelo menos definitivo (se é que isso é desejado, desejável, ou até mesmo possível), mas nos leva a considerar um forte componente pragmático nos enunciados envolvendo negativas. Além disso, como mencionado em vários tratamentos diferentes seja a respeito da negação, seja a respeito de EPNs as questões que melhor iluminam esses fenômenos lingüísticos parecem exigir a participação de um componente pragmático, requisitando condições de veridicidade dependentes de contextos, ao invés de condições de verdade exclusivamente. Nesse caso, acionam-se sistemas de crenças, conhecimento partilhado, atualização de fundo comum e outras questões dessa natureza, o que parece garantir longevidade para a pragmática e delimitação mais explícita de fenômenos.

3.3. A zona de fronteira à luz das análises focalizadas.

Procurarei nesta seção relacionar as análises propostas para o fenômeno da polaridade negativa com as diferentes concepções de semântica e de pragmática enunciadas na primeira seção deste capítulo.

Os autores, cujas propostas para o fenômeno da polaridade foram aqui examinadas, podem ser incluídos na observação que apresentei então, a saber, a de que os estudiosos assumem, sem muita explicitação ou clareza, as concepções subjacentes e vagas de ‘semântica’ e ‘pragmática’. Nenhum dos autores examinados nesta tese, a propósito da questão da polaridade, explicita em que sentido está considerando cada uma dessas disciplinas envolvidas, seja ao enquadrar seu tratamento em uma ou outra, seja para classificar um tratamento divergente. A designação das disciplinas é usada tacitamente como se fosse isenta de dificuldades e de flutuações epistemológicas.

Os autores, na sua maioria, assumem o modelo gerativista como suporte formal para a descrição lingüística e ao examinar um fenômeno extremamente variável como a polaridade negativa buscam descrevê-lo, enquadrá-lo no interior do modelo escolhido.

Por tudo o que foi descrito a respeito da polaridade negativa neste trabalho, fica patente a dificuldade de enquadrá-la neste ou naquele modelo teórico exclusivamente formal, ‘não-pragmático’. Esta é uma aceção implícita corrente para o termo pragmática, ‘não-fomalizável’, que aparece em Ilari (1992, 2000), Linebarger (1983) e também em Kadmon (2001).

Assim, os estudiosos que se dedicaram ao fenômeno da polaridade nas línguas naturais procuram, paralelamente a um modelo sintático, buscar descrições e propriedades sistemáticas do fenômeno que o filiem ou à semântica ou à pragmática.

Isso parece fácil, mas não funciona. E por que não funciona? Não funciona porque não basta reconhecer no fenômeno propriedades que o legitimem como pertencente a esta ou aquela área do saber, claramente definidas. Ainda que as propriedades do fenômeno sob observação fossem evidentes e cristalinas, as da constituição das áreas envolvidas não o são, não há uma acepção única que as defina individualmente e, talvez, nem uma acepção predominante, comparem-se as acepções correntes nos diferentes continentes, pólos, filiações teóricas, entre outras tribos.

Vejamos.

Linebarger considera sua abordagem sintático-pragmática por invocar questões ligadas a implicaturas convencionais e conversacionais para licenciar algumas ocorrências de EPNs. A autora não explicita o seu emprego do termo ‘pragmática’ nem remete ao problema inerente à caracterização das pressuposições e implicaturas como um fenômeno de natureza semântica ou pragmática. No entanto, é pela diferença na natureza do tipo de implicação que ela caracteriza o seu próprio trabalho como sintático-pragmático e o de Ladusaw como semântico.

Os últimos trabalhos discutidos sobre a questão, o de Chierchia (2002) e Giannakidou (1997), em virtude da natureza pragmática atribuída ao fenômeno, propõem alterações operacionais no modelo teórico inicialmente selecionado, o da gramática gerativa: seja propondo modificações internas, como alterações no processamento originalmente previsto, como no caso de Chierchia para o cálculo local das implicaturas encaixadas; seja associando ao modelo selecionado um aparato formal de outra matriz como o da semântica dinâmica ou da DRT- *Discourse Representation Theory*, como no caso de Giannakidou, mas também de Chierchia.

Nesses casos, de uma tentativa explícita de demonstração da representação das instâncias envolvidas no processamento do fenômeno, o modelo explicativo chamado a colaborar no impasse é o da *semântica dinâmica*. Mas, em que consiste a *semântica dinâmica*?

É óbvio que não vou responder a essa pergunta aqui. Mas, entre outras especificidades, a semântica dinâmica permite incorporar, para o processamento da significação das sentenças de língua natural, as coordenadas do contexto e processar o significado atualizando o contexto a partir do fundo comum partilhado.

A esse respeito remeto aqui *quase* de memória à proposta de C. Franchi (1971), apresentada em sua dissertação de mestrado, para o cálculo de anáforas e, conseqüentemente, de dêixis em língua natural. Propõe Franchi

“um discurso Dj, anterior a Di, condiciona Di impondo sobre este certas modificações. Essa sobredeterminação, *ainda segundo o autor*, não se verifica apenas para a seleção induzida de um certo conjunto de invariantes semânticos e retóricos. Ela ainda tem conseqüências sintáticas.” (Franchi, 1971, p. 46)

Como se pode constatar, essa concepção de Franchi antecipa em décadas a da semântica dinâmica de atualização de contextos para o cálculo da significação de um enunciado, pois propõe claramente que as condições de interpretação de um enunciado levem em conta os discurso precedentes e essas considerações é que irão determinar a sintaxe.

Esse é o cálculo que aparece enunciado em Chierchia e explicitado em Giannakidou.

E, aparentemente, se havia um consenso sobre o que se circunscrevia num tratamento pragmático eram os fenômenos cuja interpretação dependia de fatores ligados ao contexto!

Dessa forma, esses tratamentos, que procuram apreender a natureza multiforme do fenômeno da polaridade, propõem uma associação de modelos explicativos (que espero, compatíveis, ao que tudo indica), mas também provocam uma expansão ou redefinição implícita, subliminar da semântica. As assunções da semântica dinâmica sobre o cálculo da significação recaem sob a noção de caracterização ampla de semântica de Levinson (cf. 3.1.) com os riscos apontados por este: apresentar princípios conflitantes no trato de certos fenômenos (cálculo de pressuposições, por ex); ser constituída por orientações heterogêneas para incluir fenômenos com propriedades diferentes; e, perda de consistência metodológica.

Observe-se que, nesses casos, há uma ampliação e redefinição de uma das disciplinas, forçando necessariamente a redefinição da outra. A semântica incorpora informações sobre contextos para o cálculo da significação e à pragmática restringem-se os fenômenos ligados, por enquanto, a foco e a implicaturas conversacionais, exclusivamente, e os enumerados no primeiro grupo por Levinson, a saber, os ligados a questões sociais e psicolinguísticas.

Gostaria de remeter aqui para a discussão que apresentei no início deste trabalho, a da redefinição dos campos e objetos específicos das disciplinas no interior da lingüística por volta dos anos 70 do século passado. Nesse momento havia, como já mencionei, algumas disciplinas com objeto teórico bem demarcado e estabelecido pelo programa vigente mais geral da área, ao passo que o excedente ou residual do objeto observacional passou a ser loteado conforme suas especificidades, mas também na base

do “quem pode mais chora menos”. Dessa briga de foice entre posseiros, se consolidaram as disciplinas já enumeradas então. As disciplinas emergentes seguiram seu curso e se estabeleceram ou estão se estabelecendo.

A semântica era já uma disciplina constituída a essa altura. Curiosamente, está na disputa de novo território ou por novos inquilinos.

A pragmática que era a mais abrangente, na ocasião, porque era depositária dos fenômenos sem eira nem beira, foi a que perdeu maior terreno: para a sociolinguística, para a análise da conversação, para a análise do discurso e agora, ao que parece, para a semântica.

Que fique claro que não estou aqui fazendo um movimento pelos sem-pragmática, mas apenas constatando o que, aliás, era de se esperar. Com o refinamento das teorias explicativas e do instrumental de análise dessas mesmas teorias, a apreensão da natureza dos fenômenos torna-se possível e passível de explicitação teórica precisa. A pragmática, então, esvazia-se, ou melhor, desloca-se, porque também ela reformula seu instrumental.

Ou então, de fato, explicitaram-se os objetos teóricos de cada disciplina: o refinamento e alcance teórico-metodológicos permitiram desvencilharem-se os fenômenos e precisar a sua relação de pertencimento.

Dessas considerações, pode-se perguntar então se não há, de fato, fenômenos pragmáticos. Se a pragmática é apenas um purgatório onde os fenômenos permanecem enquanto sua beatitude ou sua perversidade não os redimam ou os condenem eternamente, pelos séculos e séculos.

Respondendo à pergunta, acredito, como de resto boa parte dos autores desta tese, que há fenômenos cuja natureza é eminentemente pragmática de difícil apreensão

formal, como obviamente as implicaturas conversacionais; mas também há fenômenos híbridos, ou seja, com uma forte sensibilidade pragmática, com propriedades semânticas sistemáticas e regulações sintáticas e neste último caso está certamente a polaridade negativa.

Este momento é o *turning point* para essas disciplinas, que se constituem hoje, na faixa de Gaza da lingüística. É o momento de definição.

A questão é qual a decisão epistemológica que as orientações teóricas vão tomar com relação à definição da abrangência das disciplinas para então etiquetar o fenômeno. A assunção pelas disciplinas dessa personalidade epistemológica, ou mesmo metodológica, tem conseqüências, como observei acima, não só para os fenômenos por elas atingidos ou acolhidos, mas especialmente, que é o que me interessa aqui, para a caracterização e consistência das próprias disciplinas em disputa.

Espero que estas preocupações não sejam um trabalho de Sísifo e que eu não esteja rolando uma pedra que teima em cair, demonstrando a inutilidade das reflexões epistemológicas ou metodológicas. Espero que tais indagações não sejam a pedra no meio do caminho, que muitos quererão apenas jogar para o lado, o que certamente desimpedirá a estrada mas nos conduzirá mais rapidamente para os infernos.

4. Conclusão

Esta tese poderia ter tomado muitos rumos que efetivamente não tomou. Esse talvez tenha sido o meu maior impasse: investigar uma questão de tamanha envergadura teórico-epistemológica só poderia me conduzir a muitos labirintos. Buscar investigar uma fronteira entre duas disciplinas com contornos pouco nítidos certamente requereria um cabedal de informações e sólida formação teórica que eu estava e ainda estou longe de conseguir. Ainda impactada sob o peso do trabalho que me espreitava, em resposta à pergunta de um colega da filosofia sobre o assunto da minha pesquisa, recebi a seguinte advertência: – “Ih, fuja dessa cilada, não faça discussão epistemológica, porque isso é uma armadilha e não tem fim.” Provavelmente levei isso a sério, não porque fugi, mas sim porque quase não acabei.

Na verdade, a discussão que esbocei nestas páginas não tem fim, em parte pela precariedade da discussão apresentada, que merece ser complementada com o cotejo a outros fenômenos lingüísticos de classificação flutuante, mas especialmente porque é uma questão aberta na construção da história da lingüística e das disciplinas aí alojadas.

Voltando aos muitos caminhos que eu poderia ter seguido, resolvi me concentrar na discussão dos fenômenos de polaridade negativa e na caracterização que os próprios autores lhe atribuíam. Por um bom tempo persegui várias franjas das possibilidades de intersecção teórica com outros fenômenos, como o da negação em língua natural ou mesmo o da escalaridade. Como também estes abrem um mar à nossa frente, fiquei mais um bom tempo à deriva, sem saber exatamente o que selecionar e o que recortar que não mutilasse a análise. Depois de muitos percalços, passei a ter clareza da confusão teórica

em que essas questões estavam envolvidas – tanto a do *explicans*, quanto a do *explicandum*. Eu tinha contratado a raposa para cuidar do galinheiro.

Para discutir uma fronteira pouco clara entre disciplinas com pressupostos metodológicos pouco explícitos, conflitantes ou mesmo superpostos, eu escolhera um fenômeno de difícil classificação mesmo para os mais novos reinos da natureza, como os fungos. Explico. Quando eu era estudante no ginásio ou mesmo no colegial havia apenas três reinos na natureza: animal, mineral e vegetal. Há pouquíssimo tempo, descobri que agora são cinco, os reinos: os três consagrados e mais dois – monera e o dos fungos, este muito variado. Bem, a característica dos fungos é que apresentam uma enorme diversidade e constante mutabilidade, são, portanto, difíceis de descrever cientificamente. Os vírus mais problemáticos também carecem de classificação, ficam num cruzamento ou num limbo entre os reinos.

Bem, as EPNs são os vírus da linguagem: extremamente diversificadas com comportamento aparentemente errático e de difícil apreensão teórica.

Para explicar o inconsistente, o impreciso, eu escolhera como lanterna o caleidoscópio.

A única saída então era a de tentar entender a consistência dos tratamentos dispensados ao fenômeno da polaridade negativa e a contribuição que tais abordagens faziam para a consolidação das disciplinas a que se filiavam.

Assumindo essa definição para o trabalho, deixei de lado uma análise específica para os fatos do português, ou mesmo uma tentativa de adaptação de algumas propostas feitas para outras línguas, como a de Giannakidou, por exemplo.

A complexidade dos fenômenos abordados, bem como a amplitude do escopo das disciplinas em confronto, dão a dimensão das limitações deste trabalho.

Contudo, espero que ele ajude a elucidar as questões aqui focalizadas, na medida em que procura apresentar as principais tendências para o tratamento do fenômeno da polaridade negativa e sua filiação a esta ou aquela disciplina, bem como procura explicitar o campo teórico-epistemológico em que a disputa pela constituição interna das disciplinas se dá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, C. Double Negatives, *Linguistic Inquiry* 1, pp. 169-186, 1970a.
- _____ Problems of Polarity in Counterfactuals, in SADOCK, J. e VANEK, A. eds., *Studies Presented to Robert B. Lees by his Students*, PIL Monograph Series 1, Linguistic Research, Inc., Edmonton, 1970b.
- BAR-HILLEL, Y. Out of the pragmatic wastebasket, *Linguistic Inquiry*, 11, pp.401-407, 1971.
- BARWISE, J. e COOPER, R. Generalized quantifiers and natural language. *Linguistics and Philosophy* 4, pp- 159-219, 1981.
- CARLSON, G. Distribution of Free-Choice Any , in Hendrik, Masek and Miller, ed.s., *Papers from the Seventeenth Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*, CLS, University of Chicago, pp. 8-23, 1981.
- CHIERCHIA, G. Scalar implicatures, Polarity Phenomena, and the Syntax/Pragmatics Interface, in A. Belletti (ed.) *Structures and Beyond*, Oxford: University Press, 2005. (uma primeira versão avulsa circulou em maio de 2001, revisada e disponível em maio de 2002 à qual tive acesso e a partir da qual cito).
- _____ Semântica. Campinas: Edit. da UNICAMP, Londrina: EDUEL, 2003.
- CHOMSKY, N. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: University Press, 2000.
- DASCAL, M.; BORGES NETO, J. De que Trata a Lingüística, Afinal?, in *Histoire, Epistemologie, Langage* 13/I, pp. 13-50 Paris, 1991.
- DUCROT, O. *Provar e dizer. Leis lógicas e argumentativas*. São Paulo: Global Editora, 1981(1973).
- _____ *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977(1972).
- FAUCONNIER, G. Pragmatic Scales and Logical Structure, in *Linguistic Inquiry*, vol. VI, no. 3, pp. 353-375, 1975. (a)

- _____ Polarity and the Scale Principle, in *Papers from the Eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society, CLS*. University of Chicago, pp.188-199, 1975. (b)
- FRANCHI, C. Hypotèses pour une recherche en syntaxe. Dissertação de Mestrado. D.E.S. de Linguistique Française. Université de Provence, France.1971.
- GAZDAR, G. *Pragmatics*. New York: Academic Press. 1979a.
- GERALDI, J. W. Se a semântica fosse também pragmática ou para uma análise semântica dos enunciados condicionais. Dissertação, Unicamp - Campinas, 1978.
- GIANNAKIDOU, A. The Landscape of Polarity Items. Groningen Dissertations in Linguistics 18. Rijksuniversiteit Groningen, 1997.
- _____ Affective Dependencies, in *Linguistics and Philosophy*, 22 , pp. 367 - 421, 1999.
- GIVON, T. Negation in Language : Pragmatics, functions, ontology, in P. Cole ed., *Syntax and Semantics – Pragmatics*, vol. 9, pp. 69 -112, NY: Academic Press, 1978.
- GRICE, H.P. Logic and Conversation, in P. Cole & J. L. Morgan eds., *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*, NY: Academic Press, pp. 41-58, 1975.
- HORN, L. *A Natural History of Negation*. Chicago: University Press, 1989.
- HORN, L. Metalinguistic Negation and Pragmatic Ambiguity, in *Language* 61, pp. 121-174, 1985.
- _____ On the Semantic Properties of Logical Operators in English, PhD thesis, UCLA, 1972.
- HORN, L.; LEE, Y.S How many any's? Diagnosing the diagnostics, Paper delivered at the annual meeting of the Linguistic Society of America, New Orleans, First Annual Negation and Polarity Session, 1995.
- ILARI, R. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da Significação, in *Revista de Estudos da Linguagem*, vol.9, no.1, p.109-162, Belo Horizonte: UFMG, 2000. (originalmente integrou o Memorial para o Concurso de Titular do autor em 1999.)

- _____ Locuções negativas polares: reflexões sobre um tema de todo mundo, in *Linguística: Questões e controvérsias. Série Estudos -10*, pp. 83 – 97. Uberaba, MG, 1984.
- _____ *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas, SP: Edit. da UNICAMP, 1992.
- JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*, NY: Henry Holt and Company, 1924.
- KADMON, N. *Formal Pragmatics*. Massachusetts:USA, Oxford: UK, Blackwell Publishers Inc., 2001.
- KADMON, N.; LANDMAN, F. Any, *Linguistics and Philosophy*, vol.16(4), pp.353 a 422, 1993.
- KARTTUNEN, L. e PETERS, S. Conventional Implicature, in OH, C.K. e DINNEEN, D. eds., *Syntax and Semantics 11*, New York: Academic Press, 1979.
- KAYNE, R. *Connectedness and Binary branching*. Dordrecht: Foris, 1984.
- KLIMA, E. Negation in English, in FODOR, J. e KATZ, J. eds. *The Structure of Language*, Prentice-hall, Englewood Cliffs, 1964.
- KRATZER, A. Stage level and individual level predicates, in G. Carlson and F.J. Pelletier eds., *The Generic Book*, Chicago: University Press, 1995.
- KRIFKA, M. The semantics and pragmatics of weak and strong polarity items in assertion. *Semantics and Linguistics Theory (SALT) IV*, pp. 195-219, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1994.
- KRIFKA, M.; PELLETIER, F. J.; CARLSON, G.N.; ter MEULEN, A.; CHIERCHIA, G.; e, LINK, G. Genericity. An introduction., in *The Generic Book*, ed. by CARLSON, G. e PELLETIER, pp.1-124. Chicago: University Press, 1995.
- KURODA, S. Y. *Japanese Syntax and Semantics*. Dordrecht: Reidel, 1992.
- LADUSAW, W. Thetic and categorial, stage and individual, weak and strong. *Semantics and Linguistics Theory (SALT) IV*, pp.220-29. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1994.
- _____ Logical forms and conditions on grammaticality, in *Linguistics and Philosophy*, n.6, p. 373-392, 1983.

- _____ On the notion “Affective” in the Analysis of Negative Polarity Items, *Journal of Linguistic Research 1*, 1980.
- _____ Polarity Sensitivity as Inherent Scope Relations, PhD dissertation, University of Texas at Austin, 1979.
- LAKOFF, G. Linguistics and Natural Logic, in D. Davidson e G. Harman (eds.) *Semantics of Natural Language*, Dordrecht : D. Reidel, pp. 545-665, 1972.
- LINEBARGER, M. Negative polarity and grammatical representation, in *Linguistics and Philosophy*, n.10, p. 325-387, 1987.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: University Press, 1983 (1994).
- MONTAGUE, R. On the nature of certain philosophical entities. *The Moirst 53*: pp150-194. Reimpresso em 1974 in *Formal Philosophy. Selected papers of Richard Montague*. ed. by R.H.THOMASON. New Haven: Yale University Press, pp.148-187, 1969.
- MORRIS, C. Signs, language and behaviour, 1933, trad. Italiana Silvio Ceccato, *Segni, Linguaggio, Comportamento*. Milão: Longanesi, 1963.
- PERES, J. Extending the Notion of Negative Concord, in D. Forget et alii *Negation and Polarity*, Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Publishing Co, pp. 289-310, 1997.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Relatório de Pesquisa – CNPq (manuscrito) 2006.
- RAJAGOPALAN, K. A ideologia de homogeneização: reflexões concernentes à questão da heterogeneidade na Lingüística – pesquisa CNPq – Proc. No. 306151/88-0
- ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1983 (1967).
- ROOTH, M. Association with Focus.PhD thesis. Amherst: U. Massachussets, 1985.
- STALNAKER, R. Pragmática [1972], in Dascal, M. org. *Fundamentos metodológicos da Lingüística, vol IV Pragmática*. Campinas: ed. do organizador, 1982.
- ZANUTINI, R. *Syntatic Properties of Sentencial Negation: a comparative study of romance languages*. PhD thesis. University of Pennsylvania, 1991.

ZWARTS, F. Nonveridical contexts. *Linguistic Analysis* 25, 3-4 pp.286-312, 1995.

_____ Three types of Polarity. 1993 to appear in *Semantics*, HAMN, F e
HINRICHS,E. eds.